

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS**

**ENTRETEXTUALIDADE NAS FRONTEIRAS DO ENUNCIÁVEL: UM OLHAR
SOBRE O PROCESSO DISCURSIVO DE REFORMULAÇÃO DE LIVROS**

ADRIANA POZZANI DE LA VIELLE E SILVA

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a FREDA INDURSKY

Dissertação de Mestrado em TEORIAS DO
TEXTO E DO DISCURSO, apresentada como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Letras
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE

2009

A fala é irreversível, essa é a sua fatalidade. O que foi dito não se pode emendar, salvo se for aumentado: corrigir é, aqui, estranhamente acrescentar. Ao falar, nunca posso apagar, safar, anular; tudo o que posso fazer é dizer “anulo, apago, retifico”, em suma, falar uma vez mais.
[negritos meus]

Roland Barthes

Ao Prof. Dr. **VALDIR DO NASCIMENTO FLORES** e
à Prof.^a Dr.^a **FREDA INDURSKY**, os quais eu notadamente
admiro seja pela excelência de seus trabalhos, seja pelas valiosas
lições sobre enunciar-lecionar-viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para que eu chegasse até aqui, em especial:

- à Prof.^a Dr.^a Freda Indursky, que acreditou em meu entusiasmo por esta Pesquisa e orientou-me com segurança, competência e amizade. Certamente, a sua primorosa orientação é um acontecimento do qual *sempre* me lembrarei com enorme gratidão;
- aos meus professores: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores, Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Leandro Ferreira, Prof.^a Dr.^a Solange Mittmann e Prof.^a Dr.^a Ana Zandwais, pelas preciosas contribuições que todos me trouxeram seja através de seu incentivo, seja através de suas aulas e/ou de seus escritos;
- à CAPES, que, através do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS – ao qual igualmente agradeço –, concedeu a Bolsa de Estudos que tornou possível esta Dissertação;
- à Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades (BSCSH/UFRGS), que viabilizou leituras imprescindíveis e elaborou a ficha de catalogação da versão final desta Pesquisa;
- aos meus professores da FURG, em especial: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina e Prof. Dr. Oscar Brisolará, Prof.^a Dr.^a Marilei Grantham, Prof.^a Dr.^a Nea de Castro, Prof. Dr. José Luís Fornos, Prof.^a Dr.^a Eliana Tavares, Prof.^a Dr.^a Marisa Amaral, Prof. Dr. Attila Louzada, por suas aulas e seu grande incentivo;
- ao meu pai, Diacksys [*in memoriam*], pessoa exemplar que me ensinou a ter determinação, fé e compreensão incondicionais;
- aos meus familiares Sandra e Renato, Luzia, por respeitarem minhas decisões e apoiarem meus empreendimentos;
- aos meus amigos Priscilla e Alessandro, pelo apoio.

RESUMO

Esta Dissertação examina o acontecimento enunciativo, a opacidade e a contradição inerentes ao processo discursivo de reformulação de livros, focalizando as relações textuais estabelecidas tanto pela circulação de novos saberes como pelo jogo entre repetição e diferença, memória e esquecimento. Toma-se como pressuposto que a “origem” de tal processo reside nas exigências sociais imputadas a um sujeito que, ao exercer a função enunciativa de autor, responde pela “unidade de sentido” que se apresenta, a ele e à sociedade, enquanto “seu” livro. Considera-se essencialmente que a produção da edição revista não pode ser dissociada das condições sócio-históricas nas quais se constitui, uma vez que não resulta da vontade exclusiva (tal como um capricho) do sujeito. Pelo contrário: essa produção resulta de um processo que implica uma rede sócio-histórica das práticas discursivas a corroborar a reconfiguração do saber, meio pelo qual a reformulação fomenta a continuidade de uma dada ciência. A ausência de trabalhos sobre esse tema (qual seja: a especificidade da reformulação de livros) em Análise do Discurso conduz a dialogar com os mais variados pontos de vista teóricos, a fim de buscar subsídios para a construção de um meio próprio de abordagem de nosso objeto de reflexão.

Diante de todo o exposto acima, a presente Dissertação encontra-se dividida em três partes que se interpenetram: na primeira parte, apresentam-se o objeto de investigação, o ponto de vista para abordá-lo e algumas noções teóricas pressupostas pela reflexão propriamente dita. Na segunda parte, buscam-se subsídios em diferentes campos de saber e constrói-se um dispositivo teórico-analítico que desemboca tanto na apresentação de nosso meio de abordagem, quanto em algumas considerações sobre a constituição do *corpus*. Finalmente, na terceira parte, analisa-se em profundidade o processo discursivo que nos mobiliza e encaminha-se à conclusão desta Pesquisa. No cerne da discussão, coloca-se em questão a identidade da edição revista.

RÉSUMÉ

Cette Dissertation examine l'événement énonciatif, l'opacité et la contradiction inhérents au processus discursif de reformulation de livres, en mettant au point les rapports textuels qui sont établis tant par la circulation de nouveaux savoirs que par le jeu parmi répétition et différence, et mémoire et oubli. On prend comme un présupposé que « l'origine » de tel processus réside dans les exigences sociales imputées à un sujet que, en exerçant la fonction énonciative d'auteur, répond par « l'unité de sens » qui se présente, à lui et à la société, en tant que « son » livre. On considère essentiellement que la production de l'édition revue ne peut pas d'être dissociée des conditions sociales et historiques dans lesquelles elle se constitue, une fois qu'elle ne résulte pas de la volonté exclusive (comme s'il s'agissait d'un entêtement) du sujet. Au contraire : cette production résulte d'un processus qu'implique un réseau social et historique des pratiques discursives à corroborer la reconfiguration du savoir, ce moyen par lequel la reformulation foment la continuité d'une science donnée. L'absence de travaux sur ce thème (la spécificité de la reformulation de livres) en Analyse du Discours nous a conduit à dialoguer avec les points de vue théoriques les plus variés à fin de chercher des subsides pour la construction d'un moyen propre d'approche de notre objet de réflexion.

Devant tout l'exposé ci-dessus, cette Dissertation se trouve divisée dans trois parties qui s'interpénètrent : dans la première partie on présente l'objet d'investigation, le point de vue pour l'aborder et quelques notions théoriques présupposées par la réflexion proprement dite. Dans la seconde partie on cherche des subsides dans des différents champs du savoir et on construit un dispositif théorique-analytique qui débouche tant sur la présentation de notre moyen d'approche, que sur quelques considérations sur la constitution du *corpus*. Finalement, dans la troisième partie on analyse en profondeur le processus discursif qui nous a mobilisé et qui conduit à la conclusion de cette Recherche. Dans le cœur de la discussion, on met en question l'identité de l'édition revue.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Primeira Parte: para construir a Pesquisa.....	13
1 O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO.....	14
1.1 Revisão ou reformulação? E por quê?.....	14
1.2 A movimentação de saberes.....	15
1.2.1 <i>Processos históricos de continuidade/ruptura de paradigmas.....</i>	16
1.2.2 <i>O estatuto do paradigma no processo discursivo de reformulação de livros.....</i>	18
2 UM PRISMA TEÓRICO PARA EXAME DO OBJETO.....	21
2.1 Epistemologia da Análise do Discurso.....	21
2.2 Algumas noções essenciais.....	25
2.3 O papel das noções prévias na reflexão.....	29
Segunda Parte: para abordar a especificidade do processo discursivo de reformulação de livros.....	31
1 O PONTO DE VISTA CRIA OS CONCEITOS: DIÁLOGOS TEÓRICOS SOBRE AUTORIA, REFORMULAÇÃO E INTERTEXTUALIDADE.....	32
1.1 A autoria e as relações entre sujeitos, obras, saberes.....	33
1.1.1 <i>Um breve panorama multidisciplinar.....</i>	33
1.1.2 <i>Em Análise do Discurso: autoria, sujeito, interpretação.....</i>	38
1.1.3 <i>Síntese: a autoria no processo discursivo de reformulação de livros.....</i>	42
1.2 Reformulação, (ir)repetibilidade, opacidade.....	43
1.2.1 <i>Um diálogo com duas Teorias Enunciativas.....</i>	44
1.2.2 <i>Em Análise do Discurso: enunciado, formulação, paráfrase e outros.....</i>	49

1.2.3	<i>Síntese e encaminhamentos para pensar a relação entre as edições</i>	53
1.3	Da intertextualidade às denominações adjacentes.....	57
1.3.1	<i>A intertextualidade: um passeio histórico multidisciplinar</i>	57
1.3.2	<i>Em Análise do Discurso: relações com a exterioridade constitutiva</i>	60
1.3.3	<i>Entre a inter- e a intratextualidade</i>	62
1.3.4	<i>Transtextualidade e outras denominações em Literatura</i>	63
1.3.5	<i>Levantamento de subsídios para a construção de uma proposta</i>	64
2	A ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM	67
2.1	Pontos de ancoragem para uma nova categoria.....	67
2.2	Uma definição discursiva e um contraponto com outros conceitos da AD.....	69
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
	Terceira Parte: um novo entretecer nas fronteiras do enunciável	79
1	O ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO NO PROCESSO DISCURSIVO DE REFORMULAÇÃO DE LIVROS	80
1.1	A instauração da diferença no interior da formação discursiva.....	81
1.1.1	<i>Recorte 1: a heterogeneidade da formação discursiva</i>	81
1.2	Hegemonia e reformulação.....	86
1.2.1	<i>Recorte 2: embates com modos de enunciar</i>	86
1.2.2	<i>Recorte 3: o acontecimento enunciativo na relação objeto-método-teorização</i>	90
2	A CONTRADIÇÃO NO PROCESSO DISCURSIVO DE REFORMULAÇÃO DE LIVROS	98
2.1	O mesmo e o diferente nas Notas e Prefácios do Autor.....	99
2.1.1	<i>Recorte 4: a reiteração do mesmo na relação entre edição de partida e edição revista</i>	99
2.1.2	<i>Recorte 5: a afirmação do diferente na relação entre edição de partida e edição revista</i>	100
3	A OPACIDADE NO PROCESSO DISCURSIVO DE REFORMULAÇÃO DE LIVROS	105

3.1	A entretextualização de parcelas de saber.....	105
3.1.1	<i>Recorte 6: reformulação e a movimentação dos sentidos nas ressignificações.....</i>	107
3.1.2	<i>Recorte 7: reformulação e o entretecer do diferente.....</i>	112
3.2	Relações com a exterioridade constitutiva.....	115
4	ENCAMINHAMENTOS FINAIS.....	118
	CONCLUSÃO.....	122
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124
	REFERÊNCIAS DO CORPUS.....	129
	ANEXOS.....	130
	ANEXO I.....	131
	ANEXO II.....	132
	ANEXO III.....	133
	ANEXO IV.....	134
	ANEXO V.....	135
	ANEXO VI.....	136
	ANEXO VII.....	137
	ANEXO VIII.....	138
	ANEXO IX.....	139
	ANEXO X.....	140
	ANEXO XI.....	141
	ANEXO XII.....	142
	ANEXO XIII.....	143
	ANEXO XIV.....	144

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação toma por objeto de análise a reformulação de livros. Afirmar isto, no entanto, impõe maiores esclarecimentos, uma vez que há reformulações de toda ordem (e decorre daí que igualmente variadas são as razões por que se procede a tal tarefa).

Seria o caso de analisarmos retraduições? Reedições feitas por outrem em condições de produção marcadas por intervalos temporais seculares (tal é o objeto para Orlandi, em *Terra à Vista*)? Reformulações *post-mortem* como aquelas feitas em escritos não concluídos a tempo de publicação? Ou, ainda, aquelas por que passam Dicionários, livros didáticos, Gramáticas quando de Reformas Ortográficas (como ocorre atualmente)? Adiantemos: não é de qualquer dessas reformulações que trataremos. Será então o caso de pensarmos em interdições lexicais, ou seja, na reformulação efetuada com vistas a modificar certas palavras que, segundo prega a “utopia do politicamente correto” (Courtine, 2006), ferem alguns grupos passíveis de exercer pressão política (é o caso que Courtine examina ao tomar livros didáticos norte-americanos)? Também não; não pretendemos ampliar o trabalho de Courtine, mas antes deslocar algumas de suas reflexões. Por fim, devemos esclarecer que deixamos igualmente de lado a hipótese de abordar os aspectos comerciais que costumam ser subjacentes às reformulações.

Isso posto, delimitemos precisamente o objeto de reflexão desta Pesquisa: interessam reformulações *autorais* que, uma vez efetuadas em *livros impressos* basilares, incidem sobre a *metalinguagem* ao ressignificar conceitos fundantes, e mais, implicam a *reconfiguração de saberes* próprios à ciência no interior da qual o sujeito-autor do livro se situa. Trata-se, por aí, de pensar o funcionamento da autoria por meio do exame do acontecimento enunciativo, da opacidade e da contradição inerentes ao processo discursivo de reformulação de livros.

Falaremos, pois, de uma reformulação que inevitavelmente implica sujeito: é o trabalho deste que estará em pauta. Ao examinar o funcionamento discursivo (Orlandi, 1996a) desse trabalho, buscaremos explicitar mecanismos sócio-históricos atuantes na textualização de saberes. Investigaremos os modos subjetivos de apropriação, reprodução e transformação de saber que são colocados em cena pelo processo discursivo em questão. Analiticamente, buscaremos flagrar o encontro entre língua e conjuntura sócio-histórica, o qual só é possível em virtude de um sujeito que o promove no discurso, e que, aliás, faz isto ao ocupar um lugar discursivo que lhe permite fazer-se leitor de si e, em seguida, “reexercer” a função-autor.

O que origina, de modo geral, esse processo de reformulação que aqui nos mobiliza é a exigência social que recai sobre o autor, visto como responsável pelos livros que figuram sob seu nome. Mais do que sobre a função-autor, as exigências da Formação Social atuam precisamente sobre o que Pêcheux (1975/1988), a partir de Althusser (1975/1987), designa por “evidência do sujeito”, isto é, a evidência de que “eu sou eu”. Logo, é na medida em que o sujeito se reconhece como “eu sou o autor X que, perante a sociedade, responde por um livro Y já desatualizado”, que ele se faz leitor de sua obra desde novo posicionamento ideológico e, então, reescreve um livro que produzira anteriormente (vale dizer: em outra conjuntura sócio-histórica). A arena de posicionamentos instaurada durante a elaboração da edição revista permite investigar os embates discursivos, as oscilações, as reformulações que fazem ressoar lingüisticamente o que é da ordem do ideológico. Vestígio de uma contradição inerente ao processo discursivo em pauta, a relação do sujeito-autor com as distintas versões de seu livro reclama ser investigada, por sinalizar a possibilidade de novas reflexões sobre a natureza das relações entre um texto e a exterioridade que é dele constitutiva.

A partir dessas considerações, pode-se lembrar com Achard (1999, p.17) que um texto trabalha por meio de sua “circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido”. E pode-se lembrar, também, que os objetos, teorias, métodos de hoje são (isto é inevitável) construídos sempre em uma dialética com teorias, métodos, objetos de ontem. Observado sob esse ângulo, o trabalho com edições revistas mostra-se muito relevante, visto que estas têm por função justamente retomar/deslocar saberes em nome de um compromisso social (“social” como o entendemos no parágrafo acima) não só com o leitor, mas, igualmente, com a (re)produção de conhecimento teórico.

Courtine (2006, p.27) propõe que se busquem “textos que incomodem”, pelo fato de constituírem-se, de modo privilegiado, em espaços nos quais se joga com o equívoco, com a ruptura, com a desestabilização. Trata-se de encontrar textos que façam irromper a alteridade sobre o mesmo, que joguem com os sentidos e a memória. E joguem ainda, como no presente caso, com a interdição de sentidos outros: anteriores, mas inevitavelmente coexistentes mesmo que sejam contraditórios; esquecidos talvez, mas jamais apagados, jamais destruídos, afinal, como afirma Barthes (1984, p.75) com propriedade, “a fala é irreversível, essa é a sua fatalidade”. E a isto se pode acrescentar que também o é a fala escrita e publicada. É isso o que interessa: o “incômodo” de textos que, diante da irreversibilidade que lhes é inerente, somam-se àquilo que eram sem que possam isentar-se do inextricável fardo de um seu avesso; um avesso do qual é impossível se dissociar e apagar de si.

Como pensar, no interior do *processo discursivo de reformulação de livros*, a especificidade característica da relação estabelecida entre as versões de um dado livro? É particularmente isso o que se enfatiza na Dissertação, na medida em que se examina um processo discursivo cujo estatuto exige formular um modo específico de investigação que viabilize abordar as diferentes relações de um texto (este enquanto materialidade discursiva) com a exterioridade que é dele constitutiva. De que modo o acontecimento enunciativo, inerente ao processo discursivo em exame, afeta um campo de conhecimento em relação ao objeto, ao método, à parcela hegemônica de saberes? Como se pode entrever, especialmente na materialidade das Notas e/ou Prefácios do Autor sobre a nova edição, o modo pelo qual o sujeito-autor-revisor se relaciona com as versões de seu livro? De que maneira se faz presente, na materialidade discursiva da chamada edição revista, a ressignificação de saberes que costura invisivelmente entre si o mesmo e o diferente?

Não tendo sido encontrados trabalhos de peso em AD que tematizem, tal como aqui se faz, o processo discursivo de reformulação de livros, são tomadas por base e, sobretudo, deslocadas considerações de Orlandi (1990), acerca da análise de reimpressões/reedições, e de Courtine (2006), que, embora tenha redigido artigo em que aborda a reformulação de livros, não chega a problematizar ali as relações estabelecidas entre as distintas versões. Ainda devido à referida ausência de trabalhos, opta-se também por dialogar com outros campos de saber, concedendo-se destaque ao campo da Lingüística da Enunciação, ao da Lingüística Textual e ao da Literatura. No que concerne ao primeiro, o mesmo interessa por comportar teorias enunciativas fornecedoras de importantes subsídios para uma reflexão a respeito de reformulação e irrepetibilidade na relação mesmo/outro, bem como a respeito de opacidade e divulgação científica (cf. Authier-Revuz, 1998; 2004). Quanto aos demais campos, interessam porque viabilizam meios de pensar a intertextualidade e, em especial, as denominações a ela “adjacentes”. Todos esses campos possibilitam a construção de enriquecedoras reflexões (*sem que isto signifique amálgamas teóricos, evidentemente*), de maneira que essa convocação é, pois, indispensável à Pesquisa. Não bastasse isso, a mobilização de tais campos justifica-se ainda mais, na medida em que a Universidade é, por excelência, um espaço privilegiado de produção, circulação, transformação de saberes, segundo lembram Laville e Dionne (1996).

Tendo sido posto o que precede, resta dizer que a presente Dissertação emerge como uma oportunidade de refletir, sob um prisma simultaneamente lingüístico e histórico, acerca do estatuto discursivo das relações entre uma dada edição revista e a exterioridade que é desta inevitavelmente constitutiva. Fica aqui, portanto, o convite para essa reflexão.

Primeira Parte: para construir a Pesquisa

La recherche,
C'est la randonnée à travers bois et marécages
Pour tenter d'expliquer,
À la vue des feuilles et des fleurs,
Pourquoi la vie présente tant de visages.

[...]

C'est aussi le regard vers le passé
Pour retrouver chez les anciens
Quelques grains de sagesse
Capables de germer
Dans le cœur des hommes de demain.

Gérard B.Martin, *apud* Laville et Dionne, *La construction des savoirs*

1 O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

Para melhor organização da Pesquisa, analisa-se, primeiramente, a problemática revisão/reformulação, afinal, falar em reformulação não é falar em algo transparente. Em seguida, elabora-se uma reflexão sobre os processos de constituição de domínios de saber, abordagem essa indispensável para se pensar a reformulação de parcelas desse saber. Parte-se, no caso, do geral ao específico: desde a constituição de um campo em relação a outros (com ênfase na continuidade/ruptura de paradigmas epistemológicos), até a reconfiguração interna desse campo, a qual viabiliza pensar as contradições ideológicas que constitutivamente o atravessam (sendo este o foco de interesse). Considera-se, essencialmente, que a produção de conhecimentos não se dissocia das condições sócio-históricas nas quais ocorre, nem resulta da vontade exclusiva de um único sujeito: não se trata de um “capricho” deste, mas de um processo que implica uma rede de práticas discursivas a corroborar a reconfiguração do saber.

1.1 Revisão ou reformulação? E por quê?

Revisar ou reformular? Opta-se, nesta Pesquisa, por falar em *reformulação*, e não em *revisão* (apesar de conservar-se a expressão “edição revista” e, até mesmo, de conceber a expressão “sujeito-autor-revisor¹”), por entender-se que: a) o termo escolhido (reformulação) é mais condizente com a abordagem teórica que sustenta esta investigação: em Análise do Discurso, fala-se em produção de formulações e reformulação; b) no processo em exame, *revisar* pode ser feito por outrem, ao passo que *reformular*, entendido enquanto reelaborar/ressignificar o que é da ordem de saberes teóricos, só pode ser feito pelo próprio autor do livro reformulado (isto, no caso que aqui nos mobiliza). Com isso, pretende-se enfatizar que, ao longo desta Dissertação, sempre que se disser reformulação, se falará apenas a respeito daquela que, realizada pelo sujeito-autor do livro, opera sobre saberes e, logo, sobre posicionamentos ideológicos.

O estatuto discursivo da reformulação encaminha para que se pense, inicialmente, a movimentação de saberes. Um estudo do processo discursivo de reformulação deve levar em

¹ Concebemos “sujeito-autor-revisor” e não “sujeito-autor-reformulador” devido à existência da expressão já institucionalizada “edição revista”, expressão esta que teremos de manter, dada sua legitimidade social.

conta a inscrição da edição revista nas condições sócio-históricas que a engendram e que determinam os modos de apropriação/reprodução/transformação de saberes do campo no qual ela se constitui e do qual ela, de certa forma, decorre. Impõe-se, pois, pensar, antes de tudo, a respeito dos processos históricos por meio dos quais se constroem campos de conhecimento. Estaremos, é verdade, planificando inicialmente estes domínios sob certas generalizações (o condenável, mas aqui necessário “‘a’ ciência...”), e isso em virtude de que uma reflexão mais aprofundada transcende os propósitos desta Pesquisa. No entanto, mais adiante, ao trabalhar diretamente sobre o específico das edições cujos textos compõem o *corpus* de análise desta Dissertação, a noção de *ciência* cederá lugar às de *domínios de saber e formações discursivas*, com o que – parece-nos – não se incorrerá no erro de esquecer que cada ponto de vista teórico entende por ciência algo muito particular (inclusive a ponto de, muitas vezes, negar que a teoria de outrem seja, também ela, uma ciência, polêmica da qual não nos ocuparemos por não estar presente nos recortes do *corpus*). Ora, que todas as ciências sejam domínios de saber parece-nos algo incontestável.

1.2 A movimentação de saberes

Os modos de produção científica são intrínsecos às formas de organização social. Assim, há lugares passíveis de se ocupar por determinada parcela de sujeitos; há hierarquias e conflitos (relações de poder). Nesse contexto, a “aparição” de um campo de conhecimentos liga-se não só aos demais campos que precedem e embasam esse surgimento, mas também às reestruturações formais da sociedade.

Para Pêcheux (1975/1988, p.196-197), uma dada ciência, tomada no curso de seu desenvolvimento sem fim, é marcada por momentos de “confrontos teóricos que caracterizam o *front* científico das questões, isto é, o *front* da luta pela produção dos conhecimentos”. Tais confrontos “remetem a posições e problemáticas (marcadas, entre outras coisas, pelo uso de ‘shifters’: ‘Nós, partidários da tese x, afirmamos que...’) cuja distribuição pode retrospectivamente ser traçada pela história das ciências” (Pêcheux, *ibid.*).

Sobre esses confrontos, Pêcheux já havia escrito, por exemplo, *Sur l’histoire des sciences* (1969, trad. port. de 1971), em co-autoria com Fichant. É de algumas considerações desse livro que se partirá para elaborar a breve subseção sobre os processos históricos que não só induzem como também constituem o desenvolvimento científico. Lembramos que toda esta primeira seção tem caráter *introdutório*, de maneira que, mais adiante, retornará expandida através de novas reflexões e de análises, notadamente na Terceira Parte desta Dissertação.

1.2.1 *Processos históricos de continuidade/ruptura de paradigmas*

Visando a abordar cortes epistemológicos em Física e Biologia, mas expandindo os comentários a qualquer ciência, Pêcheux e Fichant (1969/1971) afirmam que o “corte constitutivo” de uma ciência efetua-se, necessariamente, em uma conjectura² específica no interior da qual “as origens (as filosofias e as ideologias teóricas que definem o espaço dos problemas) sofrem um deslocamento para um novo espaço dos problemas” (*idem*, p.12-13). O novo campo de conhecimentos constitui-se com base em hipóteses e em problemáticas que exigem mudanças. É assim que se vai definindo, segundo os autores, a conjuntura histórica em que se dará a ruptura com determinados paradigmas.

Os autores distinguem três modalidades decisivas, passíveis de ocorrer ao longo da história de uma dada ciência: demarcações, cortes, reformulações. Por demarcações (rupturas intra-ideológicas), eles entendem os “aperfeiçoamentos, correções, críticas, refutações, negações de certas ideologias ou filosofias” (*idem*, p.13) que precedem logicamente um corte epistemológico. Tais aperfeiçoamentos, correções etc. assinalam a existência de todo um processo de acumulação a preceder o instante da ruptura (do corte), determinando, pois, a conjuntura em que esta se produzirá. A partir disso, decorre que o corte epistemológico, propriamente, é concebido como algo que produz um efeito de ruptura.

Quanto ao “processo de acumulação” que o precede, não equivaleria a alguma fase de “aberração pré-científica”, mas sim ao “tempo de formação da conjuntura em que se produzirá o corte” (*ibid.*). O corte epistemológico corresponde a um “ponto sem regresso”: trata-se, pois, de um ponto histórico que, ao mesmo tempo em que impossibilita a retomada de certas noções que o precederam, exige a elaboração de novos conceitos. Daí decorre dizer que ele representa o começo histórico de um campo de conhecimentos, ao inaugurar a produção dos conceitos fundadores, e que ele se constitui numa tomada de posição diante da continuidade/descontinuidade.

Segundo afirmam Pêcheux e Fichant, do corte resulta “determinar uma *autonomia relativa* da nova ciência que lhe corresponde”; a partir do corte, esta última passa a depender de sua própria continuação, “em relação à qual ela está como que em suspenso” (*idem*, p.15-16). Tal continuação, por sua vez, revela-se dependente não apenas da possibilidade de instituição de um “procedimento experimental” (diríamos: um método) que lhe seja adequado,

² O termo é *conjectura* mesmo, e lembramos que o Português de Portugal (a tradução aqui utilizada é de Lisboa) também diferencia, tal como no Brasil, *conjectura* e *conjuntura*.

mas também “das rupturas intracientíficas ou [...] das reformulações da problemática teórica que intervêm na história de uma ciência” (*ibid.*). Os autores fazem questão de pontuar ainda:

[...]. Sublinhemos para terminar que o erro que consiste em confundir as simples rupturas intra-ideológicas (ou demarcações), o corte epistemológico (incluindo o seu efeito de ruptura), e as rupturas intracientíficas (ou reformulações), fingindo pensar que toda a reformulação é um novo corte e que o corte não é senão uma primeira reformulação, equivale a anular a própria eficácia dos conceitos de corte e de ruptura [...]. (Pêcheux; Fichant, *op.cit.*, p.13)

Em trabalho posterior, Pêcheux (1975/1988) afirma que todo “evento epistemológico” – isto é, ruptura que inaugura uma ciência, ou ainda, descoberta/produção de conhecimento, e mesmo reelaborações – inscreve-se em uma conjuntura historicamente determinada por certo estado das “relações de desigualdade-subordinação”, as quais são responsáveis por determinar os interesses teóricos que se confrontam na referida conjuntura. Por meio dessas relações repercutem-se, no “todo complexo das ideologias teóricas”, as contradições que constituem as “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção” (*idem*, p.191), e isso não apenas no período que antecede o começo histórico de uma ciência, mas também durante o desenvolvimento sem fim que se inaugura através desse começo.

Ao abordar a elaboração dos conhecimentos científicos enquanto processo discursivo, Pêcheux diz que a produção histórica desses conhecimentos não resulta de um mero ato de inovar mentalidades ou de uma criação imaginativa do homem; ela é efeito de todo um processo histórico. E assim, os conceitos de uma dada ciência não possuem exatamente um sentido, mas antes uma dada “função em um processo” (*idem*, p.193). Cabe trazer ainda de Pêcheux o que se segue:

vão se formando “respostas” novas a questões que não haviam sido colocadas – processo no qual nomes e expressões se apagam, com a referência “evidente” a seus objetos, enquanto outros nomes e expressões aparecem sob o efeito de certos deslocamentos do campo, de certas intrusões “incongruentes” de elementos “lançados”, desligados-caídos de outros lugares, deslocamentos e intrusões que constituem propriamente o *trabalho do filosófico*, no sentido em que, segundo L. Althusser, a filosofia age “modificando a *posição dos problemas*, a *relação* entre as práticas e seu objeto. (*op.cit.*, p.194) [grifos do autor]

A produção de conhecimentos coloca em xeque a hipótese da objetividade científica, para Pêcheux. Afirma ele que: “O processo da produção dos conhecimentos está, pois, indissociavelmente ligado a *uma luta a propósito de nomes e de expressões para aquilo que eles designam*” [...] (Pêcheux, *idem*, p.197) [grifos nossos]. Nesta direção, o mito da neutralidade científica, da “suposta indiferença com respeito às palavras e da intertradutibilidade das questões para além dos confrontos (reduzidos a polêmicas ou a

controvérsias)” mascara, segundo Pêcheux, o fato de que “a objetividade científica é indissociável de uma tomada de posição materialista, para a qual não há jamais equivalência entre várias formulações” [...] (Pêcheux, *ibid.*). Neste sentido é que não há discurso científico puro, porque todo discurso é ideológico ao resultar de tomadas de posição. O discurso é produzido por um sujeito; o processo pelo qual se produz esse discurso, por sua vez, é essencialmente “sem sujeito”, conforme postula a perspectiva materialista de Pêcheux.

1.2.2 *O estatuto do paradigma no processo discursivo de reformulação de livros*

A reflexão precedente é necessária visto que, assim como a instauração de um novo campo de saberes, também a reestruturação do mesmo exige um trabalho de teorização; no caso, um trabalho de redimensionamentos internos. O processo discursivo de reformulação de livros fomenta a continuidade dos domínios de saber: paradoxalmente (seria isto um “efeito-Münchhausen” teórico?³), ele coloca seu domínio em suspenso estando ainda, ele mesmo, totalmente inscrito nesse campo.

Acreditamos que não só as descontinuidades com certos paradigmas epistemológicos, mas também as descontinuidades com certos modos de enunciar (ou paradigmas teóricos internos) – como é o caso de interesse do presente trabalho – colocam em cena deslocamentos em torno daquilo que define o “espaço dos problemas”. No que concerne ao processo discursivo sobre o qual se tem refletido, não se está diante de algo tão radical quanto um corte epistemológico, mas sim diante da existência de uma descontinuidade *interna*⁴: está-se lidando com práticas discursivas que têm por objetivo invalidar determinadas parcelas de saberes e posicionamentos a elas vinculados, proceder esse através do qual simultaneamente validam a legitimação de outras parcelas de saber e respectivas tomadas de posição. Está-se, enfim, diante da iminência de uma descontinuidade com certas práticas teórico-metodológicas vigentes até então em um dado campo X de conhecimentos.

O texto da edição revista, tomado enquanto materialidade lingüística dos discursos que a sustentam, revela, pela simbolização, a cisão da ideologia, ou, nos termos de Pêcheux (1990a), o fato de que a ideologia é “dividida” e “não-idêntica a si mesma”. No cerne da questão, algo elementar: a relação homem-saber ocorre via discurso, não sendo, portanto, nem direta, nem transparente, nem imutável. As contradições ideológicas, materializadas através

³ Em alusão a Pêcheux (1975/1988), que liga o efeito da ideologia sobre o sujeito (na interpelação) ao paradoxo pelo qual o personagem Barão de Münchhausen consegue, puxando-se pelos próprios cabelos, elevar-se ao ar.

⁴ Descontinuidade essa que, nesse caso, não implica ruptura, mas apenas disputa interna pela hegemonia.

dos comentários sobre as edições (na revista), atestam o fato de que os processos discursivos no interior dos quais se inscreve o “novo” discurso do sujeito são, eles mesmos, históricos, ou seja, mais amplos e dispersos do que o faz pensar aquele estado específico das condições de produção que marcam o surgimento da nova edição.

Reprodução (repetição) e transformação revelam-se indissociáveis no processo discursivo em exame, atravessando a produção e a reformulação do conhecimento, ou ainda, as práticas discursivas pelas quais se fazem circular novos saberes. Isso encontra o que afirma Pêcheux (1983/1990c, p.56), para quem todo discurso, simplesmente pelo fato de existir, possibilita uma “desestruturação-reestruturação” das redes de memória, enfim, das filiações de sentido que se vão tecendo. Todo discurso – prossegue o autor – “é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” e isto na medida em que ele é simultaneamente “um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço” (*ibid.*). Destaque-se: o discurso é efeito e deslocamento dessas filiações, com o que ele reconfigura sem cessar as redes de memória.

É exatamente isso o que ocorre no processo discursivo de reformulação de livros, visto que, num determinado momento, o texto de uma dada edição passa a já não servir, e até mesmo a ser inapropriado, daí decorrendo, então, a necessidade de “atualizar” o livro, desestruturá-lo a fim de reestruturá-lo novamente, desta vez sob outras maneiras. Com isto, cria-se o confronto na hegemonia de saberes que perdem seu posto hierárquico em prol da hegemonia da “nova” parcela de saberes. Pensemos sobre essa questão a partir de Zandwais (2005b, p.84), que diz o seguinte:

Se não se pode julgar o espírito de uma época somente pelo que ela pensa de si mesma, em virtude de que cada época está impregnada de suas verdades, e, portanto, de suas formas de inclusão de saberes em torno de como se legitimam determinadas práticas sociais/discursivas em detrimento de outras, então é preciso, pelo menos, apreender suas relações de contradição, para que possamos investigar sob que condições determinados saberes tornam-se hegemônicos ou legitimados superestruturalmente e passam a exercer determinadas formas de controle sobre outros.

Ora, de certo modo, também aqui se está diante de novos saberes que passam a figurar como hegemônicos nos domínios que os abrigam. Cumpre, pois, investigar as práticas discursivas resultantes de toda essa agitação que instaura a contradição nas formações discursivas. Sendo este o ponto central, entrevê-se um outro que a ele se vincula, qual seja: pensar sobre a formação da memória histórica de um dado campo de saber, ao refletir acerca das formas de inscrição das edições na ordem do discurso. Interessa, portanto, analisar as lutas

lingüístico-históricas de idéias, e para isso a consideração de *processo* é fundamental, uma vez que permite investigar os mecanismos de discursivização de saber. Trata-se, em suma, de flagrar o momento sócio-histórico em que se instauram deslocamentos (e bloqueios) quanto a determinadas práticas discursivas, deslocamentos esses cuja emergência simultaneamente lança o sujeito de volta à dispersão de posições e o obriga a tomar, mesmo assim, alguma posição.

Isso posto acerca do objeto aqui eleito para análise, a questão que deve emergir agora é: que ponto de vista concebe esse objeto de investigação do presente estudo? A próxima seção trata de responder a essa pergunta.

2 UM PRISMA TEÓRICO PARA EXAME DO OBJETO

Examinar o processo discursivo de reformulação de livros – aqui tomado enquanto objeto de investigação – implica observá-lo a partir de um posicionamento teórico. Nesta seção, apresentam-se: a) elementos para uma breve epistemologia da Análise do Discurso (AD), na medida em que este campo sustentará a reflexão; e b) os encaminhamentos iniciais para a construção de um dispositivo teórico-analítico. Esta construção exige que sejam expostas algumas noções teóricas que viabilizam uma melhor compreensão daquelas que, mobilizadas adiante (na Segunda Parte), efetivamente embasam a Pesquisa, quais sejam: autoria, reformulação e intertextualidade. Assim, tudo o que for dito em torno dos conceitos será expandido ao longo da investigação.

Não se pretende expor aqui todas as noções concebidas pela AD, tampouco fazer uma extensa retomada e explanação de tudo quanto se tem dito acerca daquelas que serão trazidas. O dispositivo teórico-analítico será construído com base na proposta específica de analisar o funcionamento do que se tem denominado como *processo discursivo de reformulação de livros*. Por fim, deve-se dizer que não interessa – este trabalho bem o atestará – reproduzir mecanicamente o que teóricos disseram, mas promover diálogos, deslocamentos, colocar questões, enfim, inquietar o saber e (ou para) acompanhar os seus movimentos.

2.1 Epistemologia da Análise do Discurso

Procurar reconstruir aqui uma epistemologia⁵ da Análise do Discurso (AD) incita-nos a problematizar – mesmo que brevemente – sua especificidade, suas limitações, seu objeto, enfim, a forma como se construiu e ainda hoje se (re)constrói enquanto aparato teórico-metodológico. Falar em epistemologia da Análise do Discurso conduz a precisar um dado lugar de enunciação: elabora-se esta Dissertação a partir do quadro teórico da Análise do Discurso concebida na França por Michel Pêcheux (e instituída no Brasil por Eni Orlandi).

⁵ Benveniste (1974/2006, p.38) diz que *epistemologia* designa a teoria do conhecimento. Já Flores (1999, p.16) afirma, com base em Lalande, que, para este último, *epistemologia* corresponde a um termo referente à filosofia das ciências. Conclui, então, Flores (*ibid.*): “é, pois, um estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências que visa a determinar sua origem lógica, seu valor e importância objetiva”. E vale ressaltar aqui a polissemia do termo “ciência”, o qual significa diferentemente conforme a área de saber, ou, até mesmo, conforme o posicionamento ideológico daquele que, no interior desse campo, lhe atribui uma definição.

Pode-se agora resgatar as chamadas “bases epistemológicas” (Pêcheux; Fuchs, 1975/1993) que marcam o surgimento deste campo de conhecimento.

Os meados do século XX correspondem a um período extremamente fecundo no que concerne ao campo dos chamados Estudos da Linguagem. Numa época em que, no auge do Estruturalismo, a Lingüística Formal, de cunho pós-saussuriano, elevava-se à categoria de ciência-piloto, assiste-se a uma efervescência teórica a dialogar (amigavelmente, ou nem tanto) com o que vinha sendo feito até então. E sobre esse estatuto da Lingüística, Benveniste (1966/2005, p.7) mostra-nos que “dizer que a lingüística tende a tornar-se científica não é apenas insistir sobre uma necessidade de rigor, comum a todas as disciplinas”. Trata-se, antes de tudo, “de uma mudança de atitude em relação ao objeto, que se definirá por um esforço para formalizá-lo”. Os novos métodos elaborados pela Lingüística Formal – diz Benveniste (*idem*, p.19-20) – “assumem o valor de exemplo e mesmo de modelo para outras disciplinas”, comprovando que “os problemas da linguagem interessam agora a especialidades muito diversas e cada vez mais numerosas e que uma corrente de pesquisas leva as ciências do homem a trabalhar dentro do mesmo espírito que anima os lingüistas”. Como lembra Dosse (1991/1993, p.426) – com o que ratificamos a posição de Benveniste –, no que concerne à “esperança de renovação científica” que tomou conta das ciências sociais, a Lingüística Estrutural de cunho formalista apresenta-se “como o modelo para toda uma série de ciências carentes de formalismo. Difundiu-se a grandes intervalos em direção à antropologia, à crítica literária, à psicanálise, e renovou profundamente o modo de questionamento filosófico”.

Nessa efervescência teórica que marca os anos sessenta/setenta do século XX, surge a Análise do Discurso postulando uma reflexão embasada na idéia de que o inconsciente e a ideologia encontram-se materializados na/pela linguagem. Afirma-se que a Análise do Discurso foi construída por meio de interfaces com outros campos do conhecimento, construção essa que decorre das indagações que esse campo dirigiu a três outros: à Lingüística de origem saussuriana, à Psicanálise freudo-lacanianiana, ao Materialismo Histórico (leia-se a releitura de Marx por Althusser). Deste tripé – se assim se pode referir o “resultado” das interfaces estabelecidas – resultou a adoção e ressignificação de noções como língua, sujeito, história, assunto que abordaremos em 2.2. Era preciso, diziam Haroche, Pêcheux e Henry (1971), estudar a linguagem a partir de um viés materialista, e desse ponto de vista resulta, no que concerne à relação com a Lingüística oriunda de Saussure, o distanciamento que aqueles três autores, em sua busca por instaurar um posicionamento outro, designam metaforicamente como “mudança de terreno”, visto que, segundo acreditam eles, a Lingüística deixa de lado questões sobre o sentido. É fato, porém, que a Lingüística saussuriana indiscutivelmente

contribui com as reflexões sobre a linguagem ao mostrar que a relação entre os nomes e aquilo que estes referem não é direta nem natural.

A AD preconiza ter seu quadro epistemológico atravessado, ainda, por uma teoria de cunho psicanalítico da subjetividade. Em Ferreira (2004), lê-se que o contato entre Psicanálise e Análise do Discurso ocorre por meio da categoria *sujeito*, na consideração de um sujeito dividido, incapaz de tudo dizer (conforme teorizado pela Psicanálise lacaniana) e de impedir aquilo que, em suas palavras, poderá emergir do inconsciente. Há algo que escapa ao controle de um sujeito que já não pode mais ser tomado como sujeito uno e plenamente consciente de si. Sobre a noção de sujeito, não é apenas pelo viés AD/Psicanálise, mas também pelo viés AD/Materialismo Histórico (leia-se: Althusser) que se estabelecem pontos pelos quais se pode dizer que a teorização da AD sobre sujeito tangencia, de algum modo, os dois referidos campos, a começar pela proposta de que tal sujeito funciona determinado, ao mesmo tempo, pelo inconsciente (hipótese dita a partir de uma certa leitura da Psicanálise) e pela ideologia (o que atesta uma releitura da obra de Althusser).

Resta apresentar então o terceiro campo presente no quadro epistemológico, qual seja, o Materialismo Histórico (de onde decorre não só a questão da interpelação do indivíduo em sujeito, mas também a reformulação do conceito de ideologia, aspectos que serão comentados na seção subsequente). Ao prenunciar uma crise que afundaria o Marxismo, Althusser constrói uma releitura da obra de Marx. Como revela Dosse (1992/1994, p.111), acerca dessa fase dos anos sessenta (1967-1968), “os marxistas não podem mais continuar praticando o jogo de esquiva”, porque “a intervenção de Althusser, e sua repercussão, não o permitem e a admiração espetacular pelo estruturalismo torna necessário o debate teórico com as posições estruturalistas”, debate que, na verdade, já havia sido iniciado em 1964 por Lucien Sebag, o qual publicara *Marxisme et structuralisme*. E prossegue Dosse (*ibid.*), afirmando que, nesta ocasião, a ambição de Sebag “aparenta-se com a de Althusser na mesma época: reconciliar o marxismo e a racionalidade contemporânea, graças às contribuições oferecidas pelas ciências sociais”.

É, portanto, nessa conjuntura em que se fazia então “althusserianismo sem o saber”, na medida em que “ele participava do espírito do tempo”, que “toda uma geração descobre paradoxalmente na sua prática política um Marx reinterpretado por Althusser” (*idem*, p.193). A proposta deste último (1975/1987), aliás, é derrubar a vulgata marxista, deslocando a questão da ideologia (logo, o estudo desta) de um patamar puramente teórico, para uma dimensão prática, ou seja, aquela que investigue a questão dos Aparelhos de Estado (divididos

entre os Repressivos e os Ideológicos), pelos quais se exerce a dominação entre classes. Pêcheux (1975/1988, p.76), por sua vez, dirá que

o essencial da tese materialista consiste em colocar a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de suas leis, que chamaremos daqui para frente processo científico-conceptual) em relação ao sujeito, *colocando simultaneamente* a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior (de onde resulta o caráter necessário dos efeitos que afetam esse sujeito, chamados, doravante, processo nocional-ideológico) [grifos do autor].

Embora se constitua com base em interfaces, a Análise do Discurso afirma-se como um campo teórico com seu objeto próprio e especificidades. Ao pretender desvendar, através de uma articulação entre teoria e prática, o processo por meio do qual se criam as evidências de um sujeito fonte do dizer e de um sentido literal e intrínseco à palavra (evidências essas pelas quais é responsável a ideologia), a AD visa a compreender a maneira como um objeto simbólico produz sentidos por/para sujeitos. Quanto à prática analítica, Pêcheux (1984/1998, p.53), citando Marandín, aponta que a especificidade da Análise do Discurso reside em que “não se trata de uma leitura plural na qual um sujeito joga multiplicando os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despojado e responsável pelo sentido que lê”.

Esse é o campo concebido por Pêcheux, filósofo que mobilizou o discurso como objeto da AD por considerá-lo adequado à constituição de um nó onde se intrincassem as questões em torno de língua, história e sujeito (Maldidier, 1990), tendo em vista a confluência entre os domínios de saber que comporiam as bases epistemológicas do referido campo (Pêcheux; Fuchs, 1975/1993). Quando do surgimento da AD, interessava analisar o discurso marcadamente político, visto que ele era o próprio instrumento do poder (político). Cumpria, pois, elaborar mecanismos de análise que visassem a elucidar o vínculo “subterrâneo” entre a prática política de então e as relações sociais. Evidentemente, o campo de interesse ampliou-se, abriu-se à análise de outros discursos.

Na pesquisa aqui proposta, analisa-se o “discurso das revisões”, ou antes, o processo discursivo de reformulação de livros, processo esse que, também ele, coloca a necessidade de fazer emergir o subterrâneo; neste caso, o vínculo entre a prática da reescrita e as relações subjetivas com a produção de conhecimento (lembrando que o sujeito é sócio-histórico). Diante desse propósito, a subseção a seguir trará do quadro conceitual da AD um recorte dos conceitos indispensáveis ao caso particular a ser examinado.

2.2 Algumas noções essenciais

Sendo o discurso o objeto teórico da AD, a singularidade desse objeto reside no fato de o mesmo ser definido como um “efeito de sentido” entre os pontos A e B (Pêcheux, 1975/1993, p.82), pontos que não correspondem a indivíduos empíricos, mas a determinados lugares na estrutura de uma dada formação social, lugares que se encontram presentes (mas transformados) por meio de representações discursivas que, por sua vez, decorrem das formações imaginárias, ou seja, equivalem a imagens construídas pelos sujeitos acerca de seus lugares sociais e daquilo que falam/lêem/escrevem.

Se o discurso corresponde a um “efeito de sentido”, este efeito, por sua vez, precisa materializar-se de algum modo: considera-se, então, que o discurso tenha uma dupla materialidade, a qual é simultaneamente lingüística e histórica. Lingüística, na medida em que o discurso depende da língua para ser textualizado. É pela língua que o sujeito rediz (repete, modifica) e às vezes não diz (silencia) o dito; a língua, que não é transparente, corresponde à base material comum sobre a qual se realizam diferentes *processos discursivos*⁶, resultantes, por sua vez, de “processos discursivos sedimentados” (Orlandi, 1996a, p.162). A língua é, portanto, condição de possibilidade do discurso e significa porque se inscreve na história, não na história-cronologia, mas na história enquanto historicidade, trabalho dos sentidos no texto. E assim se chega à materialidade histórica do discurso, a qual aponta para o fato de que este último corresponde à forma de existência material da ideologia.

Um discurso não existe isoladamente, e sim em constantes relações de sentidos com outros, anteriores ou posteriores, com base nos quais se constitui e aos quais remete, seja para fazer alusão, reafirmar, seja para refutar. Por isso, deve sempre ser remetido às condições de sua produção, como aponta Pêcheux (1969/1993), condições estas que compreendem os sujeitos, o contexto sócio-histórico, a memória, aliados à questão das formações discursivas, como quer Courtine (1981). É ainda Pêcheux (1982/1990b, p.9) quem coloca o fato de que

não há, pois, discurso, realmente falado por seres humanos, que possa se destacar completamente dos trás-mundos (ou dos pré-mundos) que o habitam: o aforismo nietzscheano, segundo o qual os homens não poderão se desembaraçar da religião enquanto continuarem aderindo à gramática, designa talvez o impossível de uma sociedade integralmente liberta de toda religião, seja a de um deus, a de um povo ou uma nação, a do povo, da Classe Trabalhadora ou da humanidade, a da Ciência ou do Método, ou a de sua própria Subjetividade.

⁶ Pêcheux (1975/1988, p.246) entende por processo discursivo “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada”, ou seja, em um domínio de saber, como veremos adiante.

Courtine (1982, p.246), que revê as concepções de Pêcheux, acredita que a noção de condições de produção do discurso “*règle, en AD, le rapport de la matérialité linguistique d'une séquence discursive aux conditions historiques qui déterminent sa production*”, de um tal modo a fundar, no que concerne à prática de análise, os procedimentos de constituição do *corpus* discursivo, entendido como “*ensemble de séquences discursives dominées par un état donné, [...] des conditions de production du discours*” (*ibid.*).

O que precede sinaliza para que se pense no fato de que o sentido – lembremos: o discurso é um efeito de sentidos materializado textualmente –, na medida em que existe numa conjuntura resultante de tais condições, tem um estatuto de não-fixidez, estatuto esse que inscreve a dispersão no interior daquilo que está sendo dito. Acreditando que a literalidade é uma ilusão, Pêcheux (1975/1988) constrói uma perspectiva segundo a qual não há uma relação de transparência que permitiria afirmar que uma determinada palavra possui um sentido intrínseco. Para esse autor (*idem*), o sentido de uma formulação dada decorrerá das posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico em que ocorre a produção de tal formulação, posições essas que, por sua vez, se encontram vinculadas a formações discursivas específicas.

Resulta daí afirmar, a partir de Pêcheux (1983/1990c), a equivocidade da língua: todo enunciado é passível de tornar-se outro ao deslocar-se discursivamente de seu sentido e derivar para outro, movimento esse que, para o referido autor, ocorre no momento em que o enunciado migra de uma FD a outra. No entanto, deve-se dizer que não é apenas a FD – enquanto um domínio específico de saber – que confere sentido àquilo que é dito, mas também a legitimação (ou não) do lugar a partir do qual o sujeito enuncia. Abordemos melhor esse ponto, começando por dizer que a categoria denominada como “*formação discursiva*” é construída, em AD, a partir de reflexões oriundas de Foucault (1969/2007).

Foucault (*idem*) propõe uma arqueologia das práticas discursivas que subjazem a rótulos como a Medicina, a Gramática, a Biologia (por exemplo), domínios autônomos de saber, mas nunca independentes uns dos outros; domínios regidos por determinadas regras, mas nem por isso imutáveis. Interessa-lhe descrever não teorias, mas discursos, e fazê-lo a partir da análise de arquivos, sendo estes entendidos como as “*coisas ditas*”; interessa-lhe, enfim, pedir a esses domínios que se justifiquem em sua reivindicação de serem campos cuja aparente unidade lhes específica uns em relação aos outros. A proposta de Foucault é a de encontrar meios de definir e descrever as relações entre enunciados que formam grupos como aqueles acima citados. Diante de tal propósito, o autor coloca e testa progressivamente uma série de questionamentos, centrados nas seguintes possibilidades: descrição a partir de um

domínio fechado de objetos, de um determinado modo de enunciar; de uma dada maneira de organizar conceitos, ou ainda, conforme um quadro temático específico.

Tendo construído essa reflexão, a qual leva em conta a heterogeneidade desses conjuntos de enunciados, Foucault propõe que se trabalhe sobre a dispersão e se busquem, pois, as regras de formação que regulam os sistemas de dispersão. Ora, “que espécie de laços” – indaga o autor (*idem*, p.36ss) – “reconhecer validamente entre todos esses enunciados que formam, de um modo ao mesmo tempo familiar e insistente, uma massa enigmática?” Seriam esses laços decorrentes da hipótese de que “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto”? Seriam eles decorrentes da hipótese segundo a qual se deveria considerar a forma e o tipo de encadeamento, o estilo, “um certo caráter constante da enunciação”? Ou teriam algo a ver com a possibilidade de estabelecer seu agrupamento e determinar o sistema dos conceitos permanentes e coerentes em jogo, ou ainda, teriam relação com “a identidade e persistência dos temas”? Intrigado com essas indagações, Foucault chega ao seguinte proceder:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (*op.cit.*, p.43)

Ora, Foucault interessa-se pela questão do conhecimento e pretende estabelecer um método de arqueologia do saber. Por sua vez, Pêcheux (1975/1988), que ressignifica a categoria em pauta a partir de um viés marxista, concebe por formação discursiva aquilo que, a partir de certa posição e conjuntura ideológicas dadas, determina, enfim, regula o que pode e deve ser dito. Toda formação discursiva – diz ele – dissimula, pela transparência do sentido que ali se constitui, o fato de que há sempre um “algo” que fala antes, em outros lugares e independentemente.

Já Courtine (1981, p.245), para quem a FD regula também o que não pode/ não deve ser dito, acredita que a mesma é uma unidade dividida, “une hétérogénéité par rapport à soi-même”; uma unidade cujas fronteiras – essencialmente instáveis em virtude de determinações do interdiscurso (o “todo complexo com dominante” de FDs, para Pêcheux, 1975/1988) – deslocam-se em função de embates ideológicos. Ainda sobre isso, Brandão (2004, p.93) traz as seguintes considerações: no universo do que é gramaticalmente dizível, toda FD, ao mesmo tempo em que “circunscreve a zona do dizível legítimo, definindo o conjunto de enunciados possíveis de serem atualizados em uma dada enunciação a partir de um lugar determinado”,

igualmente “circunscreve uma zona do não-dizível, definindo o conjunto dos enunciados que devem ficar ausentes do seu espaço discursivo”. Pode-se sintetizar o exposto afirmando-se que a FD regula o que pode/deve ou não ser dito na conjuntura dada da história de uma formação social, conjuntura essa caracterizada por certo estado das relações sociais e da produção de conhecimento.

É pela falha naquilo que a AD chama de “ritual de interpelação”, que existe a possibilidade de as fronteiras de uma formação discursiva dada acolherem novos saberes. Isso se dá através do sujeito; as reflexões pecheutianas postulam que a constituição do indivíduo em sujeito, ou interpelação, efetua-se pela identificação deste com uma formação discursiva em especial (ocorrendo isso pelo viés da forma-sujeito), momento em que se funda, para esse sujeito, que é clivado, uma unidade imaginária. Entretanto, prefere-se aqui o posicionamento de Indursky (2008), para quem o sujeito não se identifica diretamente com a formação discursiva ou sua forma-sujeito, mas com uma determinada posição-sujeito que tanto pode ser a dominante naquele campo de saber, quanto pode ser uma posição divergente. O sujeito, nessa perspectiva, traz para dentro do “seu” domínio saberes que até então ali não figuravam, produzindo uma movimentação dos sentidos nesse domínio e fazendo um trabalho sobre a forma-sujeito, trabalho do qual resulta, freqüentemente, a fragmentação de tal forma-sujeito e o surgimento de uma nova posição-sujeito.

Pode-se afirmar⁷, a partir do que precede, que, de certa maneira, há uma temporalidade no interior de uma FD, na medida em que as posições-sujeito não surgem todas ao mesmo tempo, tampouco os saberes são fixos, imutáveis. Além disso, a FD é lacunar: nem tudo pode ser ali inserido, e se forem observadas as diferentes séries temporais, ver-se-á que alguns saberes não existiam antes ou não podiam ser ditos por serem tidos como impossíveis, mas, “de repente”, passam a ser ditos. O impensado torna-se, pois, possível de ser enunciado e, até mesmo, reformulado.

Resta enunciar, agora, algo a respeito da ideologia, redefinida em AD. Constitutiva do discurso, a ideologia intervém na textualidade através de uma formação discursiva. Desta forma, além de funcionar na constituição do sujeito, a ideologia, concebida enquanto “prática significativa” (Orlandi, 1996b), direciona a atribuição de sentidos em uma dada direção (e não outras), a qual aparece ao sujeito como sendo a mais natural e evidente. Evidência esta que, aliás, o sujeito estende para os demais sujeitos, na crença de que, se é evidente para ele,

⁷ Em conformidade com Foucault (1969/2007) e Indursky (2008), o que não significa que ambos tematizem a questão desde um mesmo ponto de vista: em Foucault, trata-se de pensar as relações entre dispersão e regras de formação; já em Indursky, trata-se de pensar a emergência de novos posicionamentos constituídos sócio-historicamente.

também o é para os outros. A ideologia está ligada às formações ideológicas (FIs), que se materializam através das formações discursivas. Para compreender as FIs, pensemos em um dado elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras, na conjuntura ideológica típica de uma dada formação social (esta última concebida enquanto ligada a um certo estado das relações entre as classes componentes de um dado grupo em um momento histórico específico). Como apontam Haroche *et al.* (1971), uma formação ideológica constitui um complexo conjunto de atitudes que, situadas num entremeio entre o individual e o universal (e dizemos “entremeio”, pois, já que não são nem individuais, nem universais, algo têm de ser), se relacionam “mais ou menos diretamente” a posições de classes em conflito umas com as outras. De todo o exposto resulta poder afirmar que esse conflito de posições pode ocorrer no âmbito de uma única formação discursiva, no interior da qual se constitui o sujeito-autor-revisor. Quanto aos conceitos aqui mobilizados, em que podem eles contribuir à investigação do processo discursivo que nos interessa?

2.3 O papel das noções prévias na reflexão

Se se toma como objeto simbólico um livro e ali se vê uma forma de materialização lingüístico-histórica do discurso, torna-se nítido que o livro não existe isoladamente, e sim em inevitável e permanente contato com outras produções teóricas, e isto não apenas porque é a partir destas que se constitui, mas igualmente porque será desencadeador de novas. Tais considerações ora tecidas têm por embasamento Pêcheux (1969/1993), autor que enfatiza a indispensável remissão de um discurso a toda uma rede de outros. Se um discurso mantém permanente contato com outros, e é materializado lingüisticamente por meio do texto do livro, tal consideração conduz a um ponto imprescindível: a impossibilidade de postular fechamento em um domínio de saber (também referido como formação discursiva), seja ele a Lingüística, a Geografia, a Sociologia, a Biologia, a Química, a Análise do Discurso. Com algumas ressalvas recaindo sobre um campo como o da Matemática, por exemplo, no qual parece haver, a princípio, menos espaço (necessidade?) para reformulações, quem nunca presenciou mudanças: mapas que precisaram mudar em virtude do surgimento de novos países; alterações necessariamente feitas na tabela periódica pela “descoberta” de novos elementos químicos; estudos lingüísticos que vieram lançar novas luzes às pesquisas sobre linguagem... apenas para citar alguns exemplos? Engendra-se, assim, um jogo entre o que pode e deve, ou não mais, ser dito no interior de cada formação discursiva (FD) – no caso desta Pesquisa, podem-se nomear como FDs a Gramática, a Poética, a Sociologia, a Análise do Discurso – em

relação à conjuntura sócio-histórica que marca a produção de cada uma das edições tomadas para análise.

Pela língua é que as várias modificações materializam-se: a língua é, pois, a base dos processos discursivos de reformulação de livros e, não sendo transparente, permite deslizamentos de sentido, por meio dos quais uma palavra como *substantivo*, por exemplo, ou mesmo uma formulação inteira, podem ser diferentemente significadas na edição X e na edição revista de X. A inscrição desta última na historicidade é o meio pelo qual se pode constatar esse deslizamento de sentido de uma edição a outra. Ora, se o sentido não pudesse tornar-se de fato outro, a ressignificação de uma categoria ou enunciado seria efetivamente inviável, na medida em que existiria algo de “inerente”, de “substancial” a inviabilizar a redefinição de cada termo pelo sujeito-autor-revisor.

Tangenciando-se, acima, o trabalho do sujeito, eis que emerge a urgência de convocar a Segunda Parte, na qual três pilares sustentarão a continuidade da presente Pesquisa, a saber: autoria, reformulação e intertextualidade, respectivamente.

Segunda Parte:
para abordar a especificidade do processo discursivo de reformulação de livros

L'homme a toujours senti – et les poètes ont souvent chanté – le pouvoir fondateur du langage, qui instaure une réalité imaginaire, anime les choses inertes, fait voir ce qui n'est pas encore, ramène ici ce qui a disparu. [...] Parce que le langage représente la forme la plus haute d'une faculté qui est inhérente à la condition humaine, la faculté de symboliser [grifo do autor].

Émile Benveniste

1 O PONTO DE VISTA CRIA OS CONCEITOS: DIÁLOGOS TEÓRICOS SOBRE AUTORIA, REFORMULAÇÃO E INTERTEXTUALIDADE

Tão heterogêneas quanto a linguagem são as teorias que a investigam, o que, aliás, não constitui problema algum, na medida em que jamais uma *única* teoria seria suficiente para abordar tão rica e enigmática faculdade do homem. Serão aqui mobilizados também alguns aspectos que procedem de campos outros que não a AD, e isso por julgar-se que, de uma forma ou de outra, tais aspectos são úteis à reflexão pretendida. Não serão negligenciadas, certamente, as especificidades teóricas de cada campo: trata-se de diferentes pontos de vista, cada qual com seu objeto específico, seus objetivos próprios, seus métodos singulares.

Em alusão a Saussure (1916/1975), intitulamos a presente seção afirmando que o ponto de vista cria os conceitos. Ora, o mestre genebrino acreditava – e este é também nosso posicionamento – que *o ponto de vista cria o objeto*. Tal é também o posicionamento de Guimarães (1995), quando este aborda a categoria *texto*. Ao vincularmos indiretamente objeto e conceito, a partir da consideração de que este último só existe à medida que se deseje teorizar sobre um dado objeto, queremos reafirmar a relatividade intrínseca ao processo de conceitualização. Ou seja, no âmbito desta Dissertação, algumas questões que se poderia inicialmente colocar são: o que é autoria? O que é intertextualidade? E reformulação? No entanto, tais categorias somente ganham seus matizes no momento em que são trabalhadas por este ou aquele domínio teórico.

A pergunta que se deve então fazer é, por exemplo: o que é intertextualidade para uma perspectiva X ou Y? E assim por diante. Procuraremos destacar, das áreas com as quais dialogaremos, aquilo que se revela essencial à reflexão pretendida (não mais do que isso), procedimento esse que nos parece a melhor maneira de preservar a integridade dos campos visitados. Mobilizaremos cada um dos domínios sem perder de vista que os estaremos *recortando-recontando* (cabe muito bem o trocadilho) conforme nossos propósitos, cientes de toda uma amplitude que não será mais do que sinalizada. Acreditamos que o conhecimento vai se formando dos diálogos, das movimentações que estes inevitavelmente promovem, e condenamos, portanto, qualquer opção de ficar imune às reflexões que têm acontecido e àquelas que marcaram a conjuntura social, histórica, cultural e, sobretudo, acadêmica de nosso tempo.

A trajetória da reflexão sobre autoria é esta: em *1.1.1*, interessa discutir brevemente a autoria de um modo geral, através de aspectos que abrangem desde a escrita até as relações entre o autor, o conhecimento e a produção do livro; já em *1.1.2*, interessa pontuar, pelo viés da AD, algumas considerações sobre o sujeito e a função enunciativa por ele exercida na produção do livro, momento em que serão mobilizados mais alguns conceitos necessários à presente Pesquisa. Por fim, em *1.1.3*, será elaborada uma síntese pensando-se especificamente a autoria no processo discursivo de reformulação de livros. Por ora, é suficiente trazer apenas estes tópicos.

1.1 A autoria e as relações entre sujeitos, obras, saberes

A autoria é um tema de interesse para os mais diversos campos de saber (Literatura, História, Análise do Discurso, somente para citar alguns). Interessa aqui o fato de que o trabalho de autoria entrelaça entre si o sujeito, o saber, a sociedade, a obra.

Gallo (1992, p.54) acredita que a figura do autor é, desde sua origem, algo paradoxal, e isso de uma tal maneira que “ao mesmo tempo que está na base de uma produção 'original', só se realiza dentro de um campo discursivo já cunhado e devidamente legitimado”. É o que trarão, de um modo mais aprofundado, as próximas linhas.

1.1.1 Um breve panorama multidisciplinar

Hagège (1985, p.66) alerta para algo que não se pode desprezar, a saber: as variadas acepções do termo “escrita”; ora, sob este termo – lembra o autor – podem estar inclusive “os mitogramas rupestres do Paleolítico superior, que mostram cenas de caça”. Hagège fala da escrita em geral, e se aqui figuram essas considerações, tal proceder deve-se à necessidade de partir-se do mais amplo (a escrita em geral) ao mais específico (a escrita em forma de livro impresso).

Outro autor, Rancière (1995, p.7), afirma que o conceito de escrita é político; a escrita “é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição”. Para este autor (*idem*, p.97), “a 'escrita' não é o contrário da palavra oral, ela é o contrário da palavra viva”. Esta oposição entre a palavra “viva” e a “morta” conduz de volta a Hagège (1985, p.66): tendo comparado a invenção da escrita à descoberta do fogo, o autor aponta que, com a escrita, a espécie humana passava a “dispor de um meio durável de fixar as palavras e de reter o conhecimento da [...] história”, o

que facilitava, de certa maneira, o trabalho da memória coletiva em impedir que saberes transmitidos oralmente corressem o risco de perder-se no esquecimento. E se, por um lado, o texto escrito revela-se um “sulco morto; um diálogo à distância, de onde está abolida a vizinhança das bocas, dos ouvidos e dos olhos”, por outro lado, e em função justamente dessa sua condição, esse texto aparece como a presença de um objeto disponível a qualquer leitor, e ao qual “o seu estado confere duração e intensidade” (*ibid.*). Ao “alongar-se sobre uma porção de espaço”, o texto escrito permite todas as combinações, os regressos, as permutas que se quiser, “substituindo as coisas ausentes, bem como as palavras proferidas que na sua sucessão se anulam umas às outras, pelos traços imutáveis de palavras que todos podem deter-se a contemplar” (*idem*, p.66 e 67).

Essa relação entre o texto escrito e o “diálogo à distância” é assim tão possível e ampla em virtude do surgimento da imprensa, ou seja, com a crescente publicação, divulgação e comercialização de livros. E sobre isto, recorramos a um autor que propõe realizar em seu trabalho uma sociologia do conhecimento: Burke. Segundo ele (2003, p.145), a publicação de livros era, já no século XV, “um negócio que atraía o interesse de negociantes que já ajudavam a financiar impressores”, os quais “às vezes encomendavam novas edições de textos clássicos, traduções e obras de referência”.

A impressão estimulava a comercialização de conhecimento e, conseqüentemente, a concorrência, da qual Burke (*idem*, p.145-146) menciona um sintoma, qual seja, “a reivindicação, nas folhas de rosto, de que a nova edição era mais acurada que as anteriores, ou incluía mais informação, ou que oferecia um sumário ou índice que faltava às outras”. Ora, o autor (*idem*, p.19) lembra que a importância da imprensa não se limitou à ampla difusão do conhecimento e à “publicidade de conhecimentos relativamente privados ou mesmo secretos (de segredos técnicos a segredos de Estado)”; a imprensa viabilizou com maior facilidade diálogos entre conhecimentos variados. E, ainda, padronizou-os, possibilitando então “que pessoas em lugares diferentes lessem os mesmos textos ou examinassem imagens idênticas”, bem como incentivou o “ceticismo, [...] ao permitir que a mesma pessoa comparasse e contrastasse explicações alternativas e incompatíveis do mesmo fenômeno ou evento” (*ibid.*).

O conhecimento, processado na cidade, “era distribuído ou reexportado em forma impressa”, modo esse que “atenuava as barreiras geográficas”, na medida em que viabilizava que os conhecimentos fossem deslocados de seus “ambientes originais” (cidades onde eram produzidos, em especial as européias) para uma série de outras localidades geograficamente distantes. Segundo o autor (*idem*, p.75), “a rede de distribuição de livros, pelo menos

originalmente, tendia a seguir rotas estabelecidas de negócios, mas acabou por criar suas próprias rotas”.

As relações entre autor, conhecimento e obra são um tema de grande interesse também para Foucault (1969/1992), que, em seu artigo intitulado “O que é um autor?”, propõe uma verdadeira “arqueologia”⁸ do termo em questão. Ao acreditar que os textos, livros, discursos passaram a efetivamente ter autores (deixando, pois, de ter sua escrita atribuída a personagens míticos ou a figuras sacralizadas/sacralizantes), Foucault afirma, sobre a noção de autor, que a mesma corresponde ao momento mais forte da individualização de um discurso que, se antes era meramente um ato, na atualidade, porém, é um produto.

Daí decorre que o autor enquanto função é o que caracteriza, pois, o modo de existência, circulação e funcionamento de certos discursos no interior de uma dada sociedade. Diretamente vinculada “ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos”, a função-autor é exercida de modo desigual entre os discursos. Isto por envolver operações complexas em torno do fato de que variam as épocas, os tipos de discursos, as “formas de civilização” (*idem*, p.56), e mais, pelo fato de que “não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários 'eus' [...], a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar” (*idem*, p.56-7). Disso resulta que sujeito e autor não se equivalem indistintamente: assim, este não é senão uma “função vazia” a ser ocupada por aquele; o autor, então, corresponde a uma função que pode ser ocupada por indivíduos de certo modo indiferentes, mas isto, desde que se leve em conta a legitimação da posição a partir da qual fala o sujeito, uma vez que a autoria se exerce de maneiras diversas conforme se trate de um prefácio, um tratado de Matemática, uma obra literária.

Também Chartier (1994, p.52), cuja posição é a de historiador, considera a autoria uma função. Para ele, esta encontra-se “plenamente inscrita no interior da cultura impressa” tanto na perspectiva responsável por vincular a autoria “às censuras da Igreja ou do Estado”, quanto naquela que costura a autoria à propriedade literária. Pode-se identificar, aqui, um posicionamento semelhante ao de Burke, sobretudo quando Chartier (*idem*, p.52-3) diz que, nos dois casos acima, a autoria “parece decorrer” de transformações essenciais trazidas pela imprensa: esta tornou mais ampla, logo, “mais perigosa a circulação de textos desafiando a autoridade, bem como criou um mercado que pressupõe o estabelecimento de regras e

⁸ Esta hipótese de uma arqueologia é nossa: ora, interessa-lhe perscrutar de tal forma a noção (e o modo como ela vem sendo considerada quer na Crítica, quer na Filosofia), que nos autorizamos, então, a comparar o que Foucault faz ali com o que fizera em *Arqueologia do Saber* (1969/2007), quando propôs uma arqueologia das práticas discursivas.

convenções entre todos os que dele tiram proveito” (seja este econômico ou simbólico): o escritor, o livreiro-editor, o impressor.

No entanto, o historiador em questão lembra-nos que “os traços fundamentais que, no livro, manifestam a atribuição do texto a um indivíduo particular, designado como seu autor, não aparecem apenas com as obras impressas, mas caracterizam o livro manuscrito desde o início de sua existência” (*ibid.*). Isso é reforçado ainda mais – lembra Chartier (*idem*, p.58) – pela presença freqüente, no livro, de um retrato do autor, presença essa cujo objetivo maior é o de “constituir a escrita como expressão de uma individualidade que fundamenta a autenticidade da obra”, o que vem desde o século XIV, afinal, “retrato” não significaria necessariamente a fotografia tal como a conhecemos hoje.

As relações de poder e o controle social sobre os discursos, por sua vez, remetem de volta a Foucault, visto serem o tema do livro *A ordem do discurso*, no qual esse autor (1971/2006), partindo dos questionamentos “o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”, procura identificar e debater os principais processos de controle dos discursos. Ele acredita que toda sociedade contém modos de controlar, selecionar, organizar, redistribuir a produção do discurso, procedimentos esses cuja função é a de “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (*idem*, p.9). Dentre os vários procedimentos apontados por Foucault, interessam, sobretudo, três: interdição, autoria e comentário.

O primeiro corresponde a um procedimento de exclusão, o qual aponta para o jogo entre o permitido e o não permitido de dizer, revelando, pois, as relações entre discurso, desejo e poder. Com base em Foucault, pode-se afirmar que a interdição funciona no processo discursivo de reformulação de livros, na medida em que, no interior de um dado campo de saber, interdita-se a possibilidade de continuar afirmando tal ou tal consideração, e isto em virtude das transformações por que passou o referido domínio.

Quanto à autoria, trata-se de um princípio de agrupamento do discurso, princípio esse responsável não apenas pela unidade e origem das significações desse discurso como também por limitar-lhe o “acaso”, e isto “pelo jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*” (Foucault, *idem*, p.29) [grifos do autor]. Para Foucault (1969/1992), autor não é somente o de um texto, livro, obra, já que ele pode transcender a tudo isso e ser, portanto, um fundador de discursividade, ou de ciência. Quanto a estes fundadores de ciência, não são somente autores de suas obras e/ou livros, e sim aqueles que produzem as possibilidades e as regras de formação de outros textos, enfim, aqueles que estabelecem uma

possibilidade indefinida de discursos. Ao possibilitar a emergência de diferenças (vindas de outrem, dos sucessores) em relação a seus textos e posicionamentos, no interior do campo que constituíram, eles abrem “espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram” (*idem*, p.60). Cria-se, assim, um jogo entre repetir e deslocar. Decorre daí a diferença entre instauração de discursividade, de um lado, e fundação científica, de outro.

Foucault (*idem*, p.66) menciona ainda o “reexame”, distinguindo-o em dois tipos: segundo o autor, um reexame do texto de Galileu, por exemplo, ainda que mude o conhecimento que se tem da história da mecânica, não o faz em relação à própria mecânica; já um reexame de um texto de Freud, modifica a própria Psicanálise. Isso na medida em que tais retornos se fazem “na direção de uma espécie de costura enigmática da obra e do autor”. De fato, é enquanto “texto de um autor particular que um texto tem valor instaurador e é por isso, porque se trata do texto de um autor, que é preciso regressar de novo a ele” (*ibid.*). Foucault, entretanto, acredita haver, também, discursos cujo sentido ou “eficácia” não provenham de um autor; discursos, portanto, que necessitam apenas de um signatário, não de um autor (o que não significa, evidentemente, negar a existência de alguém que o produza).

Finalmente, quanto ao comentário, trata-se de um procedimento de controle interno, sintoma de que “os discursos eles mesmos [...] exercem seu próprio controle” (Foucault, 1971/2006, p.21). O comentário remete para os discursos que se contam, se repetem, se modificam segundo circunstâncias precisas, enfim, discursos que se dizem, bem como discursos “que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (*ibid.*) [grifos do autor]. E mais adiante, prossegue ele: “quem não vê que se trata aí, cada vez, de anular um dos termos da relação, e não de suprimir a relação ela mesma? Relação que não cessa de se modificar através do tempo; relação que toma em uma época dada formas múltiplas e divergentes” (*idem*, p.24). Deslocadas para o objeto que aqui se investiga, tais considerações permitem constatar que o processo de reformulação não pretende anular a relação entre a edição anterior e a revista, mas a própria edição anterior, assunto que será abordado mais adiante.

Acreditando na importância de traçar um panorama geral e prévio, fizemos esse breve percurso de reflexão em torno das relações entre autoria, obra, conhecimento, tarefa essa para a qual foram trazidos autores externos à Análise do Discurso. É, porém, dos trabalhos de Foucault que a Análise do Discurso se valerá para construir uma noção de autoria, ou antes, aquilo que Gallo (1992), Orlandi (1996b), Lagazzi-Rodrigues (2006) denominarão como

sendo “função-autor”. Com o termo função, retira-se da figura do autor, segundo Lagazzi-Rodrigues (*idem*), “qualquer caráter intrínseco”, situando-a, assim, “na relação com a exterioridade que a constrói, situa o autor na história”. A autoria, ou função-autor como se quer em AD, assim como outras noções que a ela se vinculam inextricavelmente, são tema da subseção a seguir.

1.1.2 *Em Análise do Discurso: autoria, sujeito, interpretação*

Para a AD, sempre haverá autoria, qualquer que seja a produção textual. Conforme este viés teórico, a produção de uma formulação implica, antes, a interpelação do indivíduo em sujeito, da qual decorre um determinado posicionamento inevitavelmente atestado na materialidade lingüística.

Afetado pelo esquecimento de que diz algo já dito em outros lugares e momentos, e ainda, pelo esquecimento de que poderia dizer diferentemente (e significar de outro modo além daquele que lhe surge como evidente)⁹, o sujeito, quando da interpelação, apropria-se de saberes que, preexistindo a seu discurso, provêm do interdiscurso (enquanto o lugar onde se encontra uma rede de formulações já-ditas). E o faz sob a ilusão de ser a origem dos mesmos, quando, de fato, apenas os retoma de uma dimensão dessintagmatizada e os lineariza no intradiscurso (que equivale àquilo que está sendo dito ou escrito). Tal proceder confere aos saberes entretecidos uma formulação própria (Indursky, 2003), que, apresentando-se ao sujeito como ilusoriamente nova, simultaneamente inscreve o discurso dele na ordem do repetível, possibilitando, portanto, a historicização daquilo que é dito. O sujeito, produzindo seu texto a partir de um dado lugar social, sofre determinações que são parte do momento histórico em que se situa. Essas determinações são, antes de tudo, de ordem interdiscursiva, ainda que se façam exercer através de uma formação discursiva (FD).

Um ponto a considerar aqui concerne à questão do modo como ocorre a interpelação. Para Zandwais (2005a, p.146), esta contempla, quase indivisivelmente, um desdobramento duplo do indivíduo: em “um sujeito inscrito por determinações históricas e pela ordem do simbólico em uma forma-sujeito” e em “um sujeito-enunciador que toma posições a partir do lugar em que se reconhece como sujeito, e, portanto, se coloca em seu discurso como portador de uma identidade que acredita ser objeto de sua livre opção”.

⁹ Esses “esquecimentos” aparecem, respectivamente, em Pêcheux e Fuchs (1975/1993) e Pêcheux (1975/1988), como sendo: o de número um, de natureza inconsciente, e o de número dois, cujo estatuto os autores dizem ser pré-consciente/consciente.

A tomada de posição ocorre simultaneamente à produção do discurso, e quanto a isso Pêcheux (1975/1988) formula a existência de três “modalidades”: identificação, contra-identificação e desidentificação, sendo que todas elas envolvem uma relação entre o sujeito produtor de discurso e o Sujeito Universal (ou forma-sujeito, enquanto organizadora dos posicionamentos possíveis) do domínio de saber no interior do qual se constitui o sujeito. Antes de explicar tais modalidades propostas por Pêcheux, lembre-se com Zandwais (2005a, p.145) que as mesmas “não são evidentes, nem diretamente apreensíveis, enquanto formas de apropriação/reprodução/trans formação de efeitos pré-construídos que dominam os sentidos de seu [do sujeito] dizer”; elas representam “diferentes modalidades de ‘captura’ do sujeito em seu processo de assunção de uma identidade”.

Isso posto, a primeira modalidade concebida por Pêcheux (1975/1988), identificação, refere a superposição entre sujeito e Sujeito; trata-se do “bom sujeito”, aquele que reproduz fielmente os saberes. Já o segundo caso, a contra-identificação – à qual a presente Pesquisa deve lançar mais luz –, refere uma relação tensa entre sujeito e Sujeito, uma agitação (este é um termo bem apropriado) no interior da FD. Como o nome sugere, a contra-identificação corresponde a uma tomada de posição que duvida, questiona e/ou contesta os saberes da FD; no entanto, o sujeito questionador permanece, mesmo assim, naquele domínio de saber, sendo chamado por Pêcheux, em decorrência disso, de “mau sujeito”. Essa permanência do sujeito atesta a não-unicidade característica da forma-sujeito. A contra-identificação permite entrever a heterogeneidade na formação discursiva. Por fim, a terceira modalidade corresponde à desidentificação, caso em que o sujeito desliga-se de relações com o Sujeito Universal de um domínio, a fim de migrar para outro campo e, neste movimento, identificar-se, portanto, com outro Sujeito a partir de nova interpelação.

Pêcheux (*idem*) considera que as duas primeiras modalidades – identificação e contra-identificação – ocorrem no âmbito de um único domínio de saber, ao passo que a terceira delas – a desidentificação – implica necessariamente dois, pois envolve a migração do sujeito de um domínio a outro. Conforme Pêcheux, o porquê de acontecer esta migração escapa à total consciência do sujeito; mas deve-se lembrar que também nas outras modalidades atuam processos de natureza inconsciente. A desidentificação não está presente propriamente nas análises que faremos, mas mencionar sua existência faz-se necessário, não apenas como um meio de contraponto em relação à contra-identificação, mas igualmente em virtude de reflexões posteriores abarcadas sob o título de Encaminhamentos Finais (mais adiante, na quarta seção da Terceira Parte).

A heterogeneidade da FD é esboçada por Pêcheux em seu livro *Les Vérités de La Palice* (1975, traduzido no Brasil como *Semântica e Discurso*, em 1988) e abordada no artigo “Remontons de Foucault à Spinoza” (1990a). Indursky (2008), fazendo disso a base de sua reflexão, propõe uma releitura das três modalidades pecheutianas por meio das quais o sujeito relaciona-se com a FD que o determina, releitura essa decorrente do objetivo de refletir acerca da trajetória da categoria *sujeito* em AD. O trabalho da autora interessa, notadamente, em virtude da proposta ali presente de conceber a categoria do *acontecimento enunciativo*, essencial à investigação que aqui vem sendo construída.

Indursky acredita que, antes de identificar-se com a forma-sujeito propriamente dita e através dela com a ideologia, o sujeito relaciona-se, na verdade, com parcelas de saber da FD. Para a autora, o fato de a forma-sujeito ser fragmentada e comportar em si a contradição autoriza que se possa considerar a existência de mais do que duas posições possíveis: há uma posição que aparece como dominante, mas há também espaço não para uma, mas para várias outras posições-sujeito que podemos designar como “não-dominantes” em relação àquela.

Depreende-se das reflexões de Indursky a possibilidade de haver diferentes posicionamentos coexistentes de *contra-identificação* passíveis de ser comportados pela forma-sujeito de um domínio de saber, e isto em decorrência de singulares modos de relação sujeito-ideologia (via tomada de posição). A hipótese segundo a qual cabem várias posições-sujeito no interior da FD já havia sido sinalizada por Courtine (1981), para quem a forma-sujeito corresponde ao conjunto das diferentes posições-sujeito enquanto formas particulares de relacionamento do sujeito com o Sujeito. Conseqüentemente, as diferenças que se instauram no interior de um domínio de saber – e que são foco de interesse na presente Pesquisa – decorrem do jogo entre posição-sujeito dominante e posições-sujeito não-dominantes. O sujeito, observado a partir dessa segunda modalidade,

mostra-se mais que desdobrado. Ele é um sujeito dividido em relação a si mesmo, por conseguinte, heterogêneo e disperso em relação aos saberes da FD em que se inscreve e em relação aos sentidos que mobiliza, de que se apropria e que produz, constituindo esta forma de subjetividade que estou chamando de fragmentação do sujeito em AD. (Indursky, 2008, p.30-31)

Se a discordância do sujeito ocorrer com relação a toda a forma-sujeito, então há desidentificação. Uma vez que o acontecimento discursivo, associado à desidentificação, faz surgir, segundo Pêcheux (1975/1988), uma nova FD em fase de constituição, a questão para Indursky é pensar o caso em que a movimentação de sentidos no interior da FD não chega a

induzir a ruptura “radical e definitiva”, antagônica mesmo, própria à desidentificação. Daí a proposta de conceber o *acontecimento enunciativo*.

Este segundo tipo de acontecimento relaciona-se à contra-identificação, a qual se dá com a posição-sujeito dominante. O acontecimento enunciativo coloca em cena um novo modo de enunciar no interior de uma FD, modo este que opera pelo viés da tensão e do estranhamento; trata-se, portanto, de um conflito interno, que ocorre em relação aos modos enunciativos de uma dada posição-sujeito (geralmente a dominante). A noção de *acontecimento enunciativo* revela-se essencial à compreensão dos modos de funcionamento do processo discursivo de reformulação de livros, tal como se poderá constatar na Terceira Parte desta Pesquisa. E isto porque se instaura no interior de um dado campo de saber um conflito interno entre certas maneiras de enunciar esse saber.

Lembre-se, para finalizar, que a autoria caracteriza-se por um gesto de interpretação do sujeito, uma vez que este inevitavelmente interpreta ao mobilizar e entretecer determinados recortes e não outros (Indursky, 2001). A textualização desses recortes que, por sua vez, colocam em cena saberes das mais variadas procedências discursivas, revela que não se trata, aí, de um trabalho aleatório, costura pela costura, mas sim de uma tentativa de fazer sentido. Os gestos de interpretação sinalizam as relações entre sujeito, língua e história, e por tais gestos Orlandi (2001, p.25) entende a interpretação enquanto prática simbólica, “uma prática discursiva que intervém no mundo”. Isso possibilita dizer que a autoria decorre de um gesto de interpretação do sujeito. Dito diferentemente: ao exercer a função enunciativa de autor, o sujeito, representando-se como suposta origem de um texto do qual se exige unidade, coerência, progressão, não-contradição, é concebido socialmente como responsável pelos sentidos do que produziu.

Este “efeito” pelo qual o sujeito emerge como responsável por aquilo que diz, corresponde ao que, em AD, se chama “efeito-autor”. É nessa direção que Orlandi (1996b, p.15) propõe considerar a autoria como função-autor, definindo esta última enquanto “posição na filiação de sentidos, nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e que vão formando [diga-se ainda: deslocando, reformulando] redes que constituem a possibilidade de interpretação”. Na função de autor, o sujeito inscreve seu discurso na ordem do repetível; ou, em outros termos, é em virtude do fato de que o dito é um já-dito, que se torna possível historicizá-lo.

Toda essa rede de filiações de sentido sinaliza, também, para a reformulação, próximo tópico importante. Antes, porém, impõe-se esclarecer uma indagação, qual seja: de que modo

o percurso traçado até aqui (sobre a autoria) efetivamente contribui com os propósitos desta Dissertação? É o que dirá a síntese abaixo.

1.1.3 Síntese: a autoria no processo discursivo de reformulação de livros

Viu-se com Hagège (1985) que o texto escrito torna-se, em relação ao falado, um objeto cuja disponibilidade e alcance são mais amplos, de modo que consegue contemplar um número muito maior de destinatários, resistindo inclusive ao próprio passar do tempo. Isso possibilita-nos refletir sobre a coexistência entre edições de um dado livro. Basta consultar estantes de Bibliotecas, para constatar que, ao lado umas das outras, convivem as edições “originais”, reimpressões, edições revistas de um “mesmo” livro. E se convive toda uma seqüência de gerações do livro em questão, convivem também as edições “concorrentes” – resgatando Burke (2003) –, resultantes do fato de a imprensa ter viabilizado contatos entre conhecimentos, ou seja, diálogos teóricos os mais variados. São exatamente esses diálogos que levam à necessidade de revisar uma edição já publicada e produzir outra que a ela busque se sobrepor. Isso não quer dizer que a “evolução” do conhecimento estivesse ausente antes da imprensa; no entanto, deve-se reconhecer que o advento desta última, por Gutenberg, bem como o aprimoramento daí decorrente, agilizou, facilitou esse processo.

A autoria enquanto uma forma de controle remete, por sua vez, aos trabalhos de Foucault, o qual, dissecando a noção de autor à luz das relações de poder que regem uma sociedade, problematiza os modos de produção e circulação de saberes. Nessa perspectiva, o discurso permite entrever os modos de articulação entre saber e poder, na medida em que ali se fala a partir de uma posição institucionalizada, autorizada no âmbito da formação social considerada. A autoria, na perspectiva foucaultiana, é não apenas uma forma de controle da dispersão (ela limita o acaso do discurso), mas igualmente um princípio responsável por conferir certa individualidade ao texto – como vimos também com Chartier (1994) – texto esse que, uma vez atribuído a alguém, torna esse alguém passível de controle e, se for o caso, de punição/censura.

Trazer tudo isso ao âmbito do quadro teórico que sustenta a presente Dissertação, resulta em poder afirmar que o sujeito, dividido entre vários posicionamentos, existe no/pelo texto, ao passo que o autor, a unidade imaginária, o “eu” que lhe atribui a sociedade, existe enquanto função exercida por um indivíduo constituído em sujeito.

O sujeito produz o livro a partir de um dado “lugar discursivo” (Dorneles, 2005), lugar esse que, remetendo a um lugar institucionalizado representado discursivamente por uma

posição ideológica dada, permite ao sujeito enunciar com o respaldo da legitimidade aquilo que é dito. Ora, quem escreve não é o “Qualquer um”, mas é: o Bechara, o Todorov, o Florestan Fernandes, ou seja, nomes reconhecidos em suas áreas. Isso reafirma o que foi dito desde a Introdução: o processo discursivo de reformulação está diretamente vinculado às exigências sociais que recaem sobre o autor, às responsabilidades que a formação social de seu tempo lhe atribui pelos escritos que figuram sob a assinatura de um nome-de-autor.

Diante disso, escrever sobre algo traz em si, se considerarmos as relações entre discursos no processo aqui examinado, a possibilidade de que outros enunciados então inexistentes passem a circular e com isto estabeleçam novas redes de relações. A circulação desses enunciados através de novas formulações atesta uma reconfiguração de saberes e, logo, uma reconfiguração das formas de o sujeito relacionar-se com o domínio de saber no interior do qual se inscreve. No entanto, apesar de a legitimação social determinar/autorizar/impor a entrada das “novas idéias” (discursivizadas por meio da edição revista) na ordem das práticas históricas de produção de conhecimento, isso não significa a obediência absoluta do sujeito; ao contrário, isso pode engendrar, em alguns casos, um embate com as convicções teóricas do sujeito, que reluta em identificar-se com certas imposições. Esse é o caso, por exemplo, em Rocha Lima, como será visto mais adiante. Aqui não fazemos mais do que esboçar alguns comentários teóricos a respeito desses embates típicos do processo discursivo em exame. Mais adiante, voltaremos a abordar os modos pelos quais se verifica o desdobramento do sujeito entre várias posições e os conflitos que isso pode instaurar na produção do novo livro. Através de análises, serão observados os modos pelos quais cada texto vai sendo progressivamente desestruturado, podendo transformar-se num “espaço discursivo fortemente lacunar [...] apesar de todos os esforços homogeneizantes despendidos pelo sujeito-autor [para nós, sujeito-autor-revisor] em seu trabalho discursivo de textualização” (Indursky, 2001, p.38).

Vejamos agora o segundo eixo que nos interessa, qual seja, o da reformulação, lembrando, porém, que a reflexão sobre autoria não termina por aqui; ao contrário, perpassa todo o trabalho.

1.2 Reformulação, (ir)repetibilidade, opacidade

Dando prosseguimento aos diálogos teóricos que vimos estabelecendo, interessa-nos aqui convocar determinados pontos que, provenientes de teorias enunciativas, convergem para o domínio da Lingüística da Enunciação, o qual comporta variadas teorias enunciativas.

Devemos enfatizar, em linhas gerais, que as teorias enunciativas estudam os modos pelos quais o sujeito marca-se no enunciado, não o sujeito, nem seu enunciado, mas seu ato de enunciação. Disso decorre que se supõe um sujeito (lingüístico, não psicológico, tampouco onipotente ou transparente), mas não se teoriza sobre ele, a não ser que, querendo-se dele falar, sejam convocadas exterioridades teóricas, como faz Authier-Revuz.

Dentre as diferentes teorias enunciativas que compõem a Lingüística da Enunciação, interessam as de Jacqueline Authier-Revuz e Catherine Fuchs. Acreditando que diálogos teóricos, quando não se tornam lastimáveis amálgamas, enriquecem a reflexão que os convoca, defendemos que as referidas teorias viabilizam importantes subsídios para uma reflexão em torno da opacidade existente no processo discursivo de reformulação de livros, bem como em torno das relações entre mesmo e outro neste processo. Isto que talvez ainda pareça obscuro estará mais desenvolvido em 1.2.3.

1.2.1 Um diálogo com duas Teorias Enunciativas

Situada ao lado de lingüistas como Benveniste, Culioli e Bally, Authier – definindo-se “neo-estruturalista” – interessa-se por estudar as formas de reflexividade metaenunciativa, especificamente a modalização autonímica, pela qual a enunciação revela-se atravessada por sua auto-representação (de natureza opacificante): a enunciação diz de seu próprio desenrolar, e com isso desdobra-se, na cena de um único ato enunciativo, entre dizer de um dado elemento e comentar-se a si mesma, movimentos esses que se verificam na dimensão da linearidade, isto é, no fio do discurso. Em outros termos: o dizer retorna reflexivamente sobre um determinado ponto, diante, por exemplo, da busca do sujeito por “ajustes” quanto à palavra mais “adequada”, como em “X, por assim dizer”. (Devemos lembrar que esta é apenas uma das quatro formas de não-coincidência do dizer, e que não fazemos mais do que passar rapidamente por esse ponto¹⁰).

As pesquisas de Authier-Revuz consideram duas dimensões: a da metalinguagem (domínio que leva Authier a recorrer a Rey-Debove) e a da enunciação (que coloca Authier ao lado daqueles três lingüistas inicialmente mencionados). Também Récanati comparece, na medida em que dele procedem reflexões sobre a transparência e a opacidade. Authier, porém, convoca igualmente teorias exteriores à Lingüística, as quais se fazem imprescindíveis para singularizar e conferir maior sustentação ao trabalho descritivo (isto é, à tarefa de identificar,

¹⁰ Sobre o estudo das não-coincidências, conferir os trabalhos de Authier listados na bibliografia desta Pesquisa.

inventariar, classificar, descrever formas localizáveis no fio do discurso). Por esse viés, fazem-se presentes o dialogismo bakhtiniano, a Psicanálise freudo-laciana e o interdiscurso pecheutiano.

O fato é que existem formas lingüisticamente apreensíveis responsáveis por inscrever na linearidade o outro; formas, enfim, sinalizadoras da inevitável presença de um outro que, na verdade, é constitutivo do discurso. Assim, Authier examina as formas pelas quais se pode constatar a representação das tentativas do sujeito em negociar com a heterogeneidade constitutiva do discurso. À moda de uma denegação, tais formas fazem emergir o não-um sob aquilo que se apresenta supostamente homogêneo (o um): o sujeito reconhece o outro em seu enunciado, abre ali espaço para ele, mas rejeita qualquer vínculo com aquilo que insiste em isolar, mais ou então menos visivelmente, enquanto (ilusoriamente) não lhe pertencendo.

A leitura muito breve das considerações da autora deve-se às limitações impostas pelos objetivos desta Pesquisa, mas já é suficiente para que consigamos imprimir alguma ênfase ao fato da reflexividade. Podemos avançar e dizer que, em análises de discursos de divulgação científica, Authier-Revuz (1998; 2004) considera que essa divulgação refere-se a uma prática de reformulação de um discurso-fonte em um discurso-segundo. A divulgação científica, segundo a concebe Authier, corresponde à “transmissão de um discurso existente em função de um novo receptor” (1998, p.108). Esta prática compreenderia não só o discurso da ciência, mas também as traduções, a adaptação de textos pedagógicos, as análises políticas adaptadas a determinado grupo social, e, em certa medida, até mesmo as resenhas. Também cabe nessa prática de reformulação o discurso indireto, que deriva de uma operação de “reformulação-tradução” (*idem*, p.134) do discurso relatado (discurso do outro). A questão aqui é o fato de que o discurso-segundo, de algum modo ou de outro, traduz aquele que lhe serve de fonte, e isto não necessariamente de uma língua a outra, mas inclusive de uma modalidade de registro a outra (caso da variação dialetal, por exemplo).

Nos casos referidos acima, deve-se lembrar o estatuto singular de cada tipo de discurso-segundo, isto é, a natureza da reformulação: um discurso-segundo que apareça como sendo “produto-de-tradução” não revela os bastidores, ao passo que o discurso produto de divulgação científica “dá-se explicitamente como um trabalho de reformulação do D1 [discurso-fonte]; longe de esconder a maquinaria, ele a *mostra* sistematicamente, em diversos níveis”, quais sejam: o “nível de uma estrutura enunciativa global de discurso relatado que faz de D1 não somente a fonte, mas o objeto, mencionado, de D2” e, igualmente, o nível da “constituição do ‘fio do discurso’ [...], marcado, ao longo deste, por operações locais explícitas de citação, tradução, ajuste, glosa” (1998, p.109) [grifo da autora].

Importando-lhe o fio do discurso, Authier explica que, uma vez que nos limitemos ao discurso de divulgação a fim de marcar o que nele se revela da reformulação do discurso propriamente científico, isso se dá por haver, no discurso da divulgação, a construção de uma “imagem” da atividade enunciativa de que ele resulta, uma representação da própria produção; “e porque essa imagem, tão deformadora ou ilusória seja ela, *constitui enquanto tal parte importante da realidade deste discurso, suscetível, pois, de esclarecer a estratégia divulgadora*” (*idem*, p.110) [grifos nossos]. Importa ressaltar que o discurso da divulgação científica é um “discurso sobre”, um discurso-segundo em relação a um discurso-fonte; apóia-se neste último para existir, enfim, menciona-o para reafirmá-lo. Através do divulgador, estabelecem-se relações de mediação entre “A ciência”, de um lado, e “O público”, de outro. Ora, a “língua” dos cientistas deve ser traduzida para a “língua” do leitor comum, leitor não-especializado, ou seja, leitor não-cientista.

Evidentemente, a mobilização destes temas da teoria enunciativa de Authier-Revuz pode parecer, em um primeiro momento, desvinculada dos propósitos desta Pesquisa, ou, na pior das hipóteses, pode sugerir uma imaturidade teórica que insistiria em amalgamar duas abordagens – a enunciativa e a discursiva – que, em comum, não têm aqui senão o uso da palavra “discurso”, aliás, significada muito peculiarmente. No entanto, desde que sejam respeitadas as especificidades de cada olhar (mais uma vez), acreditamos poder buscar em Authier subsídios para refletir acerca de um processo – o da reformulação de livros – que também implica a reformulação de um dado discurso em um discurso-segundo. No caso específico desta Pesquisa, não é apenas o discurso de outrem (enquanto citação ou alusão), mas igualmente e, sobretudo, o discurso de si próprio que é reformulado. Uma discussão mais sólida a respeito de todos esses pontos estará presente em 1.2.3, mais adiante.

Vejam agora a segunda teoria enunciativa a ser convocada, qual seja, a de Fuchs. Seguindo-se a essa teoria, virá o modo como a reformulação pode ser pensada em AD e, finalmente, a releitura que faremos de toda a seção 1.2 com vistas a enfatizar sua pertinência.

Focalizaremos dois trabalhos fundamentais de Catherine Fuchs: o livro *La Paraphrase* (1982) e um artigo sobre esse mesmo tema, a saber: “A paráfrase lingüística – Equivalência, sinonímia ou reformulação?”, tradução brasileira do original de 1983. Começemos pelo livro. De acordo com a autora, as concepções de paráfrase costumam colocar em cena uma problemática em torno da possibilidade de dizer a “mesma” coisa, enfim, da identidade de duas ocorrências tomadas entre si como parafrásticas. Porém – questiona a autora – até onde efetivamente se diz o “mesmo”? Não será isso já dizer uma outra coisa? É incontestável que as seqüências lingüísticas não podem ser exatamente as mesmas, totalmente idênticas, mas

apenas equivalentes, embora os sujeitos as costumem tratar por idênticas. Daí a renúncia da autora em caracterizar como sinonímias absolutas duas frases parafrásticas, na medida em que há sempre, entre elas, um jogo entre “idêntico” e “não-idêntico”, dupla cuja tensão constitui a dimensão essencial da linguagem, na medida em que por aí se manifesta uma característica essencial dos processos enunciativos: “le fait que tous les autres possibles éliminés continuent à jouer et à vibrer pour les sujets, à travers la séquence retenue; tout énoncé se détache sur une toile de fond qui relate l'histoire de sa production et de ses interprétations possibles” (1982, p.174).

A dimensão parafrástica encontra-se, pois, “inscrite au cœur même de l'activité de langage” (*ibid.*). Em sua lúcida distinção entre paráfrase e glosa, Fuchs tece os seguintes contrapontos: a glosa é um esforço que conduz ao âmbito do consciente, enquanto a paráfrase é uma atividade pré-consciente; “la glose vise à produire une explicitation de X, tandis que la paraphrase vise à reproduire X”; a glosa, além disso, opera uma desconstrução de X, “qui aboutit à une reformulation Y peu ou pas acceptable” (*idem*, p.171). Para Fuchs, reformular o sentido é sempre deslocá-lo, modulá-lo.

Em outro trabalho, Fuchs (1983/1985) lembra que falar em paráfrase não é falar em algo transparente, uma vez que o termo em questão pode recobrir os mais variados estatutos, o que autoriza a dizer que a categoria *paráfrase* é, pois, multifacetada. Assim sendo, a paráfrase “é um dado imediato da consciência lingüística dos locutores” (algo que lhes permite produzir e identificar frases considerando-as como tendo o mesmo sentido), mas é também um construto teórico do lingüista (*idem*, p.129). Ela é “uma atividade lingüística dos sujeitos”, ou seja, um trabalho que implica interpretação e reformulação, mas é, igualmente, “o objeto lingüístico resultante desta atividade”, a saber, enunciado ou texto que reformula outro (*ibid.*). E é, ainda, “uma relação entre um enunciado ou texto-fonte e sua(s) reformulação(ões) efetiva(s) numa situação dada” (no plano sintagmático da cadeia discursiva), mas é também “uma relação entre todos os enunciados virtualmente equivalentes na língua” (no plano paradigmático do sistema da língua) (*ibid.*).

Tendo exposto essa multiplicidade, Fuchs aponta três perspectivas principais por que se tem pensado a questão da paráfrase: a perspectiva da lógica da equivalência formal; a perspectiva gramatical da sinonímia e, ainda, a perspectiva retórica da reformulação (que efetivamente nos interessa). Em linhas gerais, sintetizaremos-nas enunciando que o primeiro desses pontos de vista considera que duas proposições, se tiverem o mesmo valor de verdade, são ditas equivalentes, enquanto o segundo, por sua vez, desdobra-se assim: 1) focalizando a questão desde um prisma estritamente sintático, visa a repertoriar as estruturas parafrásticas

conforme o pressuposto de uma determinada (mesmo que intuitiva) identidade de sentido; 2) observando a partir de um prisma semântico, procura qualificar no plano da significação semelhanças e diferenças que as paráfrases apresentam entre si. De acordo com a autora, os semanticistas contemporâneos caracterizam a paráfrase “em termos de identidade de um núcleo semântico de partida” (algo como um significado de base) sobre o qual se enxertam semantismos diferenciais (significados secundários que “modulam diversamente o núcleo de partida”). (*idem*, p.131-132). Fuchs explica que tanto a perspectiva da equivalência formal, quanto a da sinonímia semântica têm como ponto em comum tratar a paráfrase enquanto uma “relação virtual na língua – e não como uma relação atualizada no discurso – ou seja, como uma propriedade intrínseca de grupos de enunciados, abstração feita a toda consideração sobre a prática lingüística concreta dos sujeitos” (*idem*, p.133) [grifos da autora].

Finalmente, a perspectiva que toma a paráfrase como reformulação – em que se podem apontar as tradições retórica e literária – aborda a paráfrase no plano discursivo, enquanto uma efetiva atividade de reformulação pela qual “o locutor restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto-fonte sob a forma de um texto-segundo” (Fuchs, 1983/1985, p.133). A paráfrase assemelha-se à tradução interlingual, “e a consideração de parâmetros ligados ao locutor e à situação particular de discurso é explícita: é o estudo dos tipos de reformulações a adotar em função do contexto e das circunstâncias que constitui, aqui, o objetivo” (*idem*, p.133-134). Aí se inscrevem abordagens enunciativas, pragmáticas, discursivas, as quais se destacam por levantar questões como, por exemplo: 1) o fato de a reformulação repousar sobre uma prévia interpretação do “texto-fonte”, variável conforme os sujeitos e as situações, ou seja, cada sujeito percebe e, logo, restaura singularmente o texto. Diante disso, é intrínseca às operações de construção de enunciados certa margem de jogo, margem essa que permite deslocamentos e ponderações. E 2) o propósito de refletir sobre a oscilação “entre a reprodução pura e simples do conteúdo e a sua deformação” (*ibid.*), considerando-se que o novo texto, assim como o texto-fonte, é interpretado pelo sujeito no momento mesmo em que é produzido. Essa terceira perspectiva leva Fuchs a afirmar a existência, ali, de uma problematização sobre a articulação entre língua e discurso, sistema e uso.

Também a AD, sob outro viés, questiona a relação entre o mesmo e o outro, sobretudo ao pensar as relações entre paráfrase e polissemia. É esse ponto que estará focalizado a seguir.

1.2.2 *Em Análise do Discurso: enunciado, formulação, paráfrase e outros*

Para pensar este assunto em AD, deve-se antes resgatar Foucault (1969/2007), visto que suas considerações serão retomadas por Courtine. A questão para Foucault (*idem*, p.115) é saber “como se pode falar do mesmo enunciado onde há várias enunciações distintas”. De acordo com o autor, a descrição de um enunciado deve necessariamente buscar definir as condições através das quais uma dada série de signos passa a ter uma “existência específica”, esta última fazendo com que a mencionada série apareça enquanto relação com um certo domínio, segundo um determinado jogo de posições possíveis de ser assumidas por um sujeito.

Courtine (1981), que relê as considerações foucaultianas no âmbito da AD, entende por enunciados os elementos de saber próprios a uma formação discursiva; os enunciados, para este autor, não se confundem com as formulações: aqueles, situados em uma dimensão dessintagmatizada, são linearizados sob a forma dessas, pelo sujeito que se apropriou de certos saberes. Nessa perspectiva, um enunciado gerencia a repetibilidade de toda uma rede desnivelada, estratificada e aparentemente estabilizada de formulações correspondentes (ou passíveis de corresponder) a reformulações possíveis do enunciado em questão. Disso se pode afirmar, portanto, que o enunciado equivale a uma forma indefinidamente repetível, mas sua enunciação, ou seu transformar-se em formulação por um sujeito, isso é irrepetível.

Pensemos no caso das reformulações. Para tratar desse tema, deve-se inicialmente mobilizar de Courtine a questão da parafraseagem discursiva, parafraseagem esta que, conforme o autor, ocorre no âmbito do interdiscurso: é para o interdiscurso que remetem, por exemplo, duas formulações de uma forma sintática dada, com “valores semelhantes” em certos pontos da estrutura que caracteriza as diferentes formulações. A concepção de paráfrase discursiva é tomada de Pêcheux (1975/1988) por Courtine, o qual vê em uma tal noção o elo entre paráfrase, substituição e sinonímia, que ocorrem entre certos elementos num dado contexto discursivo. Ser substituível – diz Courtine – é ter o “mesmo” (as aspas são nossas) sentido em um processo discursivo considerado; ou antes, podemos dizer que não se trata de ter um mesmo sentido, mas sim de inscrever-se em uma mesma matriz. Mas a questão não pára por aí; implica uma série de embates entre dizível e não-dizível. Nessa perspectiva que parte da releitura de Pêcheux por Courtine, tem-se que a paráfrase implica movimentos de retorno a um mesmo espaço do dizível.

Também Serrani relaciona a paráfrase ao interdiscurso; para essa autora (1993, p.16), a paráfrase corresponde a uma “ressonância interdiscursiva de significação”, de modo que os

processos parafrásticos resultam da reiteração de processos já cristalizados pelas instituições. Trata-se de ressonâncias, pois “as paráfrases [...] ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações lingüísticas” (*idem*, p.47). Há, deste modo, ressonâncias de significação não só em torno de unidades lingüísticas específicas, mas também em modos de dizer: o primeiro caso refere o funcionamento de unidades lexicais; já o segundo sinaliza para “o estudo dos efeitos de sentidos produzidos pela repetição, em nível interdiscursivo” [...] (*ibid.*). Para Serrani, enquanto a paráfrase é de ordem interdiscursiva, a reformulação, por sua vez, corresponde ao nível intradiscursivo, e a glosa situa-se no entremeio de *inter-* e intradiscursos. Essas considerações serão repensadas em 1.2.3.

Funciona igualmente na linguagem a polissemia, que promove rupturas responsáveis por deslocar esse “mesmo”, de natureza parafrástica, revelando através disso um novo posicionamento do sujeito, posicionamento este que aponta para um conflito entre o saber já institucionalizado e aquele que, tão “novo” ali quanto necessário, deve institucionalizar-se no domínio para o qual migra (ou no interior do qual surge).

A tensão entre dizer o mesmo e deslocar sentidos remete às considerações tecidas por Grantham (1996; 2002). Em sua Pesquisa acerca do mesmo e do diferente no discurso fabular, esta autora (1996, p.209) afirma que “a repetição cria um efeito de **ressonância**, ou seja, cria um **mesmo efeito de sentido**” [grifos da autora]. Segundo ela (*idem*, p.39), a repetição ou apagamento de enunciados de uma formação discursiva “aponta para a memória discursiva” e, assim, prossegue a autora: “é na relação do interdiscurso com o intradiscorso, na articulação de enunciado e enunciação, que se dá o efeito de memória em um discurso particular, pois uma formulação-origem é reatualizada em uma conjuntura discursiva específica” (*ibid.*). Ainda conforme Grantham, quando uma FD constitui seu saber próprio, ela constitui a memória discursiva, na medida em que comporta redes de formulações em seu interior.

Em outro trabalho seu (2002), a autora também pensa a relação mesmo/outro, dessa vez com outro tipo de *corpus* e com questionamentos distintos. Para refletir a respeito da leitura a partir da pontuação, Grantham examina o processo de reescrita. Reescrever um texto – pergunta-se a autora – seria simplesmente um ato de revelar a legibilidade do mesmo? Ao considerar que a reescrita expressa uma nova relação do sujeito com a língua e a história, Grantham afirma que reescritas possíveis para um texto em um dado momento podem não o ser em outros, e isto “porque a reescrita também é um efeito de historicidade” (*idem*, p.30). Diz a autora, com base em Orlandi:

podemos afirmar então que toda reescrita tem sua história e que isso deriva do fato de que todo leitor tem sua história de leituras. A reescrita, neste sentido, é a materialização das leituras já feitas por um leitor e tem a ver também com o contexto histórico-social em que é produzida, o que pode levar à sedimentação ou à pluralização dos sentidos (Grantham, 2002, p.30).

Mais do que entender e redizer o sentido de um dado texto, reescrever implica, no que concerne ao leitor, materializar textualmente a leitura, com isto revelando uma compreensão do sentido dito, mas também daquele não dito (lembrando-se aqui que a autora investiga a leitura pelo viés da pontuação). Reescrever significa, portanto, posicionar-se enquanto sujeito seja para manter, seja para transformar ou deslocar sentidos:

as reescritas [...] são sempre 'outro' texto, nascido pelo processo de leitura de um sujeito diferente [conforme a proposta de pesquisa de Grantham] do sujeito-autor do texto-origem, sujeito esse que tem seu discurso determinado por outros saberes, por dizeres que vêm de outros lugares (*idem*, p.73).

Prossigamos então, dizendo que as reformulações que nos interessam, ao implicarem diferentes versões de um livro produzidas por um *único* sujeito, farão com que mais adiante sejam deslocadas para esse âmbito as importantes considerações desta autora.

Orlandi (2001, p.65), por sua vez, acredita que as versões mostram “uma relação que não é rígida nem definitiva com as formações discursivas: as margens das diferentes versões exibem difíceis limites fluidos e cambiantes na relação das formações discursivas”. Pode-se deslocar isto e dizer que revelam a heterogeneidade da forma-sujeito no âmbito de uma única FD. É inerente a todo texto, segundo a autora, a possibilidade de diferentes formulações e reformulações possíveis; há textos possíveis nas margens do texto. Desse modo, se, de um lado, tem-se “a função-autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual”, de outro, tem-se “o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido” (*ibid.*). Ambos, função-autor e efeito-leitor, atestam que, no discurso, “o que existem são efeitos de sentidos variados, dispersos, descontínuos, sendo sua unidade construção imaginária” (*idem*, p.66).

Ocorre que as diferentes versões de um texto não se dispersam isoladamente; ao contrário, formam redes de memória em relação àquilo que é dito novamente e reformulado. O novo livro, decorrente do processo de reformulação, constrói-se com base em já-ditos e situa-se em relação a um dado contexto sócio-histórico que, simultaneamente, induz, constitui, marca suas condições de produção. Isso conduz a abordar outro conceito fundamental à Pesquisa: a noção de memória.

Na AD, não se concebe a memória como algo de ordem cognitiva, mas sim em âmbito de um “tecido social”, ou como “uma relação de discursos, ou seja, discursos dos universos

do interdiscurso ressoam entre si formando a memória que nos permite produzir e ler” (Mittmann, 2005, p.249). E não se trata de ressoarem incondicionalmente, mas conforme o modo como são entrelaçados os mais diversos recortes interdiscursivos (através de singulares modos de textualização). Condição do legível em relação a si mesmo (Pêcheux, 1983/1999), a memória é aquilo que vem, pois, restabelecer, na medida em que se tome o texto enquanto “acontecimento a ler”, os mais variados tipos de “implícitos”, apontados por Pêcheux (*idem*, p.52) como os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, enfim, de que a leitura do texto em questão necessita. Assim, a memória é tecida através de uma trama de formulações (re)atualizadas sem cessar, as quais remetem às mais diversas formações discursivas e marcam, também, o ponto de encontro entre um “passado” e um “presente” da seqüência considerada. A memória concerne, ainda, à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos (Courtine, 1981).

Há sempre encontro de uma memória com uma atualidade, e é nesse ponto que se instaura o efeito de memória, efeito este que, sendo “fortemente lacunar” (Indursky, 2003, p.103), permite o deslizamento de sentidos, a deriva, enfim, a transformação, a ressignificação. Aqui deve ser mencionada a questão do esquecimento, indissociável da memória: se por um lado, o sujeito “esquece” sentidos-outros e possibilidades de produzir distintamente seu discurso, por outro lado, para atribuir sentidos àquilo que lê, precisa mobilizar a memória discursiva. E este é, pode-se dizer, o paradoxo constitutivo da produção e reformulação de qualquer texto (no caso desta Pesquisa, dos livros mobilizados).

A memória, para Orlandi (1996b), funciona com versões enunciativas; inscreve o discurso em filiações, “e o sentido que as representa está sempre sujeito a deslocamento”. Nessa perspectiva, as distintas versões são efeito não apenas de relações de sentido (relação entre discursos), mas também de relações de força (relação de um discurso com a posição daquele que enuncia). No entanto, não é apenas a memória discursiva que atua no processo discursivo de reformulação de livros, mas igualmente aquela que Mariani (1998) designa como “memória social”. Para a autora, esta memória social refere-se a

um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido “comum” à sociedade [podemos dizer: aos estudiosos de um domínio X], ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa. Isto não quer dizer, porém, que o sentido predominante apague (anule) os demais ou que ele(s, todos) não possa(m) vir a se modificar. *Muitas vezes os sentidos 'esquecidos' funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico.* (*op. cit.*, p.34-35) [grifos nossos].

É precisamente essa disputa de interpretações, e tudo isso que a ela concerne, que pretendemos trazer à tona, para análise e reflexão, na Pesquisa que aqui se vem construindo.

1.2.3 Síntese e encaminhamentos para pensar a relação entre as edições

Ao longo de 1.2 até aqui, buscamos em diferentes autores subsídios para refletir acerca da reformulação que leva à existência da chamada edição revista.

Vimos brevemente que Authier-Revuz, por exemplo, interessa-se por estudar o caso das “palavras que não vão por si”¹¹, referindo-se ao fato de *enunciações* que, a uma certa altura, param num determinado ponto (de seu fluxo) e falam de si. Gostaríamos – respeitadas, é claro, as *diferenças de perspectiva e de objeto* – de basear-nos em tais considerações a fim de pensar, por uma sutil e cuidadosa analogia, o fato das edições que, de certa maneira, também não vão por si. Isto, na medida em que acreditamos poder afirmar que, no processo discursivo de reformulação de livros, a edição revista corresponde a um livro que, ele também, pára em uma dada altura (no caso, em seu início) para falar de si, ou ainda, do outro que ele era (um avesso de si). Na verdade, sua identidade ambígua leva à necessidade de que se crie, na nova edição, um espaço no qual se possa expor algo a respeito do processo de reformulação de um livro que, justamente por sua diferença, não pode simplesmente seguir o fluxo dos “esquecimentos” inerentes às ilusões de o sujeito ser a fonte daquele texto supostamente fechado.

Ora, de uma forma ou de outra, a responsabilidade atribuída pela sociedade ao sujeito-autor exige uma justificativa quanto a um livro que é, na verdade, um outro sob a aparência do mesmo, e mais: um outro que figura inclusive sob *o mesmo título*. O livro, então, desdobra-se tecendo um comentário de si e de seu avesso, isto é, de si enquanto “edição revista” e daquele que ele era, emergindo assim a dialética entre o que ele é e o que ele não é mais, entre o que ele pode e o que não pode prosseguir dizendo, engendrando-se por aí um embate entre as diferentes posições ideológicas que, por sua vez, revelam a contradição inerente ao “lugar discursivo” (cf. Dorneles, 2005) de onde enuncia o sujeito.

O chamado “lugar discursivo” situa-se no entremeio entre o social e o ideológico: ele é, no caso em pauta, o lugar de onde se é autorizado a produzir as edições. Conforme se pode depreender de Dorneles (*idem*), refere um lugar que se apresenta como intermediário entre o posicionamento decorrente da interpelação e o lugar social propriamente dito (este, empírico,

¹¹ Aludimos aqui ao título de seu trabalho *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*, 1995.

presente na estrutura da formação social). O “lugar discursivo” refere-se, pois, a um lugar institucionalizado, isto é, legitimado socialmente, que pode ser, de modo geral, ocupado por um ou vários sujeitos, cada qual o fazendo conforme a singularidade inerente à interpelação. Num contraponto: o “lugar discursivo” institui-se a partir/através da circulação de discursos; o posicionamento, por sua vez, é condição *sine qua non* da própria constituição do discurso proferido, num dado lugar, pelo sujeito; o lugar decorre de relações imaginárias e memoriais que o constroem; o posicionamento resulta de um modo de (contra-)identificação¹² do sujeito com parcelas de saber de um domínio no interior do qual ele enuncia e no interior do qual esse lugar é possível de presentificar-se, discursivamente, via posicionamento ideológico.

Lembrando ainda a importância do diálogo com as Teorias Enunciativas, podemos refletir, a partir de subsídios buscados em Authier-Revuz (1998; 2004), sobre a relação entre ciência e público. Relendo Authier e pensando nosso objeto de investigação – qual seja, o processo discursivo de reformulação de livros – indagaremos: há, ali, lugar para um mediador, ou o próprio cientista exerce esse papel?

O discurso da reformulação de livros abre um espaço (prefácios e/ou notas do Autor) para falar sobre o discurso primeiro, do livro anterior, mas se apóia diferentemente neste discurso: este é, assim como os discursos de outrem, uma de suas condições de existência; no entanto, ao contrário do que ocorre com a divulgação científica, o discurso-primeiro deve ser refutado. Isto equivale a dizer que a edição revista faz menção da anterior para descartar, parcial ou totalmente, o discurso que ali se encontra materializado. O discurso da reformulação de livros corresponde, nessa linha de reflexão, à veiculação de um discurso existente entretecida à veiculação de outros até então inexistentes e/ou desconhecidos, a um público-leitor que, ainda que tenha lido a edição anterior, não pode ser chamado de “mesmo”. Ora, não apenas são outras as condições nas quais estes leitores aproximam-se do livro, mas, especialmente, o livro, de idêntico a si mesmo não tem senão o título.

Diferentemente do discurso da divulgação científica, não há um mediador entre a ciência e o público, a menos que se insira aí um terceiro elemento: o sujeito-professor, pois o sujeito-autor-revisor é, ele mesmo, uma “voz da ciência” perante uma demanda implicada pela divisão desigual de saberes própria à formação social. Esse sujeito-autor-revisor é o cientista que se dirige a um público radicalmente heterogêneo, composto eventualmente por outros cientistas, mas, notadamente, por docentes (estes, os verdadeiros mediadores entre ciência e leigos), por alunos e demais interessados no campo em questão (estes últimos sendo

¹² Sinaliza-se também a possibilidade da contra-identificação, visto que se considera o caso da presente Pesquisa.

o protótipo, por excelência, do “público não-especializado” em relação ao domínio de saber). O sujeito-autor-revisor inscreve-se, pois, no lugar discursivo do sujeito-cientista, sujeito este que lida com a produção de conhecimento, com a metalinguagem, enfim, notadamente, lida com a reconfiguração de seu campo de saber. Nessa perspectiva, há no discurso da reformulação de livros duas operações conjuntas: num certo sentido, há uma busca por preencher a “falta” de saber (o desconhecimento) e, no mesmo movimento, uma busca por atualizar (renovar, substituir) um saber tido como já conhecido.

Avançando, quando a reformulação é – como a que aqui nos interessa – de natureza efetivamente teórica (de saberes), e não meramente gramatical, e por ela materializa-se na chamada edição revista uma busca por elaborar um livro que mais “adequadamente” ressignifique determinada parcela dos saberes próprios a uma certa formação discursiva, então é possível afirmar que se está diante de um *acontecimento enunciativo*, tal como o elabora Indursky (2008). Neste caso, é preciso desconstruir a edição antiga e construir a nova versão do livro em uma edição dita “revista”, procedimento esse que coloca em cena a tensão simultânea entre aquilo que, parafraseado (ou reproduzido *ipsis litteris*) permanece na mesma matriz de sentido, e aquilo que, deslocado, implica efetivamente a reformulação, ou seja, um modo totalmente outro de enunciar.

A reformulação de saberes dá-se a partir do fato de que o sujeito, tendo por objetivo central “explicitar e se explicitar a si mesmo o que ele diz e ‘aprofundar o que ele pensa’” (Pêcheux, 1975/1988, p.174), “seleciona” certos modos de dizer e não outros. Indissociavelmente, as ilusões de que “isto é meu” e “eu digo (ou reformulo) isto desta forma” caracterizam o modo pelo qual o sujeito-autor-revisor é afetado pelo jogo entre memória e esquecimento, no momento em que o texto *objeto de reformulação* (a edição antiga) apresenta-se a ele enquanto um “acontecimento a ler” (Pêcheux, 1983/1999).

O que figura sob 1.2 será repensado da seguinte maneira: descartaremos a hipótese segundo a qual a glosa situa-se no intervalo entre *intra-* e *interdiscursos* (cf. Serrani, 1993), pois isto nos levaria, por certa lógica, a afirmar que nosso objeto de investigação, situando-se nesse intervalo, seria uma glosa discursiva, quando insistimos em chamá-lo de reformulação. Diante disso, não pensaremos em glosa. Será descartada, igualmente, a hipótese de trabalhar com a paráfrase em âmbito *interdiscursivo*, visto que a pensaremos no interior do domínio de memória de uma dada seqüência inscrita em uma formação discursiva (apesar do fato de as fronteiras desta serem instáveis por determinações *interdiscursivas*). Contentaremos-nos, portanto, em abordar a paráfrase em sua relação com a FD e em abordar a reformulação enquanto algo cujo estatuto – tomado o processo discursivo aqui investigado – aparece como

lingüístico-histórico. Dito de outro modo, o processo de reformulação será abordado de duas maneiras: 1) sob o viés da repetição, mencionando-se a paráfrase enquanto reiteração daquilo que, sob a forma do “mesmo”, retorna inscrito na mesma matriz de sentido; 2) sob o viés da diferença (daí a relação com a polissemia), mencionando-se a reformulação de certa parcela do saber autorizado pela formação discursiva analisada, sem que essa reformulação implique, porém, mudança de matriz de sentido: o domínio de saber permanece o mesmo; muda-se apenas o modo de significar seus saberes. Será, então, observado o modo como a autoria funciona justamente na mediação entre ciência e sujeitos-leitores; e justificamos, com isto, o porquê de termos mobilizado, anteriormente, reflexões de Authier acerca do discurso de divulgação científica: ora, interessava-nos pensar a respeito de modos de estabelecimento das relações de mediação entre saberes e sujeitos.

Também essenciais são as considerações de Fuchs sobre a dialética mesmo/outro, que, ao trazerem a questão de identidade/equivalência entre seqüências, viabilizam que pensemos, ainda que sob prisma distinto, semelhante questão em âmbito de edições. Ou seja: até onde se pode falar em “mesmo” livro? Mas até onde se pode, ao contrário, afirmar que se trata de “outro”? Esta discussão será bem mais trabalhada na Terceira Parte desta Dissertação.

As reflexões de Grantham (1996; 2002), por sua vez, lembram a necessidade de inscrever a reescrita na historicidade a fim de trabalhar com as relações entre texto, reescrita, sujeito e contexto sócio-histórico. Concordando com a autora, reafirmamos que reescrever implica posicionar-se enquanto sujeito. Isso também será retomado na Terceira Parte.

Para finalizar as reflexões da presente subseção, cabe mobilizar e deslocar o que diz Courtine em um artigo no qual aborda brevemente a reformulação de livros. (“Brevemente”, na medida em que ele não trabalha com as relações que passam a existir entre as diferentes versões, tal como aqui se pretende fazer). Ao refletir acerca da reescrita de livros didáticos norte-americanos ocorrida em função de uma “utopia do politicamente correto”, Courtine (2006, p.151)¹³ afirma que

o mundo da edição escolar é dominado, efetivamente, por um sistema complexo de regras e normas discursivas, cujo objetivo é censurar e reescrever todo uso lingüístico que possa ser considerado 'inapropriado' por tal ou tal grupo, qualquer que seja esse grupo, quaisquer que sejam suas intenções, e qualquer que seja a natureza dos materiais incriminados.

¹³ Trata-se do artigo “A proibição das palavras: a reescritura dos manuais escolares nos Estados Unidos”, presente no livro *Metamorfoses do discurso político – Derivas da fala pública* (2006), cf. Referências Bibliográficas.

O autor aponta que tais normas têm por objetivo eliminar dos livros “todo texto, tema, ou palavra a respeito do qual qualquer grupo de pressão pudesse levantar suspeita” (*ibid.*).

Trazer tudo isso para o âmbito de nosso objeto de investigação permite constatar que o que se torna “inapropriado” (se não interdito), levando, pois, à reescrita, é um determinado posicionamento teórico em relação ao domínio de saber em que se inscreve o livro. É o que se pode ver em Gramáticas, por exemplo, nas quais o avanço dos estudos lingüísticos incita a mudanças no modo de definir verbo, substantivo, etc. e passa a ser ingênuo, obsoleto, ou qualquer coisa parecida, prosseguir afirmando que substantivo apenas “dá nome aos seres” e verbo “indica ação”. Isto será desenvolvido na Terceira Parte, consagrada especificamente às análises. Por enquanto, deve-se mobilizar o terceiro e último dos pilares sobre os quais se sustenta esta reflexão: trata-se da intertextualidade e designações em torno desta (também elas implicando relações textuais).

1.3 Da intertextualidade às denominações adjacentes

O percurso a seguir propõe examinar o modo como diferentes enfoques teóricos trabalham com a categoria da intertextualidade e, conforme o campo de saber, também com outras denominações que àquela vêm se juntar, todas concernindo evidentemente às relações entre textos. Diante do fato de não haver uma regularidade nas categorias, ou seja, de não estarem todas elas presentes em todos os campos examinados, optou-se por abordar separadamente as formas de problematizar as relações entre textos. Assim, figura adiante a intertextualidade tomada enquanto noção-chave a partir da qual serão estabelecidos alguns contrapontos, os quais virão no momento em que se trouxer a intratextualidade e, logo após esta, a transtextualidade e termos que a ela se vinculam. A relevância de todo esse percurso abrigado pelas subdivisões de 1.3 será efetivamente perceptível em 1.3.5.

1.3.1 *A intertextualidade: um passeio histórico multidisciplinar*

A categoria tradicionalmente denominada como *intertextualidade* encontra seu ponto de sustentação em concepções bakhtinianas sobre dialogismo. Porém, devemos ressaltar que o termo *intertextualidade* jamais figurou explicitamente na obra de Bakhtin, ou seja, não se trata de um termo forjado por ele, consideração esta à qual retornaremos mais adiante. Por ora, busquemos compreender o que Bakhtin pretendia fazer ver com sua concepção de dialogismo, afinal, como aponta Dosse (1992/1994, p.74), o dialogismo em Bakhtin concede abertura ao

estudo da “trama histórica” em que se situam os textos (em especial, no caso, os textos literários). Interessa aqui apenas extrair uma essência do dialogismo, a qual nos possibilite abordar o fato de que é a partir da obra de Bakhtin que Kristeva (1969) conceberá a categoria *intertextualidade*. Mobilizaremos, assim, algumas breves considerações decorrentes de livros indubitavelmente atribuídos a Bakhtin, quais sejam: *Problemas da Poética de Dostoiévski* (1963/1997)¹⁴ e *Estética da Criação Verbal* (1975/1992).

Bakhtin (1975/1992) acredita que a ação humana encontra-se estreitamente vinculada à utilização da língua, sendo esta última considerada em sua integridade concreta e viva. Nessa direção, a unidade real da língua é o diálogo, diálogo este concebido amplamente, enquanto toda forma de comunicação verbal, e não restritamente, como interação face-a-face. Em cada palavra – diz Bakhtin – há vozes longínquas, anônimas, e também vozes próximas, todas elas soando simultaneamente. Daí ser possível constatar que em todo dito coexiste o já-dito, sendo então a língua constitutivamente atravessada pela alteridade.

Para esse autor (1963/1997), as relações dialógicas transcendem o domínio da forma lingüística e, por pertencerem ao campo do discurso (este, dialógico por natureza), são, portanto, da ordem de uma Metalingüística, à qual a Lingüística encontra-se, evidentemente, relacionada. Isso conduz a dizer que não se trata de desvincular as duas dimensões, já que não existiriam relações dialógicas sem que houvesse uma regularidade interna. Nas palavras de Bakhtin (*idem*, p.184): “as relações dialógicas são absolutamente impossíveis sem relações lógicas e concreto-semânticas, mas são irreduzíveis a estas e têm especificidade própria”. Desse modo, pode-se afirmar que as relações de natureza lógico-semântica, ao converterem-se em discurso e serem assumidas por um autor, tornam-se dialógicas: todo enunciado tem “uma espécie de autor”, autor este escutado, no próprio enunciado, como criador deste. Ainda sobre autor, diz Bakhtin:

Podemos não saber absolutamente nada sobre o autor real, como ele existe fora do enunciado. As formas dessa autoria real podem ser muito diversas. Uma obra qualquer pode ser produto de um trabalho de equipe, pode ser interpretada como trabalho hereditário de várias gerações etc., e apesar de tudo, sentimos nela uma vontade criativa única, uma posição determinada diante da qual se pode reagir dialogicamente (*op.cit.*, p.184).

O que precede permite avançar e dizer que o fundamento do dialogismo reside no fato de que o enunciador, ao constituir um discurso, leva sempre em conta a palavra do outro. Um enunciado, portanto, não existe fora das relações dialógicas, visto que nele estão sempre presentes os mais diversos ecos de outros enunciados que ele pressupõe, reafirma, completa,

¹⁴ A edição original é de 1929, porém, utiliza-se aqui uma tradução da edição de 1963.

refuta. Nessa direção, o enunciado aparece como espaço de luta entre vozes sociais e aponta para a incorporação da voz do outro no discurso, o que nos possibilita dizer que o “eu” e o “outro” estabelecem entre si uma relação indissociável.

Temos agora condições suficientes para retomar o ponto inicial desta subseção, que é refletir sobre a noção de intertextualidade, categoria esta que, como foi dito, decorre de Kristeva, autora de suma importância em divulgar, na França, a obra de Bakhtin. Segundo diz Dosse (1992/1994, p.73), a escolha de Bakhtin por essa autora, em 1966, “não é fortuita; corresponde ao seu desejo de abrir uma brecha na abordagem estruturalista a fim de introduzir nela uma dinâmica histórica, [...] ampliar a inteligibilidade dos textos literários”. Ora, abrir o texto para as relações entre ele e o universo textual que o cerca (enfim, entre ele e toda uma gama de textos anteriores, contemporâneos, futuros) possibilita novas perspectivas de análise.

Kristeva (1969) considera que o texto seja duplamente orientado: tanto em direção ao sistema significante no qual ele se produz (“a língua e a linguagem” de uma época e de uma sociedade), quanto em direção ao processo social do qual ele (o texto) participa enquanto discurso. A autora afirma que um texto é uma produtividade, é de fato uma permuta de textos, uma intertextualidade, de modo que no espaço de um texto vários enunciados – tomados de outros textos – “se croisent et se neutralisent”. Para Kristeva (*idem*, p.146), Bakhtin foi o primeiro a introduzir na teoria literária uma “descoberta”, qual seja, a de que todo texto constrói-se como um “mosaico de citações”, sendo “absorção e transformação” de um outro texto (citamos Kristeva). É isto, aliás, que confere àquela autora a oportunidade de conceber a intertextualidade, na medida em que o dialogismo bakhtiniano “désigne l'écriture à la fois comme subjectivité et comme communicativité ou, pour mieux dire, comme *intertextualité*” [...] (*idem*, p.149) [grifo da autora].

Dona de um futuro promissor cuja amplitude atual talvez surpreendesse Kristeva, a categoria *intertextualidade* expandiu-se, tomando novos destinos, desdobrando-se em novas designações. Migrou, por exemplo, para a Lingüística Textual, como veremos rapidamente.

Beaugrande e Dressler (1981, p.3), acreditando que uma “ciência dos textos” deve ser capaz de descrever/explicar os diferentes gêneros textuais, situam a intertextualidade como um dos fatores de textualidade¹⁵ e afirmam que ela sinaliza para os modos pelos quais a produção/recepção de um dado texto coloca em cena, na produção de sentidos, a dependência com relação ao conhecimento prévio que os interlocutores tenham (ou não) de outros textos com os quais aquele se relaciona.

¹⁵ Os demais são estes: coesão, coerência, situacionalidade, aceitabilidade, informatividade e intencionalidade.

Já Koch (2000), outra teórica de renome na LT, concebe duas modalidades de intertextualidade: uma em “sentido amplo” e outra em “sentido restrito”. A primeira aponta para a condição de existência de todo discurso e corresponde, pois, a uma dimensão de natureza mais abstrata, inacessível; a segunda coloca em cena a intertextualidade de forma/conteúdo, os graus de explicitação (ou não) das fontes, também o fato de um texto seguir ou não a mesma orientação argumentativa de outro, ou ridicularizá-lo, e finalmente, Koch menciona o caso do “intertexto próprio”, destacando-se aqui o comentário sobre o fato de que alguns autores denominam *intra-* ou autotextualidade esse caso de “intertexto próprio”. Este ponto é essencial e será o assunto para mais adiante, na subseção 1.3.3.

Antes de apresentar a problemática *inter-/intratextualidades*, resgatemos o modo como a AD concebe a intertextualidade, expandindo com isso a rede conceitual (ou dispositivo teórico-analítico) que progressivamente vem sendo construída aqui.

1.3.2 *Em Análise do Discurso: relações com a exterioridade constitutiva*

No artigo em que Pêcheux (1984/1998, p.48) reflete a respeito dos contextos epistemológicos da AD, já se pode encontrar breve menção à intertextualidade: tal como os métodos da Nova História – diz o autor –, também os da arqueologia proposta por Foucault conduzem a tratar o texto como um monumento, isto é, como “um traço discursivo em uma história, um nó singular em uma rede”. Continua Pêcheux:

Desse ponto de vista, a necessidade de levar em conta, na *análise das discursividades*, as posições teóricas e as práticas de leitura desenvolvidas nos trabalhos de M. Foucault, constituiu um dos sinais recentes mais nítidos da retomada da Análise de Discurso: a *construção teórica da intertextualidade, e, de maneira mais geral, do interdiscurso, apareceu como uma das questões cruciais* dessa retomada” [...] (*op.cit.*, p.48) [grifos nossos].

Para compreender o modo como a AD trabalha com a categoria em pauta, impõe-se inicialmente expor o que essa perspectiva teórica entende como texto. Correspondendo a uma forma material, lingüístico-histórica do discurso, o texto é tomado como objeto analítico. Se o acesso ao discurso ocorre através do texto, deve-se dizer, porém, que não há entre eles uma relação biunívoca; não se trata, pois, de pensar que, em virtude de materializar o discurso, um texto seja equivalente a um único discurso, e vice-versa. Diferentemente, o texto deve ser tomado enquanto um “espaço discursivo heterogêneo” (Indursky, 2001, p.30), visto que ali diferentes discursos, subjetividades, textos encontram-se presentes. O texto, segundo Indursky (*idem*), aponta para a dispersão, seja a de discursos e posicionamentos no interior de um

domínio de saber, seja a dispersão do próprio sujeito, diante das várias posições que este pode vir a assumir no interior desse domínio.

Ainda de acordo com a autora mencionada, intrincam-se, no texto, as mais diversas relações: contextuais (pois é produzido num contexto sócio-histórico, cultural, econômico, político, que envolve, no caso que aqui nos mobiliza, diferentes conjunturas do século XX e do XXI); textuais, ou ainda, intertextuais (dado que se relaciona com toda uma vasta gama de textos retomados, transformados, refutados, reformulados, produzidos, futuros) e, também, interdiscursivas (que remetem cada texto às mais diversas redes de formulações, fazendo isso de uma tal maneira que se torna impossível precisar o que foi produzido no texto e o que remete ao interdiscurso), como aponta Indursky (*idem*). Se assim é, o objeto em questão não pode ser pensado como uma unidade fechada, dotada de completude, mas sim como uma heterogeneidade (des)estruturada pelo trabalho do sujeito e disfarçada sob a ilusória aparência de unidade, decorrendo disto o efeito de homogeneidade textual. Trata-se, portanto, de algo construído e marcado pela vulnerabilidade aos mais diferentes contatos com outros textos, discursos, subjetividades. E por aí se pode pensar na relação estabelecida entre um dado texto e uma exterioridade que, longe de ser efetivamente externa, é inerente.

Para Indursky (*idem*), o trabalho de textualização dos recortes interdiscursivos, pelo sujeito-autor, ao promover a ilusão de homogeneidade da superfície textual, leva ao chamado efeito-texto, o qual se liga à impressão de que tudo quanto havia de ser dito o foi, e de que o texto é efetivamente um “produto fechado”, cuja origem está naquele que o escreveu. Pode-se relacionar a esta ilusão de “produto fechado” o que diz Orlandi (1996b, p.76), autora para a qual o fechamento de um texto, embora apareça como responsabilidade do autor, nunca é totalmente realizado.

É sobre o efeito-texto que se instaura a produção da leitura. Segundo Indursky (2001, p.36), “o texto em si não garante que o sujeito-leitor perceba toda a alteridade que o constitui”. Sendo assim, os gestos de interpretação ligam-se às filiações de sentido que vão sendo estabelecidas (ou não) entre aquilo que é lido e a memória discursiva, memória esta que “pode estar mais ou menos explicitada, mais ou menos lembrada, mais ou menos esquecida, e que se reconstitui de forma fragmentada e lacunar pelo viés do processo de leitura, aí produzindo o que Courtine (1981) designou de *efeito de memória*” [...] (Indursky, 2001, p. 37) [grifos da autora]. A partir do domínio de memória de uma seqüência, pode-se buscar compreender os efeitos de sentido que esta é passível de produzir. Ler – tanto quanto escrever – é inscrever-se em um processo sócio-histórico de produção de sentidos, inscrição essa marcada pela conjuntura em que se realiza.

Tendo exposto o que precede, pode-se refletir sobre a forma como a intertextualidade é concebida em AD. Conforme Indursky (*idem*, p.29), a categoria em questão aponta quer para o “efeito de origem” (isto, “quando trabalha com a noção de discurso fundador”), quer para “outros textos que se inscrevem na mesma matriz de sentido”, quais sejam, paródias e reescrituras não só produzidas como ainda por produzir, o que equivale a afirmar: “paráfrases discursivas, que reúnem textos existentes, possíveis ou imaginários”. A intertextualidade corresponde à retomada e releitura produzida por um texto em relação a outro, seja para transformar, seja para assimilar esse outro. Segundo a autora (*idem*, p.30), “o processo de intertextualidade lança o texto a uma origem possível” diferentemente, portanto, das relações interdiscursivas, segundo as quais não há como precisar, em meio à dispersão, a verdadeira origem de um discurso (e lembramos aqui a distinção entre texto e discurso).

Concordamos em manter o posicionamento acima, no entanto, propomos um reexame da categoria *intertextualidade* para fazê-la ressaltar a especificidade do processo a ser aqui analisado; e, de modo geral, propomos um reexame das relações de um texto e um discurso com a exterioridade, tarefas que virão adiante, em 1.3.5, mas também na próxima seção.

1.3.3 *Entre a inter- e a intratextualidade*

Em 1.3.1, trouxemos de Koch (2000) que uma das formas da intertextualidade *strictu sensu* abrange o caso do “intertexto próprio”, algumas vezes sob a designação de *intra-* ou *autotextualidade*. Pois bem, eis o momento de retomar essa questão, mobilizando para isto Sant'Anna (1985), que assume outro posicionamento teórico: uma perspectiva de natureza “mais do que literária”, semiótica, como o próprio autor faz questão de sinalizar. Interessa-lhe investigar o que concerne à paródia, à paráfrase, à estilização e à apropriação, mas no decorrer desse percurso inscrevem-se reflexões sobre *inter-* e *intratextualidades*.

Não nos ocuparemos especificamente desses casos estudados pelo autor, mas do que ele afirma sobre as duas categorias cujo contraste interessa aqui. Em vez de valer-se da expressão “intertexto próprio”, Sant'Anna refere a intertextualidade apenas ao caso em que “um autor utiliza textos de outros”, à diferença da *intratextualidade*, que aparece ligada ao caso em que “o escritor retoma sua obra e a reescreve” (*idem*, p.12-13). Sant'Anna situa o termo *autotextualidade* em uma relação sinonímica com o já citado *intratextualidade* e afirma tratar-se de “quando o poeta se reescreve a si mesmo. Ele se apropria de si mesmo” [...] (*idem*, p.62). Segundo Sant'Anna essa reescrita, aliás, pode ocorrer tanto em âmbito parafrástico, quanto parodístico.

O percurso traçado desde 1.3 até aqui permitiu ver que a expansão do conceito forjado por Kristeva desembocou em um desdobramento, qual seja: da intertextualidade, criou-se a intratextualidade, que alguns autores fazem equivaler à autotextualidade. No entanto, há um autor que, na Literatura, avança ainda mais e concebe uma espécie de taxonomia das relações textuais: é Genette, cujas pertinentes e interessantes reflexões são assunto da subseção abaixo.

1.3.4 *Transtextualidade e outras denominações em Literatura*

Genette (1982) também se interessa pelas relações entre textos; no entanto, seu modo de considerá-las difere da maneira dos demais autores abordados até aqui, na medida em que este autor propõe distribuí-las por entre as mais variadas classificações. Assim, para Genette, a *transtextualidade* (ou “transcendência textual”) – noção mais ampla referente a tudo aquilo que coloca um dado texto em relação explícita ou implícita com outros – englobaria os diferentes estatutos dessas relações textuais, e isso de um modo não-estranho. Enumeradas em uma ordem “approximativement croissant d’abstraction” (*idem*, p.8), figuram, pois, sob a *transtextualidade*: a *intertextualidade* propriamente dita (que supõe a presença de um texto em outro por alusão, citação etc.); a *paratextualidade* (referente ao entorno do texto, entendendo-se aqui prefácios, títulos, ilustrações); a *metatextualidade* (que sinaliza a relação de comentário entre textos); a *hipertextualidade* (referente a paródias, pastiche etc.) e, finalmente, a *arquitextualidade* (que, bastante abstrata, coloca em cena as relações entre um dado texto e as classes às quais ele pertence, de modo a definir a relação entre o texto e todo um conjunto de outros que contribuíram para sua gênese, incluindo aqui tipos de discurso, modos de enunciação, gêneros literários de que depende cada texto em particular).

Como se pode observar, Genette transcende a oposição *inter*-/*intra*textualidade, ao adotar critérios mais rigorosos e específicos para as distintas relações, o que nos leva a afirmar desde já aquilo em que também acreditamos, a saber: a necessidade de preservar a especificidade, em vez de homogeneizar (ou mesmo dicotomizar) as relações intertextuais. Retornaremos a este ponto essencial adiante. O que precede é ainda pouco, mas por ora suficiente. Para maior clareza daqueles aspectos que, no presente momento, mais interessa reter da extensa trajetória abarcada em 1.3 sob o pilar da *intertextualidade*, elaboramos um quadro-síntese, que figura a seguir:

Quadro-síntese de definições

<i>Noção</i>	<i>Um modo de conceituação sustentado pelos enfoques precedentes</i>
Intertextualidade	De modo geral, refere-se à relação entre textos, de maneira a supor em um a presença implícita ou explícita de outros (via alusão, citação, imitação, ridicularização etc.).
Intra-/ Autotextualidade	Considerados “sinônimos”, esses dois termos costumam referir a relação intertextual entre textos de um mesmo autor.
Transtextualidade	Denominação geral para variadas modalidades de relações entre textos
Metatextualidade	Relação de comentário entre textos
Paratextualidade	Relações do texto com seu “entorno” mais imediato, qual seja: seus prefácios, títulos, ilustrações
Hipertextualidade	Relação de um texto com suas paródias, pastiche, etc.
Arquitextualidade	Relações de um texto com as classes às quais pertence, definindo a relação entre ele e todo um conjunto de textos que contribuíram para sua gênese, no que concerne aos tipos de discurso, aos modos de enunciação, a gêneros literários de que depende o texto em questão.

Resgatemos, agora, os subsídios que nos permitirão imprimir ao dispositivo teórico-metodológico até aqui elaborado, um meio de efetivamente dar conta da análise do processo discursivo em exame.

1.3.5 Levantamento de subsídios para a construção de uma proposta

A extensa subseção sobre intertextualidade e demais designações traz a constatação de que um texto corresponde ao ponto de intersecção das mais variadas vozes, as quais provêm de práticas de linguagem socialmente diversificadas. O texto é um “mosaico de citações”, como lembrou Kristeva (1969), a partir de Bakhtin. Isso sinaliza para o fato de que não há texto por si, já que falar ou escrever implica sempre a retomada – seja para repetir, seja para deslocar – de toda uma série de outros textos. Nessa direção, não há como produzir um texto (escrito ou falado) sem que, de algum modo, se faça ali ressoar o já-dito, o já-escrito.

Considerar que um texto é atravessado pelo discurso do outro mostra-se essencial à análise do processo discursivo de reformulação de livros. Ora, o que mais seria capaz de levar à reformulação de um livro – diante de todo o trabalho e custo econômico que isso implica – senão uma série de enunciações de outrem (a partir de posições legitimadas) que colocam em

xeque aquelas; posicionamentos incipientes causando tumulto no interior de um determinado campo de saber? A voz do outro aparece como argumento a induzir a urgência de uma edição revista e, depois, a justificar perante o leitor a existência da mesma.

Embora não tenha sido mencionado anteriormente, também Foucault (1969/2007, p.26) abre espaço para pensar sobre intertextualidade. Diz ele que ao questionarmos a unidade do livro, ela vai perdendo sua evidência:

é que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede.

E como aponta Indursky (2001), falar em texto implica falar numa heterogeneidade permanentemente estruturada/desestruturada/reestruturada pelo trabalho de sujeitos, de tal modo que já não se pode ver a exterioridade como externa, mas como constitutiva da própria costura de saberes.

Encarando-se retrospectivamente toda essa primeira seção, na qual se construiu uma discussão acerca das três noções-chave, pode-se afirmar que a trajetória elaborada até aqui visou a circunscrever os pontos de maior relevância para que se pense, a partir da autoria, a relação entre as edições no processo discursivo de reformulação de livros. Nessa direção, permanece como resíduo da reflexão precedente uma lacuna: a ausência, em AD, de um modo particular de designação para relações intertextuais de um texto com suas diferentes versões. Ora, outros domínios possuem formas de ressaltar a especificidade de tais relações, como se pôde constatar; mas e quanto à AD? Observe-se o quadro a seguir:

Quadro de amplitudes da categoria *intertextualidade* e das denominações adjacentes

<i>Perspectiva (conforme autores aqui mobilizados)</i>	<i>Noção “n-textualidade”</i>						
	<i>inter-</i>	<i>intra-/auto-</i>	<i>trans-</i>	<i>meta-</i>	<i>para-</i>	<i>hiper-</i>	<i>arqui-</i>
literária	X		X	X	X	X	X
literário-semiótica	X	X					
lingüística	X	X					
discursiva	X						

Não parece interessante que também a AD constitua um modo de pensar na relação entre versões distintas de um determinado texto, dado o estatuto dito “nômade” de tal campo?

O “nomadismo” da AD reside, para Orlandi (1996a, p.11), no fato de não haver, para este campo, “um acúmulo científico fixo, no que diz respeito à teoria, à definição de seu objeto e método(s): a cada passo a AD redimensiona seu objeto, revalia (*sic*) aspectos teóricos e se relaciona criticamente com seu(s) método(s)”. E o mais interessante nesta citação é o fato de que o livro consultado traz “revalia”, o que pode nos permitir jogar com “reavalia”, “revalida” e, até mesmo com “dá novo valor” (de “valia”).

Digressões à parte, mencione-se, sobre isto, também Gallo: em seu artigo sobre a autoria no mito indígena, Gallo (1999, p.189), tendo mobilizado considerações de Orlandi acerca dessa situação de entremeio da AD, afirma, tomando a mesma posição da primeira autora citada, que entende por “entremeio” o “lugar da contradição”. Para Gallo (*ibid.*), a AD “é crítica [...] porque não cristaliza para si práticas metodológicas, *já que permite ser afetada pelo corpus, que na sua diversidade, acaba por exigir permanentemente deslocamentos*” [grifos nossos]. Tais citações trazidas relacionam-se àquilo que é aqui preconizado: a indissociabilidade entre teoria e prática, e mais, a questão de a teoria ser movente por se reconstruir no mesmo movimento em que se dá a análise dos fatos discursivizados.

O fato é que acreditamos, como dissemos, na impossibilidade de homogeneizar diferentes estatutos de intertextualidade. Não seríamos, porém, tão radicais quanto Genette: para nós, basta diferenciar uma intertextualidade entre textos de autores distintos, daquela estabelecida entre textos de um mesmo autor, sobretudo no caso das versões. Propor novas formas de pensar esses aspectos (e, por aí, as relações de um texto com a exterioridade que é dele constitutiva) é a próxima tarefa.

2 A ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM

Esta seção, que tem por foco a apresentação de nossa proposta, finaliza a construção do dispositivo teórico-metodológico. Encaminha assim à seção que, ao avançar discorrendo sobre a constituição do *corpus*, viabiliza-nos passar à mobilização de recortes e, por aí, à efetiva análise do processo discursivo pelo qual nos interessamos.

2.1 Pontos de ancoragem para uma nova categoria

Deve-se lembrar, antes de tudo, que a AD contém em seu quadro conceitual uma noção de *intertextualidade*; porém, era visível, desde o início, que tal noção seria incapaz de dar conta, efetivamente, da especificidade de nosso objeto de investigação. Em linhas muito gerais, adiantamos, na seção anterior, que ela homogeneizaria naturezas distintas. Não nos satisfazendo a já existente noção de intertextualidade, devemos confessar que a categoria designada *intratextualidade* inicialmente nos seduziu, na medida em que vislumbrávamos uma possibilidade de importá-la e ressignificá-la em AD. Ora, a *intratextualidade* refere, conforme exposto em 1.3.3 e 1.3.5, a relação intertextual entre os textos de um dado autor (cf. Koch, 2000), e até mesmo, remete à reelaboração de um texto por seu autor (cf. Sant'Anna, 1985). Por que não admitir, então, que o processo discursivo de reformulação de livros coloca em cena uma intratextualidade? Adiantemos algo desde já: o termo *intratextualidade* não nos pareceu adequado para figurar no interior da AD, por motivos que exporemos adiante¹⁶.

Ocorre que a intratextualidade pode também ser designada *autotextualidade*, e, diante disso, emergiu a questão: pode esta designação prestar-se à ressignificação pretendida? Parece-nos que não. Começamos por justificar esta segunda recusa, e depois a primeira. Por que não denominar *autotextualidade* a relação que, no processo discursivo de reformulação de livros, se verifica entre uma edição e sua nova versão?

Em Gramáticas¹⁷, o prefixo *auto-* designa aquilo que implica “si mesmo”. Acreditamos que adotar a designação *autotextualidade* não procederia em AD, pelo fato de a

¹⁶ Nada temos contra os domínios de saber que dele se valem, tampouco contra aquilo que o termo designa. São outros os motivos de nossa discordância, como se verá adiante.

¹⁷ Terra (1986); Faraco & Moura (1987); Bechara (1987; 2005), cf. bibliografia nesta Dissertação.

teoria postular um sujeito determinado por duas ordens cuja influência ele não pode barrar: inconsciente e ideologia. Em outras palavras: há algo, mesmo que bastante sutil, de “consciente”, de muito “intencional” que não só bloqueia a adoção desse termo como se torna incompatível com o modo segundo o qual a AD teoriza sobre sujeito (acerca da noção de sujeito, cf. 2.1 na Primeira Parte e 1.1.2 nesta). A questão crucial aqui é, na verdade, mais ampla e reside em lembrar que a reformulação em exame não decorre do mero capricho de um sujeito-autor que, a certa altura de sua jornada de pesquisador, se cansa de formular X ou Y. Pelo contrário: a modalidade de reformulação sobre a qual se tem refletido resulta do trabalho de um sujeito que, situado institucionalmente, logo, atravessado por n discursos, é induzido a reformular. Nesta tarefa, o sujeito tem como pano de fundo toda uma conjuntura sócio-histórica que tanto lhe impõe, quanto lhe fornece – por discursos de outrem ou pelo discurso das próprias “descobertas” científicas do sujeito-autor-revisor – os meios teórico-epistemológicos para a mudança de posicionamento (da qual resulta, portanto, a edição revista).

Exposto isso, pode-se avançar e justificar o porquê da impropriedade da outra forma de designação abordada acima, a saber, a intratextualidade, freqüentemente mencionada como sinônima (cf. 1.3.3, nesta Segunda Parte) daquela de que se falou no parágrafo anterior. Por que rejeitar, em relação à AD, também a hipótese de uma relação *intratextual* entre “edição de partida” e edição revista, e isto em prol da elaboração de um novo termo, qual seja, o inimaginável “entretextualidade”? Resposta: aquele termo causaria estranhamento em virtude de que daria margem (pelo prefixo, justamente) a que se pensasse em reformulações apenas intradiscursivas (por alguma analogia feita entre intratextual e intradiscursivo), o que não corresponde exatamente ao fato que aqui nos mobiliza. Ora, se por um lado, a dimensão lingüística é imprescindível, por outro, estão em cena reformulações nas quais há um “isto é” nem sempre materializado lingüisticamente. E o intradiscorso remete, segundo Pêcheux (1975/1988, p.166),

ao funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de 'co-referência' que garantem aquilo que se pode chamar o 'fio do discurso', enquanto discurso de um sujeito) [grifos do autor].

Entende-se, por essa passagem, que Pêcheux pretende colocar esse “antes” e “depois” na linearidade mesma daquilo que é dito, mobilizando para tanto, inclusive, uma expressão de Authier-Revuz (o “fio do discurso”). Em nosso objeto de investigação, vemos que o “antes” e o “depois” que interessam transcendem à linearidade (o intradiscorso); no entanto, também

não seriam elementos interdiscursivos. Diríamos que se trata de uma determinada modalidade de reformulação cuja natureza situa-se no entremeio entre *inter-* e *intradiscursos*, ou seja, no domínio de memória, domínio este que compreende – resgatemos de Courtine (1981) – uma “pluralidade contraditória” de seqüências discursivas¹⁸. É precisamente esta pluralidade (sintoma da contradição constitutiva de um domínio de saber) que está em foco na presente Dissertação.

De todo o exposto, resulta que interdiscurso e intertextualidade remetem para uma exterioridade constitutiva, enquanto intradiscorso e intratextualidade o fazem em relação àquilo que está sendo (re)formulado no fio do discurso do sujeito (isto é, na linearidade). Não queríamos, porém, admitir uma impossibilidade de especificar as peculiares relações que aqui estamos examinando. Assim, retornamos a Genette (1982) e também a Gramáticas¹⁹, na tarefa de encontrar um modo de forjar o termo cuja concepção a língua, de um modo ou de outro, haveria de viabilizar. Na medida em que admitíamos haver intertextualidade (ou absorção e transformação) entre os textos de uma edição de partida e a edição revista dela decorrente, a questão “sinonímica” entre os prefixos *inter-* e *entre-* não constituiu problema²⁰.

Acreditamos que tudo quanto foi dito até aqui justifique, em linhas muito gerais, a aplicabilidade do prefixo *entre-* à categoria a ser concebida. É fundamental lembrar, então, que esta categoria emerge com a especificidade de um prisma sustentado pela AD, e, nesta medida, não há como efetivamente lhe buscar equivalentes em outros domínios. Além disso, ao relacionar-se com o enunciável de uma formação discursiva, difere do modo como outras áreas de conhecimento propõem abordar esse trabalho do sujeito sobre suas próprias formulações. Isso estará mais claro através da subseção a seguir.

2.2 Uma definição discursiva e um contraponto com outros conceitos da AD

A idéia de *entremeio* (a qual se tem enfatizado ao longo deste trabalho) vincula-se diretamente ao termo “entretextualidade”; no entanto, este termo também remete à idéia de *entretecer*. Foi dito (cf. 1.1.2) que a autoria em AD implica um sujeito responsável por mobilizar diferentes recortes da exterioridade e entretecê-los, ou, no caso, “reentretecê-los”.

¹⁸ Deve ser mencionada a diferença entre memória e interdiscurso, termos estes que, se por um lado revelam-se bastante compatíveis entre si, por outro, não se equivalem totalmente: em linhas muito gerais, pode-se dizer que a memória aponta para o modo específico, singular pelo qual o interdiscurso (enquanto uma voz que vem ressoar no intradiscorso) faz-se presente naquilo que está sendo dito. E, nesse sentido, não é todo o interdiscurso que ressoa na formulação, mas apenas aquilo que dele vem pela memória discursiva, e isto num gesto absolutamente único para cada sujeito-leitor.

¹⁹ Terra (1986); Faraco & Moura (1987); Bechara (1987; 2005), cf. bibliografia nesta Dissertação.

²⁰ Para maiores esclarecimentos sobre toda a reflexão em torno dos prefixos, conferir Anexo I.

Diante do que precede, impõe-se apresentar uma definição para a categoria conceitual aqui forjada. Sendo assim, com base na reflexão sustentada pela AD, mas enriquecida pelos diálogos com outros campos, definiremos a *entretextualidade* enquanto referente às relações (inter)textuais entre um dado texto e suas diferentes versões, quando estas são reformulações elaboradas pelo próprio sujeito-autor da versão de partida (a qual passa a figurar no domínio de memória). A *entretextualidade*, tal como a concebemos, tem por especificidade diferenciar esse caso daqueles que implicam textos de diferentes sujeitos. Além disso, sinaliza para o fato de que a intertextualidade entre edição de partida e edição revista – intertextualidade essa estabelecida a partir do processo de reformulação – manifesta, neste caso, a dialética entre ser o mesmo livro e ser um outro dissimulado sob a identidade (o título) da versão original.

Certamente, é central para nós, na relação entre versões, o *sujeito* responsável por estabelecer tal relação. Há um sujeito que, capturado (pela análise) na rede de contradições históricas em que se coloca, produz novos sentidos ao reformular, afeta as redes de memória que constituem o campo de conhecimento (a FD) no qual ele (sujeito) se constitui enquanto tal.

Qual o lugar da entretextualidade no âmbito dos demais conceitos da AD? Ora, tal conceito figura entre as relações que um dado texto estabelece com a exterioridade que lhe é constitutiva. Como foi trazido de Indursky (2001), tais relações são de natureza contextual (contexto cultural, político, sócio-histórico etc.), interdiscursiva e (inter)textual. O que propomos, então, é inserir aí mais uma ordem de relações, na medida em que acreditamos no fato de que a “edição de partida” integra a exterioridade constitutiva da edição revista: ela figura no domínio de memória desta e, assim sendo, ressoa no intradiscorso da referida edição via memória discursiva. Isso não significa, porém, que ressoe por si, mas sim desde que se levem em conta os gestos de interpretação de um sujeito-leitor.

Com base em tudo isso, afirmaremos que o texto da edição revista estabelece relações contextuais, intertextuais, entretextuais e interdiscursivas, considerando esta que voltará no item 3.2 da Terceira Parte. Falemos agora sobre o *corpus* e passemos, enfim, à mobilização dos recortes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Um *corpus* só existe a partir de uma tomada de posição teórica, e isto significa que, longe de ser um *a priori*, ele resulta de um trabalho do analista. Construí-lo é, segundo Courtine (2006, p.21), “fazer entrar a multiplicação infinita e a dispersão fragmentada dos discursos no campo do olhar por um conjunto de *procedimentos escópicos*” [grifos do autor], e vale dizer que por *escópicos* (termo trazido de Lacan) Courtine entende algo que é da ordem do olhar, ou ainda, “que se produz no campo do olhar”. E prossegue ele: “é conveniente, sobretudo, dar-se um 'campo referencial', um 'universo de discurso’”, uma vez que desse modo opera-se “uma primeira separação entre o visível e o invisível pelo traçado de um limite” (*ibid.*).

Nesta direção, tinha-se, para esta Pesquisa, a reformulação de livros como ponto de referência, reformulação essa concebida, desde o ponto de vista da AD, como sendo um processo discursivo. O próximo passo era escolher um princípio interno de segmentação: tratava-se de efetuar uma separação “entre o que cai sob o olhar e um *exterior do olhar interior ao campo*; um esquadrihamento que restringe o 'visto' aos únicos textos ou fragmentos de textos, trechos, pequenas ou grandes partes de discursos que serão captados” (*ibid.*) [grifos nossos]. Desta forma, os segmentos podem ser reagrupados e ordenados, o que lhes confere o estatuto de *corpus*, *corpus* este “dotado de uma forma reconhecível que poderá ser explorada” (*ibid.*).

Esse ponto será aprofundado em virtude de algumas exclusões necessariamente operadas, a saber, quanto a determinados aspectos que, embora integrantes do processo em pauta, excederiam os propósitos da análise a ser feita. Ou seja: ao propormo-nos a incumbência de investigar o processo de reformulação de livros (e o termo *discursivo* foi propositalmente excluído agora), devemos mencionar também os aspectos que, embora não constituam foco de interesse aqui, não podem – jamais – ter sua existência negligenciada, uma vez que também eles integram o referido processo.

Começamos pelo acréscimo de textos. Bastante freqüente, o acréscimo de textos (às vezes no meio, outras no fim dos demais), visível desde o Sumário, pode ser verificado, por exemplo, em *Cultura e Democracia*, de Marilena Chaui (1981; 1989), com os artigos “Considerações sobre o nacional-popular” e “Representação ou participação”. Esse aspecto

sinaliza para um outro tipo de acréscimo igualmente verificado: a adição de títulos nas referências bibliográficas, como é caso, por exemplo, das edições do livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, de Florestan Fernandes (1968; 1972). Outro ponto que não pode ser negligenciado concerne às alterações na capa, em geral decorrentes da mudança de editora, concomitante à revisão, como ocorre em Chaui (1981; 1989) e Fernandes (1968; 1972), e mesmo, mudança nos caracteres tipográficos, como em *Introdução à Análise do Discurso*, de Helena Brandão (1997; 2004). Sobre o caso de Chaui, remetemos ao Anexo II, no qual se deve atentar tanto para a mudança de capa, quanto para o apagamento, na edição revista (1989), do subtítulo da edição de 1981: “o discurso competente e outras falas”.

Um tópico certamente polêmico, mas que, no entanto, optamos por considerar que excede a análise (e justificaremos-nos) concerne às alterações de pontuação e aos possíveis atos falhos. Apesar de sua **extrema relevância** às questões de ordem semântica, acreditamos na *impossibilidade de discernir se tais alterações efetivamente provêm ou não do sujeito-autor-revisor* (todos sabemos da inevitável revisão feita pelas próprias editoras). A título de exemplificação, observemos rapidamente algumas ocorrências desses casos referidos (em cada formulação, os segmentos que merecem destaque foram sublinhados por nós):

a) pontuação: vejamos o caso destas orações adjetivas, no qual uma explicativa passa a restritiva em virtude do apagamento, na edição revista, das vírgulas presentes na ocorrência em edição anterior. É o que ocorre, por exemplo, nas edições de *Manual de Explicação de Textos*, escritas em co-autoria por Fernando Carreter e Cecília de Lara:

Ed. de 1962 – com o esforço de dar forma definitiva às notas, todas as observações de caráter geral, que devem passar para a conclusão, irão concatenando-se mais facilmente. (Carreter; Lara, 1962, p.66)

Ed.rev., de 1963 – com o esforço de dar forma definitiva às notas, todas as observações de caráter geral Ø que devem passar para a conclusão Ø vão concatenar-se mais facilmente. (Carreter; Lara, 1963, p.66)

b) possível “ato falho” (emergindo aqui a polêmica daquilo que o senso-comum designa como “erro de digitação”). Vejamos as seqüências abaixo, em que Brandão, no livro já mencionado mais acima, cita Bakhtin (Voloshinov):

Ed. de 1997 – Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. [...] (Brandão, 1997, p.11)

Ed.rev., de 2004 – Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sobra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. [...] (Brandão, 2004, p.9)

A citação provém de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*; interessa-nos mencionar apenas que, neste livro, encontra-se o termo “sombra”, conforme investigamos²¹.

Descartamos ainda outro fator, que ocorre, por exemplo, também em Brandão: livros em que se constata a inexistência de notas a respeito da edição revista. No caso mencionado, acreditamos que a ausência decorre do fato de não haver reformulação dos *saberes* da Análise do Discurso, mas somente mudanças no modo formal de expô-lo ao leitor; ora, sabe-se da revisão (chamaremos revisão, mesmo, e sobre isto lembramos a subseção 1.1, da Primeira Parte) somente se se observar o que diz a ficha de catalogação bibliográfica, na qual figura discretamente a indicação.

Uma penúltima exclusão a mencionar corresponde à das notas (e similares) e prefácios *de outrem* acerca da edição revista. Notas do editor, para citar este apenas este caso, podem ser encontradas, por exemplo, na edição revista de *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (Florestan Fernandes, 1972) e na de *Cultura e Democracia* (Marilena Chauí, 1989):

Essas incorporações não ocorreram como simples acréscimos, mas em função de um reordenamento dos textos recorrentes a três grandes temas [...] (Nota do Editor, Chauí, 1989)

Edição de 1968 – Este livro reúne cinco ensaios, todos voltados para o mesmo tema [...]. O mais extenso e importante elabora a noção de capitalismo [...] (Fernandes, 1968, nota na “aba” da capa)

Edição de 1972 – Os ensaios aqui enfeixados estão todos voltados para o mesmo tema [...]. O mais extenso desses ensaios, e que dá título ao volume, elabora a noção de capitalismo [...]. Entre as modificações introduzidas nesta segunda edição, destaca-se a ampliação e atualização da bibliografia sobre a modernização do Brasil, no final do volume. (Fernandes, 1972, nota na “aba” da capa)

É mais freqüente que notas, e não prefácios, tematizem questões sobre a reformulação. As observações de outrem foram deixadas de lado, devido ao nosso propósito de investigar especificamente os embates do próprio sujeito-autor-revisor com relação ao seu trabalho de reescrita.

Finalmente, uma última exclusão realizada concerne às reformulações do âmbito da paráfrase, entendidas como sendo aquelas que afetam não um saber propriamente dito, mas algo que é da ordem do “esquecimento 2” (Pêcheux, 1975/1988). No caso, esse tipo de reformulação implica formular de um outro jeito aquilo que ainda se mantém na mesma direção de sentidos, sem que haja aí alterações significativas (leia-se: interdição) no *saber próprio a um campo de conhecimento*. Um exemplo disso pode ser constatado pela seqüência adiante, extraída de Bechara:

²¹ Cf. BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. por M. Lahud e Y.F. Vieira. 3.ed. São Paulo, Hucitec, 1986. p.33.

Edição de 1987 – a) indicativo – em referência a fatos reais: [...] / b) subjuntivo – em referência a fatos duvidosos, prováveis, possíveis etc: [...] (Bechara, 1987, p.103-104)

Edição de 2005 – a) indicativo – em referência a fatos verossímeis ou tidos como tais: [...] / b) subjuntivo (conjuntivo) – em referência a fatos incertos: [...] (Bechara, 2005, p.221)

Com base em tudo quanto precede sobre a constituição do *corpus*, foram organizados os blocos que aqui figuram, compostos por recortes de “seqüências discursivas de referência”²², as quais servem para sinalizar não apenas a recorrência de um dado aspecto, mas, sobretudo, o fato de não ser necessária uma análise exaustiva de absolutamente todas as ocorrências de um certo aspecto em exame.

A análise das seqüências (na Terceira Parte, subsequente) não terá por objetivo o julgamento dos fundamentos daquilo que por elas é dito, mas sim o exame das transformações operadas sobre o dito para redizê-lo (e neste processo atualizá-lo, enfim, renová-lo, reformulá-lo), transformações essas que sinalizam novas tomadas de posição dos sujeitos. Sobre isto, lembremos Pêcheux (1983/1990c, p.57):

a posição de trabalho que aqui evoco [...] supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados.

Nesta Pesquisa, porém, interessa examinar igualmente as possibilidades negadas de identificação, no que elas se relacionam com a contra-identificação.

As análises propriamente ditas constroem-se sobre um total de sete recortes, cada qual deles envolvendo o exame de um aspecto distinto, por meio de *seqüências discursivas*. Tais recortes distribuem-se dentro de três seções sobre as quais se falará agora. A primeira delas, cujo foco é pensar o acontecimento enunciativo no processo de reformulação, visa a responder de que maneira esse acontecimento afeta um campo de saber (ou seja, uma *formação discursiva*). Já a segunda seção, que aborda a existência de contradição no processo em exame, tem por propósito responder acerca dos modos pelos quais o sujeito-autor-revisor se relaciona com as diferentes versões do livro (no caso, com os textos da edição de partida e da edição revista). Por fim, a terceira seção, que trata da opacidade inerente ao referido

²² *Seqüência discursiva de referência*, termo trazido de Courtine (1981): trata-se de uma seqüência que não apenas traz consigo, inerentemente, as condições em que se realizou sua produção, mas, também, se presta à tarefa de representante de certos procedimentos que, de um modo geral, ocorrem no processo em exame (no caso desta Pesquisa, no processo discursivo de reformulação de livros).

processo, visa a responder de que maneira “mesmo” e “outro” aparecem costurados na materialidade da edição revista.

As seções a seguir, portanto, sinalizam para que nos situemos no entremeio, nas fronteiras entre dizível e não-mais-dizível, e observemos o modo como o trabalho do sujeito-autor-revisor faz renascer um livro que, ao mesmo tempo, se situa entre ser ele mesmo e ser outro, uma outra versão, um seu avesso textual. Interessa-nos flagrar o instante em que língua e conjuntura sócio-histórica, inseparáveis no processo discursivo de reformulação, encontram-se no discurso produzido por um sujeito dividido entre vários posicionamentos. Esses posicionamentos, por sua vez, resultam de gestos de interpretação.

Para Orlandi (1996a), o trabalho do analista consiste na busca por desvendar os mecanismos sócio-históricos em jogo na constituição simultânea de sujeito e sentido, proceder nesse no qual importa considerar o funcionamento discursivo. Este aparece definido como “a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas” (*idem*, p.125). Este funcionamento é o que passaremos a observar mais detidamente, após já ter construído todo um dispositivo teórico-metodológico para tanto. Interessa desconstruir a materialidade lingüístico-histórica do discurso, a fim de explicitar, assim, os mecanismos ideológicos subjacentes às tomadas de posição por meio das quais, pelo trabalho do sujeito, o lingüístico encontra o sócio-histórico na discursivização dos fatos teóricos. Essencialmente, isso é o que se verá na próxima seção. Antes de passar a ela, porém, devemos falar algo sobre a “seleção” dos livros e, logo, dos campos de conhecimento em que se inscrevem.

Em primeiro lugar, devemos dizer que não temos pretensão de exaustividade: sendo assim, os livros aqui mobilizados constituem um *recorte* representativo de nosso objeto de reflexão, diante de nosso interesse em analisar livros que não apenas correspondam a *obras fundantes* em seus campos de conhecimento como, também, permitam ver a *reconfiguração teórica* ocorrida em tais campos, no âmbito específico das Ciências Humanas. Diante disso é que optamos por mobilizar pares de edições como os da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara; os do *Manual de Explicação de Textos*, de Fernando Carreter e Cecília Lara; os de *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, de Florestan Fernandes; e os de *Estruturalismo e Poética*, de Tzvetan Todorov. Evidentemente, a variedade de domínios de saber (Gramática; Literatura; Sociologia; Poética, respectivamente) justifica-se em razão de pretendermos enfatizar que a reformulação de saberes não ocorre somente em um campo X ou Y, e sim, de modo mais geral, *nos mais variados campos de saber*.

Gostaríamos, por fim, de lembrar o caráter metodológico da expressão “edição de partida”: tal expressão foi elaborada com vistas a atender aos procedimentos e objetivos desta pesquisa, ou seja, sinaliza o fato de que se partirá de uma edição X que nem sempre será, necessariamente, a primeira edição publicada de um livro; ela é, antes, uma edição anterior “diferente” Y do livro em questão. Metodologicamente, portanto, utilizaremos: a) a indicação numérica, entre parênteses, de cada *seqüência discursiva* (SD), entendendo que esta última tanto pode conter formulações extraídas de ambas as edições, quanto pode trazer uma formulação extraída apenas da edição revista (e neste caso, especificamente, o símbolo \emptyset ocupará o lugar destinado à edição de partida); e b) as notações EP para referir a edição de partida e ER para referir a edição revista. Exemplo:

(SD1) EP – (figurando aqui uma formulação extraída da edição de partida)
 ER – (figurando aqui a formulação extraída da edição revista, para cotejo com a de EP)

Ou, para o caso em que a formulação de ER refere, por exemplo, nota do Autor sobre a nova edição (portanto, algo inexistente em EP), então utilizaremos:

(SD2) EP – \emptyset
 ER – (figurando aqui a formulação extraída da edição revista e inexistente em EP)

Poderá ocorrer, ainda, o inverso deste último exemplo, ou seja, o símbolo de vazio será utilizado no lugar referente à edição revista (assim: ER – \emptyset), dado que a formulação produzida na edição de partida foi apagada da edição revista, pelo sujeito-autor.

Pelo processo discursivo de reformulação, essas duas edições estabelecem contato: o discurso da edição revista faz do discurso da edição anterior o ponto de partida para existir e justificar não só sua existência, mas, sobretudo, sua diferença. Deve-se a isso, portanto, a opção em designar a edição “anterior” como “edição de partida”.

Desde já, avisamos que os trechos sublinhados são todos grifos nossos, com vistas a conceder maior visibilidade àquilo que, de algum modo ou de outro, difere em EP e ER e/ou deve ser notadamente enfatizado devido ao que será dito nas análises.

Como objeto de análise, os livros mobilizados para esta Pesquisa²³ serão tomados da seguinte forma, para a constituição das seqüências discursivas (SDs):

²³ As referências bibliográficas dos livros mencionados encontram-se completas no final desta Dissertação, sob o item Referências do *corpus*.

Recorte 1

- SD1 – utiliza formulações do 1º capítulo de *Estruturalismo e Poética*, de Todorov, em EP (1970) e ER (1976);
- SD2 – vale-se de formulações da Introdução da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara, em EP (1987) e ER (2005);

Recorte 2

- SD3 – vale-se de formulações de uma advertência intitulada “Ao Professor”, presente na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, apenas na EP (1959);
- SD4 – constitui-se de formulações de um texto intitulado “No liminar”, também extraídas da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, mas, neste caso, presente apenas na ER (1972);

Recorte 3

- SD5 – utiliza os Sumários de *Estruturalismo e Poética*, de Todorov, em EP (1970) e ER (1976);
- SD6 – utiliza formulações do Prefácio à 37ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara; neste caso, portanto, apenas ER (2005) é mobilizada;
- SD7 – vale-se de formulações do 1º capítulo de *Estruturalismo e Poética*, de Todorov, em EP (1970) e ER (1976);

Recorte 4

- SD8 – constitui-se apenas de formulações do texto “No liminar”, presente na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, mas, neste caso, apenas na ER (1972);

Recorte 5

- SDs 9 e 10 – constituem-se de formulações extraídas do Prefácio de *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, de Florestan Fernandes; no caso, apenas na EP (1968), visto que tal Prefácio é apagado da ER (1972);
- SD11 – constitui-se de formulações da “Nota sobre esta edição”, presente em *Estruturalismo e Poética*, de Todorov, mas, no caso, apenas na ER (1976);
- SDs12 – vale-se de formulações presentes no Prefácio à 37ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara; também aqui, apenas ER (2005) é mobilizada;

Recorte 6

- SD13 – utiliza formulações do capítulo III do *Manual de Explicação de Textos*, de Carreter e Lara, em EP (1962) e ER (1963);
- SD14 – vale-se de formulações do capítulo II do *Manual de Explicação de Textos*, de Carreter e Lara, em EP (1962) e ER (1963);
- SD15 – constitui-se de formulações extraídas da seção 1 (Substantivo) do 2º capítulo da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara, em EP (1987) e ER (2005);
- SD16 – constitui-se de formulações extraídas da seção 4 (Pronome) do 2º capítulo da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara, em EP (1987) e ER (2005);
- SD17 – compõe-se de formulações do capítulo VI (Artigo) da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, em EP (1959) e ER (1972);

Recorte 7

- SD18 – vale-se de formulações do 1º capítulo de *Estruturalismo e Poética*, de Todorov, em EP (1970) e ER (1976);
- SD19 – neste caso, utilizam-se formulações provenientes do capítulo “Noções elementares de versificação” da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara. Deve-se dizer, porém, que na EP (1987) o referido capítulo é o VII, ao passo que na ER (2005) é o V.

Terceira Parte: um novo entretecer nas fronteiras do enunciável

Rien ne se perd, rien ne se crée, tout se transforme.
Antoine Lavoisier

1 O ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO NO PROCESSO DISCURSIVO DE REFORMULAÇÃO DE LIVROS

Retornando-se à Introdução, ver-se-á que a primeira das questões norteadoras (qual seja: como pensar, no interior do que chamamos de *processo discursivo de reformulação de livros*, a especificidade característica da relação estabelecida entre as versões de um dado livro?) foi parcialmente respondida na Segunda Parte. Ou seja: a categoria *entretextualidade*, concebida a partir de diálogos com distintos pontos de vista teóricos, apresentou-se como um meio de designar a especificidade das relações textuais que, devido à reformulação, passam a existir entre edição de partida (EP) e edição revista (ER).

No capítulo anterior, sobre metodologia, dissemos que a análise dos recortes mobilizaria três eixos: o do acontecimento enunciativo, o da contradição e o da opacidade. A isso devemos acrescentar o que se segue: se, por um lado, será consagrada aqui uma seção especial à abordagem do acontecimento enunciativo, por outro lado, este último perpassa, na verdade, também a abordagem da contradição e da opacidade (ou seja: ele atravessa todas as análises que serão efetuadas nesta Terceira Parte). Isto porque tal acontecimento – concebido por Indursky (2008) enquanto um novo modo enunciativo que instaura conflito interno na formação discursiva em que emerge – é inerente à elaboração da edição revista. Portanto, só há edição revista (tal como a temos entendido aqui), porque houve um acontecimento enunciativo que passou a impedir a identificação subjetiva com determinadas parcelas de saber anteriormente formuladas na edição de partida. O acontecimento enunciativo, então, manifesta-se de diferentes modos na materialidade discursiva da edição revista, e, assim, examinar a opacidade e a contradição será igualmente um meio de investigar a emergência de tal acontecimento.

O que precede indica que também o agrupamento das seqüências não pode ser visto como estanque: logo, SDs que figuram sob o recorte 6 (cf. seção 3), por exemplo, poderiam perfeitamente ser analisadas sob o recorte 3 (abarcado pela presente seção). Importa ressaltar, ainda, que não se pretende realizar aqui uma análise exaustiva das SDs mobilizadas.

Isso posto, retome-se agora a questão responsável por guiar as análises presentes nesta seção: de que maneira o acontecimento enunciativo, inerente ao processo discursivo de

reformulação (tal como este vem sendo aqui pensado), afeta um determinado campo de conhecimento em relação ao objeto, ao método, à parcela hegemônica de saberes?

1.1 A instauração da diferença no interior da formação discursiva

O acontecimento enunciativo instaura um novo modo de enunciar (cf. 1.1.2 da Segunda Parte) no interior de uma formação discursiva, pelo viés da diferença²⁴. Afirmar isso exige que se pense o estatuto das FDs, como será feito a partir do recorte abaixo. Antes, porém, uma advertência essencial: nem toda edição revista é engendrada por esse acontecimento; veja-se Brandão (1997; 2004), em que os saberes da Análise do Discurso permanecem inalterados, na medida em que as mudanças abrangem, entre outros aspectos, apenas o *design* da capa, os caracteres tipográficos, a estrutura formal de certas formulações (ex.: em EP, “enquanto que a enunciação se marca”, e em ER, “enquanto \emptyset a enunciação se marca”).

No entanto, há casos em que, efetivamente, a edição revista resulta de um acontecimento enunciativo tal como ele é concebido por Indursky (2008); é para esses que os olhares dirigem-se nesta Pesquisa. Ora, são esses casos que nos conduzem a defender a hipótese da *entretextualidade*, relação textual esta pela qual se tangenciam entre si um dado texto e suas demais versões, ou seja, no caso desta Pesquisa, a edição de partida (EP) e sua edição revista (ER). Cumpre, pois, que nos justifiquemos a esse respeito, através de toda a série de análises a seguir.

1.1.1 Recorte 1: a heterogeneidade da formação discursiva

Pensar a reformulação ocorrida no interior de um dado campo de conhecimento coloca a necessidade de admitir que esse campo não corresponde a um domínio de saberes fechado. Ao contrário: entendido como um domínio de saberes aberto ao contato com outros, deve ser referido enquanto sendo uma formação discursiva marcada pela heterogeneidade. As duas seqüências mobilizadas abaixo²⁵ permitirão compreender mais claramente o que acabamos de afirmar:

²⁴ Casos em que ele o faz por meio da efetiva divergência não serão enfatizados. Afirmar apenas a diferença deve-se ao fato de pensar tal acontecimento não mais do que no âmbito do *corpus* desta Dissertação. Ora, não nos parece, salvo em um único dos casos aqui examinados (cf. 1.2.1, adiante), que haja um real confronto; o que há é uma aceitação do diferente. Além disso, essa diferença não é necessariamente algo negativo: pode bem prestar-se a enriquecer, a complementar os saberes da formação discursiva no interior da qual emerge.

²⁵ Para uma visão um pouco mais ampla das seqüências 1 e 2, conferir, respectivamente, Anexos III e IV.

- (SD1) EP – Em primeiro lugar, qualquer conhecimento da linguagem pode ser igualmente útil, quer venha da Psicanálise ou da Antropologia, da Lingüística ou da Filosofia. [...] É antes com a Retórica, ciência geral, mas inexistente, dos discursos, que a Poética pode ser posta em paralelo: a assimetria entre língua e discurso corresponde a diferenças profundas. Por isso, por razões que são bem conhecidas, a Poética, nos seus primeiros passos, terá de servir-se das noções e métodos lingüísticos [...] (Todorov, 1970, p.22-23)
- ER – A Poética poderá, portanto, auxiliar-se de cada uma dessas ciências [Lingüística, Filosofia da Linguagem, Psicanálise, Antropologia] na medida em que a linguagem faça parte de seu objeto. Seus parentes mais próximos serão as outras disciplinas que tratam do discurso – formando o conjunto o campo da Retórica, entendida no sentido mais lato, como ciência geral dos discursos. / É por aí que a Poética participa do projeto semiótico geral, que une todas as investigações cujo ponto de partida é o signo. (Todorov, 1976, p.21) [grifos do autor]
- (SD2) EP – Estilística é um campo novo dos estudos de linguagem que procura investigar o sistema expressivo que o idioma põe a serviço do falante e sua eficiência estética. (Bechara, 1987, p.25) [grifos do autor]
- ER – [...] temos a estilística, a qual, conforme dissemos anteriormente, é o estudo dos aspectos afetivos que envolvem e caracterizam a linguagem emotiva que perpassa todos os fatos de língua. Pode tanto aplicar-se àqueles usos da esfera afetiva e emotiva generalizados na língua, por exemplo, os diminutivos, os aumentativos, as hipérboles, etc. (a chamada *estilística da língua* de Charles Bally), ou então às criações estéticas originais e inéditas de um autor ou de uma obra (a chamada *estilística da fala* da escola idealista alemã de Karl Vossler, Leo Spitzer e seguidores). [...] (Bechara, 2005, p.55-56) [grifos do autor]

A SD1, que mobiliza formulações extraídas de ambas as edições de *Estruturalismo e Poética* (1970; 1976), coloca a necessidade de destacar um ponto essencial, qual seja, o fato de que o projeto inicial do referido livro de Todorov reside em pensar as contribuições que o Estruturalismo traz à Poética. Ora, no que concerne às condições sócio-históricas que marcam a produção de cada edição, deve-se dizer que a edição de partida, assim como sua edição revista, integra uma coleção que aborda a influência do movimento estruturalista sobre determinados campos de conhecimento, quais sejam: a Lingüística, a Psicanálise, a Filosofia, a Antropologia e, evidentemente, também a Poética. Isso por si só já diz muito sobre a menção que, nas duas edições analisadas, é feita a cada um desses outros campos, pontuando-se em tal menção, inclusive, eventuais contatos que se podem estabelecer não só entre esses campos e a Poética, mas também entre esta última e a Retórica.

Neste caso, comparem-se as duas formulações: de um lado, tem-se “É antes com a Retórica, ciência geral, mas inexistente, dos discursos, que a Poética pode ser posta em paralelo” (EP) e, de outro, “Seus parentes mais próximos serão as outras disciplinas que tratam do *discurso* – formando o conjunto o campo da *Retórica*, entendida no sentido mais lato, como ciência geral dos discursos” (ER). Atente-se aí, pela comparação indicada, ao amadurecimento teórico que marca a posição do sujeito-autor-revisor quanto a essas possíveis interfaces, em especial no que concerne à Retórica, dita em EP “ciência geral, mas inexistente” e, posteriormente, em ER, referida como “ciência geral dos discursos”. Sendo a Retórica uma ciência dos discursos, interessará especialmente à Poética, que toma por objeto

a especificidade do discurso literário (consideração esta que retornará em 1.2.2). Observe-se, ainda, a menção feita à questão da Semiologia e do signo, colocada pela edição revista: “É por aí” – ou seja, é por esta nova maneira de conceber as interfaces, como se pode disso entrever – “que a Poética participa do projeto semiótico geral, que une todas as investigações cujo ponto de partida é o *signo*” (ER).

Ainda com relação às edições de *Estruturalismo e Poética*, avancemos: se se toma cada campo, dentre aqueles acima referidos, como sendo equivalente a uma formação discursiva, vê-se que a possibilidade dos contatos estabelece-se em virtude da não-fixidez das fronteiras de cada domínio. Ou seja: é por tratar-se de campos que, apesar de sua indiscutível especificidade, não se confinam a uma imunidade teórica, que os diálogos então emergem e se justificam. E isso, seja para o estabelecimento de alianças, seja para o de distanciamentos (neste caso, com a Sociologia e a Psicologia, domínios não mencionados acima, mas referidos textualmente por Todorov). E se tais campos mencionados têm, todos eles, algum interesse por questões de linguagem, então formam entre si uma rede interdiscursiva, da qual falaremos logo adiante.

Antes de abordar esta rede, porém, passemos ainda à SD2, composta por formulações provenientes da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (1987; 2005). Tal como foi antes visto na SD1, de Todorov, também em Bechara, na SD2, se pode ver referência a outros campos de conhecimento (neste caso, conexos então à Gramática). Tome-se, quanto a isto, a menção que este sujeito-autor faz à Estilística. Comparem-se as formulações: “Estilística é um campo novo dos estudos de linguagem que procura investigar o sistema expressivo que o idioma põe a serviço do falante e sua eficiência estética” (EP) e “estilística, a qual, conforme dissemos anteriormente, é o estudo dos aspectos afetivos que envolvem e caracterizam a linguagem emotiva que perpassa todos os fatos de língua” (ER). Se, no contexto da produção de EP – sobretudo se se lembrar que usamos a 31ª edição de uma Gramática publicada originalmente em 1961 –, a Estilística referia “um campo novo de estudos”, vê-se que trinta e oito anos (1961-1999) se passaram até a produção da ER originalmente publicada em 1999, e quarenta e quatro (1961-2005) até a 15ª reimpressão referente à 37ª edição (datada de 2005 e aqui utilizada). Isto certamente não é insignificante na produção de conhecimento científico; nem para a Gramática, tampouco para a Estilística, campo este com o qual aquele estabelece relações, como se pode claramente constatar, pela SD2, em Bechara.

Na *Moderna Gramática* deste autor, a referência a Bally, teórico notável por suas pesquisas estilísticas, comparece não só no trecho aqui mobilizado para a SD2 (leia-se, por exemplo, na SD2: “a chamada *estilística da língua* de Charles Bally”), mas também em

diversos outros trechos dessa *Gramática*, o que, aliás, se justifica perfeitamente se tomamos o que dizem Flores e Teixeira (2005, p.16) sobre a obra de Bally: desde um prisma descritivo, e não normativo, este teórico “busca uma estilística da língua, propriamente lingüística, e não somente da literatura ou dos escritores. Mesmo que ratifique várias vezes que a diferença entre elas é mais aparente do que real”. E prosseguem os autores, com mais uma observação pertinente àquilo que se vem dizendo: “Essa distinção é importante porque enfatiza o fato de que não se trata de estudar o estilo artístico pessoal, mas o uso da língua para a expressão dos sentimentos” (*ibid.*). A Estilística de Bally abarca, pois, todos os fenômenos da língua, desde aqueles do âmbito fonológico até os sintáticos. E a *Gramática* também trabalha com fenômenos da língua em uso, embora o faça desde um ponto de vista peculiar. A respeito das interfaces entre esses dois campos, leia-se na edição revista da *Moderna Gramática* o fato de que, estando a Estilística interessada no estudo da “língua afetiva”, e a Gramática, no estudo da “língua intelectual”, uma não implica “a negação da outra”, tampouco tem por missão “destruir o que a outra, com orientação científica, tem podido construir”. Bechara afirma, então, a interdependência de ambas “no estudo dos processos do material de que o gênero humano se utiliza na exteriorização das idéias e sentimentos ou do conteúdo de pensamento designado” (2005, p.615), citação sobre a qual se deve dizer que a expressão “conteúdo de pensamento designado” não figura na edição de partida (a de 1987), apenas na edição revista.

A reflexão acima, em torno dos dois pares de edições tomados para exame na presente subseção, conduz a convocar agora a noção de interdiscurso, visto que há um emaranhado de campos de saber atuando nas edições. Evidentemente, não há uma relação simétrica entre tais domínios, ou seja, não há dúvida de que Gramática e Poética lideram cada qual o conjunto que convocam: logo, a Gramática é a FD dominante em relação à Estilística, à Lingüística, à Literatura; e a Poética o é quanto à Psicanálise, à Lingüística, à Antropologia. Assim sendo, a definição pecheutiana segundo a qual o interdiscurso corresponde a um conjunto complexo de formações discursivas com dominante, dá conta das imbricadas relações entre os domínios, conforme elas ocorram nestas ou naquelas edições aqui mobilizadas. Pela remissão a uma espécie de efeito de origem-comum – visto que todas as formações discursivas apontam para o interdiscurso –, explica-se o porquê de parecer que certos campos “têm mais a ver” com determinados outros.

Nesse contexto, alterações no saber comportado pela Poética e naquele comportado pela Gramática (para citar somente campos que têm sido examinados no presente recorte), alterações essas realizadas pelo sujeito-autor-revisor, resultam de um trabalho deste sobre a chamada “forma-sujeito”, a qual regula as posições com as quais o sujeito é passível de

identificar-se. No caso do objeto aqui examinado, esse trabalho realiza-se através da edição revista e pode ser constatado por meio da comparação entre EP e ER, tal como temos feito, de fato. Além disso, na medida em que tal trabalho subjetivo afeta a forma-sujeito, ele redefine, então, o enunciável autorizado pela formação discursiva, isto é, por um determinado campo de conhecimento. É esse trabalho, portanto, que redefine os enunciados passíveis de ser repetidos e aqueles que devem ser “esquecidos”. No entanto, ainda que certos saberes tenham de ser esquecidos, os posicionamentos que autorizavam sua enunciação permanecem ainda inscritos na forma-sujeito, o que engendra a heterogeneidade que atravessa esta última (e por esta, atravessa também a FD).

Inscrito no interior de um campo de conhecimentos (Gramática ou Poética, como se tem analisado neste recorte), o sujeito-autor-revisor apropria-se desta ou daquela determinada parcela de saberes provenientes da teia interdiscursiva, o que explica, pois, o comparecimento visto como “natural” (e, de fato, necessário) de saberes da Lingüística, da Estilística, da Literatura na Gramática; ou então, da Lingüística, da Literatura, da Retórica na Poética. Com a linearização desses saberes e o entretecer destes a outros do campo que os acolhe, emerge o efeito de estar-se diante de formulações singulares e originais do sujeito-autor. Em Bechara, por exemplo, são linearizados gestos de leitura acerca de discursos que, já ditos por outrem, tratam de Estilística.

Um ponto essencial que emerge a partir da análise desses livros reside em como pensar a referência a cada campo (lembre-se aqui que a proposta básica desta subseção é pensar o estatuto das formações discursivas). Inicialmente, há que se convir que nenhum dos domínios em questão pode ser efetivamente referido – senão sob planificação de abordagens muito distintas – por artigo definido singular. Ou seja: dizer *a* Lingüística, *a* Gramática, *a* Poética, *a* Estilística e assim por diante, é referir uma homogeneidade teórico-metodológica que não passa de ficção. Se, por um lado, a unidade é relativamente necessária para que se pense a inscrição de cada campo no âmbito da produção científica mundial, por outro, essa mesma unidade planifica a cisão da ideologia e, logo, o caráter heterogêneo da formação ideológica materializada singular e discursivamente através de cada domínio de saber.

Tome-se Bechara, mais uma vez: não há “a” Gramática, há gramáticas. Tanto isso é verdadeiro, que o autor pontua em ER alguns dos vários tipos de Gramática existentes. Cada concepção de Gramática (Normativa, Descritiva, Histórica, mas também Funcionalista, Gerativa) existe a partir de um ponto de vista específico, do qual decorrem os diferentes modos de estudar a língua. Interessando aqui a emergência de saberes de certos campos em outros, constata-se que domínios radicalmente heterogêneos incorporam a si parcelas de saber

oriundas de outros domínios em semelhante condição. Essa incorporação ocorre, como temos dito, por meio do trabalho do sujeito-autor-revisor; aliás, apenas assim ela se torna possível.

No caso da edição revista, deve-se mencionar que reescrever, porém, é mais do que simplesmente imergir na dialética entre apropriar-se de novas parcelas de saber e “desfazer-se” de certas outras. Lembremos Grantham (2002): reescrever é posicionar-se como sujeito. E isto, por si só, às vezes engendra grandes polêmicas que vale a pena conferir a seguir.

1.2 Hegemonia e reformulação

Ao refletir sobre o vínculo entre o processo de reformulação tomado na emergência do acontecimento enunciativo que o caracteriza (recorte 2); a teorização do sujeito na elaboração da edição revista (recortes 2 e 3); o objeto e método próprios ao domínio de saber no qual se inscreve a edição (recorte 3), os dois recortes abaixo visam a problematizar as relações entre a hegemonia de certos saberes e o fato de que o trabalho de reformulação incide justamente sobre essa hegemonia, deslocando-a. Acerca disso, pode-se adiantar aqui que nem sempre a mudança imposta é compatível com a posição teórica do sujeito-autor-revisor, e tal situação cria um embate do qual as notas do Autor e os prefácios costumam ser o palco privilegiado. Veja-se o recorte adiante.

1.2.1 Recorte 2: embates com modos de enunciar

Observem-se as duas seqüências discursivas abaixo, cada qual extraída de uma das edições da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (1959; 1972):

- (SD3) EP – Por já existir notável convizinhança entre a terminologia nele adotada desde a primeira edição e a que houve por bem preferir a norma oficial, foi-nos empresa sobremodo fácil – no caso de *simplex opção entre nomes* – proceder a completo reajustamento, que realizamos no próprio corpo da obra./ Mas, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOCTRINA; e, então, não é lícito a ninguém renunciar – por mais que sejam dignos de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino./ Para satisfazer este último aspecto, deliberamos relacionar à parte, num APÊNDICE, as passagens (aliás, muito poucas) da Gramática Normativa que, por mergulharem raízes em matéria de ordem doutrinária, não coincidem, em pormenores, com algumas facetas teóricas implícitas em meia dúzia de pontos da *Nomenclatura Gramatical Brasileira*./ Assim se conciliam, ao parecer, a utilização didática do livro e as linhas-mestras das convicções do Autor. (Rocha Lima, 1959, p.1-2) [todos os grifos em itálico e caixa alta são de Rocha Lima]
ER – Ø²⁶

²⁶ Como dissemos na seção sobre metodologia (cf.3 da Segunda Parte), o símbolo Ø será empregado sempre que em alguma das edições (seja EP, seja ER) não houver uma formulação passível de comparação com aquela que está em análise.

(SD4) EP – Ø

ER – A partir de certa altura de sua jornada, teve este livro o texto estereotipado, e, pois, irrefundível./ Em razão disso, não pôde o Autor, muito a seu malgrado, carrear para a obra novas idéias, novas doutrinas, novos métodos – enfim, a visão nova que passou a ter, [...]. (Rocha Lima, 1972, No Liminar – desta 15ª edição – p.X)

Desde a edição de 1959, já se pode ver materializada na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, a contra-identificação do sujeito-autor quanto a uma dada parcela de saberes; no caso, trata-se das normas impostas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Neste sentido, a SD3²⁷ revela o conflito de um sujeito dividido entre dois posicionamentos, quais sejam: o do sujeito que realiza as alterações que dele se espera – ou seja, o “bom-sujeito” pecheutiano que obedece às imposições da NGB – e, no mesmo texto, o do sujeito que contesta certas normas do documento oficial – logo, o “mau-sujeito” pecheutiano, relido por Indursky (2008) como o sujeito que, ao se contra-identificar com certa parcela de saberes, instaura um acontecimento enunciativo, na medida em que seu trabalho opera na/sobre a forma-sujeito. Lingüisticamente, vemos que, na EP, a conjunção “Mas” é a responsável por denunciar esse conflito ideológico; veja-se: a formulação “foi-nos empresa sobremodo fácil – no caso de *simples opção entre nomes* – proceder a completo reajustamento, que realizamos no próprio corpo da obra” é imediatamente seguida, em novo parágrafo, por “*Mas*, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOCTRINA; e, então, não é lícito a ninguém renunciar – por mais que sejam dignos de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino” (Rocha Lima, 1959, p.1) [itálico nosso; caixa alta de Rocha Lima].

Gostaríamos de resgatar aqui algumas considerações pecheutianas que expusemos nas páginas 17 e 18 da presente Pesquisa: trata-se de lembrar, aqui, o fato de que o processo de produção dos conhecimentos encontra-se “indissociavelmente ligado a *uma luta a propósito de nomes e de expressões para aquilo que eles designam*” [...] (Pêcheux, 1975/1988, p.197) [grifos nossos]. Resulta daí a afirmação do autor de que a neutralidade científica é nada mais que um mito e, logo, não há qualquer “indiferença com respeito às palavras” (*ibid.*). Ora, de acordo com Pêcheux, há sempre uma tomada de posição implicada por essa “luta”.

O que dissemos no parágrafo acima é claramente constatável na SD3, da qual estamos falando: vê-se que a contra-identificação do sujeito instaura um confronto a propósito de conceitos/definições que um posicionamento ideológico X (e não outros) permite atribuir a uma dada categoria Y. Ou seja: lá onde “as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOCTRINA” (Rocha Lima, 1959, p.1) [caixa alta do autor], subjazem certas

²⁷ Cf. Anexo V.

tomadas de posição que, por sua vez, têm cada qual o seu modo próprio de construir e de significar a metalinguagem própria à Gramática. É por isso, aliás, que em certas Gramáticas (a de Bechara, por exemplo) pode-se encontrar o vocábulo “não” como advérbio de negação e, em outras – aí incluídas a de Rocha Lima –, isto não acontece. O que dizer sobre as implicações disto? Mais uma vez, lembremos Pêcheux: não há discurso científico puro, porque todo discurso é ideológico ao resultar de tomadas de posição.

A importância de problematizar o que ocorre nesta edição (EP) é essencial para que se compreenda o quanto isso permanece implícito na edição revista, a qual não comporta nem a advertência (da qual se extraiu SD3) e, tampouco, o Apêndice que explicita as implicações, para a *Gramática*, da contra-identificação do sujeito-autor. Dadas as referidas ausências, a contra-identificação do sujeito-autor quanto à NGB é materializada, em ER, apenas no interior dos capítulos (retornaremos a este ponto um pouco mais adiante).

Passando então à SD4 (cf. Anexo VII), vê-se que também ela toca em questões de convicção teórica, ao lembrar a trajetória de elaboração ainda da *Gramática* de Rocha Lima. A SD4, especialmente, revela que o sujeito não é livre para dizer o que quiser, na medida em que há um controle sócio-histórico sobre a produção do livro. Retome-se desta SD o que se segue: a partir de uma determinada “altura de sua jornada” – afirma Rocha Lima na edição revista – “teve este livro o texto estereotipado, e, pois, irrefundível./ Em razão disso, não pôde o Autor [no caso, ele próprio], muito a seu malgrado, carrear para a obra novas idéias, novas doutrinas, novos métodos – enfim, a visão nova que passou a ter” (1972, p.X).

Se, conforme diz Pêcheux (1982/1997; 1983/1990c), há formas de controle da leitura e da interpretação (estas últimas não podem ser quaisquer umas), então há, igualmente, formas de controle da produção e circulação de livros – o que, aliás, já está bem sinalizado, fora da AD, por Foucault (1971/2006), como foi visto na Segunda Parte, em *I.I.I.* Na conjuntura específica da edição de 1972, pode-se facilmente perceber que há aí um conflito desfeito, na medida em que a conjuntura em questão, ao contrário da anterior, já possibilita ao autor introduzir modificações. A interdição do novo – avesso daquilo que se costuma observar no processo de reformulação, afinal, costumam-se interditar saberes anteriores, não novos – cede enfim lugar à interdição do antigo, e o sujeito-autor vê-se agora “livre” (isto, sabe-se, é ilusão em AD) para enunciar inclusive a sua discordância quanto às imposições colocadas pelas diferentes conjunturas da produção de cada uma das edições.

A tensão entre a posição dominante e aquela que a esta se contra-identifica (sobretudo na SD3) atesta que a reprodução de sentidos no interior de uma FD sinaliza diferentes modos de relacionamento com a ideologia. Pode-se deslocar, a partir da observação das duas

seqüências acima, o que dissera Pêcheux (1975/1988) acerca do papel que têm os conceitos em um dado campo de conhecimentos (cf. 1.2.1, na Primeira Parte): eles possuem uma função em um processo. Esse autor afirma isso pensando o fato de que a elaboração de conceitos inaugura um campo no âmbito de todo um processo histórico que o engendra.

Para o caso aqui examinado, considerar a historicidade da edição revista permite enunciar que se a conceituação não desempenhasse papel tão fundamental, não seria o aspecto mais afetado pela reformulação e o foco do estranhamento entre sujeito-autor (ao qual se liga o nome de Rocha Lima) e a instituição referida indiretamente por “a norma oficial” e por “Nomenclatura Gramatical Brasileira”. Notadamente, o sujeito-autor-revisor não é completamente submisso à totalidade da parcela hegemônica (representada pela NGB, cf. SD3) que impõe, sob a forma de Portaria Ministerial, o que deve ser dito. E o mais interessante é que, nesta, se pode ler que Rocha Lima é um dentre os nomes designados pelo Ministério da Educação e Cultura, com vistas a estudar e propor, para fins didáticos, um “projeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical”; é, pois, em decorrência desse fato que nascem as polêmicas de ordem teórica. Como se vê, certamente não houve um consenso entre os diferentes gramáticos designados para unificar a nomenclatura gramatical.

O recorte acima faz ver a importância que a atribuição de sentidos a esta ou aquela categoria assume na teorização. Citemos um caso: dizer que o vocábulo “não” é ou deixa de ser um advérbio de negação não é, com toda a certeza, indiferente. Pensando essa questão de um modo mais geral, vê-se que isso sinaliza para o fato de que, na produção de conhecimento, costuma haver interdições. Há, por exemplo, uma proibição a nomear de outro modo certa categoria, quando não até mesmo (e este é o nosso posicionamento) uma espécie de “tabu teórico”: há muito mais do que apenas palavras que significam diferentemente conforme se inscrevem neste ou naquele campo, ou sejam ditas segundo este ou aquele posicionamento. Há, de fato, palavras que não se podem enunciar no interior de um campo X. Há, decerto, efetivas proibições léxico-ideológicas funcionando subterraneamente no processo que engendra uma edição revista, mas também, e de modo geral, nos vários gestos de produção de conhecimento.

As relações de poder instauradas no discurso atestam que, apesar de o processo discursivo de reformulação de livros decorrer de exigências imputadas ao sujeito-autor, as questões sociais, teóricas e pedagógicas implicadas no referido processo não se sobrepõem à posição teórica daquele que responde pelo livro X (este enquanto uma unidade coerente) e pelos saberes que ali figuram: evidentemente, é sempre um renomado gramático o mais

autorizado a escrever edições de *Gramática*, e ele não quererá ver a si atribuídos modos de dizer não defendidos como válidos.

Nessa direção, lembre-se que a autoria enquanto função assumida por um sujeito é, segundo Orlandi (2007), aquela que está mais determinada pela exterioridade, ou seja, pelo contexto sócio-histórico: “Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares” (*idem*, p.75). Ainda conforme Orlandi, “a assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto sócio-histórico” (*idem*, p.76). Com base nisso, toda a reflexão precedente, ao abordar as relações entre sujeitos, saber e poder, encaminha para que se pense, agora, na essência do que está em jogo no processo discursivo em exame, a saber: a relação entre o trabalho do sujeito e os dois pilares da constituição de toda e qualquer ciência, quais sejam, o objeto e o método.

1.2.2 Recorte 3: o acontecimento enunciativo na relação objeto-método-teorização

A constatação de que se está diante de um acontecimento enunciativo é possível na medida em que se toma integralmente o texto dos livros. Enfim, é preciso examinar a edição revista em seu curso, inscrevê-la na historicidade da ordem do discurso. Serão tomados para análise os casos específicos de Todorov (1970; 1976) e Bechara (1987 [1961]²⁸; 2005), em virtude de os livros serem aqueles que efetivamente viabilizam maiores reflexões a respeito dos aspectos de interesse da presente seção. Observem-se, nas SDs a seguir, os Sumários de *Estruturalismo e Poética* (Todorov, 1970; 1972), o Prefácio da 37ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa* (Bechara, 2005) e trechos das edições de *Estruturalismo e Poética* (Todorov, 1970; 1972)²⁹:

(SD5)	EP	ER
	Índice	Sumário
	I <u>A POÉTICA ESTRUTURAL</u>	I <u>DEFINIÇÃO DA POÉTICA</u>
	II <u>A ANÁLISE DO DISCURSO LITERÁRIO</u>	II <u>A ANÁLISE DO TEXTO LITERÁRIO</u>
	1 Os Registros da Fala	1 <i>Introdução</i> – O Aspecto Semântico
	2 As Visões na Narrativa	2 Os Registros da Fala
	3 As Estruturas do Texto	3 O Aspecto Verbal: Modo, Tempo
	4 A Sintaxe Narrativa	4 O Aspecto Verbal: Visões, Voz
	5 Transformações, Modos, “Reconhecimento”	5 O Aspecto Sintático: Estruturas do Texto
	6 O Verossímil	6 O Aspecto Sintático: Sintaxe Narrativa

²⁸ Lembrando aqui a data da primeira edição, e isto apenas para constar, pois utilizamos na Pesquisa a 31ª e 37ª edições.

²⁹ Para melhor visualização das formulações de cada SD, conferir, respectivamente, os Anexos VIII, IX e X.

III PERSPECTIVAS

1 Poética e História Literária
 2 Poética e Estética
 3 A Poética tem seu Próprio Objeto
 [...] (Todorov, 1970)

7 O Aspecto Sintático: Especificações e Reações

III PERSPECTIVAS
 1 Poética e História Literária
 2 Poética e Estética
 3 A Poética como Transição
 [...] (Todorov, 1976)

(SD6) EP – Ø

ER – O arcabouço teórico desta obra poderia bem orientar-se por outros modelos válidos, seguidos pelos nossos melhores lingüistas em atuação nos centros universitários brasileiros. A orientação aqui adotada resulta da nossa convicção de que ela também pode oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical entre nós, especialmente quando aplicada a uma obra da natureza desta *Moderna Gramática Portuguesa*, que alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, libertada do ranço do antigo *magister dixit* e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas. [...] Temos consciência de que ainda há muito que acrescentar e rever, e para tanto convocamos a ajuda dos colegas que neste sentido desejarem pronunciar-se. (Bechara, 2005, p.19-20)

(SD7) EP – Descrever uma obra, literária ou não, por ela mesma e em si mesma, sem deixá-la um instante que seja, sem a projetar além de si, é tarefa impossível, em todos os sentidos. Ou antes: é possível, mas nesse caso a descrição não será mais que uma repetição, palavra por palavra, da própria obra. Ela acompanha as formas da obra de tão perto que ambas se confundem. E, em certo sentido, toda obra constitui, em si mesma, sua melhor descrição. (Todorov, 1970, p.12)

ER – Com efeito, interpretar uma obra literária ou não, por ela mesma e em si mesma, sem deixá-la um instante que seja, sem a projetar alhures senão sobre ela própria, é tarefa de certo modo impossível. Ou antes: é possível, mas nesse caso a descrição³⁰ não será mais que uma repetição, palavra por palavra, da própria obra. Ela acompanha as formas da obra de tão perto que ambas se confundem. E, em certo sentido, toda obra constitui, em si mesma, sua melhor descrição. (Todorov, 1976, p.12)

O processo discursivo de reformulação de livros coloca em jogo a própria constituição do domínio de saber no interior do qual figuram as edições. Abala, com isso, dois pilares essenciais desse campo, quais sejam, o objeto e o método responsáveis por singularizar um campo X em relação a outros; ora, sem a delimitação precisa de objeto e método – sabe-se desde Saussure (cf. *CLG*, 1916/1975) – uma ciência é incapaz de pretender-se como tal. A relação entre objeto, método e saberes teorizados é indissociável, e isto autoriza a concluir que afetar um desses elementos é necessariamente atingir também os demais.

A reformulação, portanto, não incide apenas sobre o gesto de trocar este ou aquele termo, acrescentar/suprimir esta ou aquela passagem; incide, notadamente, sobre a urgência de repensar aspectos que concernem às próprias bases teórico-epistemológicas do campo em questão e, assim, redefinir o enunciável ali (o espaço do dizível da FD). É a partir daí que se reformula o texto do livro, com vistas a disponibilizar ao sujeito-leitor um contato com avanços teóricos engendrados por novas pesquisas que, presume-se, nem sempre sejam

³⁰ O termo é “descrição”, mesmo, fato que será comentado.

acessíveis (por questões de escolaridade e/ou de ordem geográfica e econômica) ao público-leitor para o qual se destinam as edições aqui examinadas.

Observando-se primeiramente a SD5, em que figuram os Sumários das duas edições de *Estruturalismo e Poética*, de Todorov (1970; 1976), vê-se que a mudança de “Análise do discurso literário” (EP) para “Análise do texto literário”, intitulado a segunda parte do livro, remete ao posicionamento que enfatiza o fato de que o texto corresponde a certa manifestação particular de algo mais amplo, a saber, o discurso literário. Ainda com relação à SD5, atente-se também para o acréscimo, na ER, de um capítulo introdutório sobre Semântica (qual seja: “1 *Introdução – O Aspecto Semântico*”), capítulo esse que resgata, de certo modo, o par saussuriano paradigma/sintagma, trabalhando-o desde um ponto de vista próprio à Poética. O referido capítulo é essencial, uma vez que o poeticista em seu trabalho deve, necessariamente, partir da consideração de dois planos relacionais.

Segundo Todorov (1976), o texto literário comporta dois estatutos distintos (mas não estanques) de relações, quais sejam, as relações *in praesentia* e aquelas *in absentia*: as primeiras concernem aos elementos co-presentes e são da ordem da configuração; quanto às segundas, implicam relações entre elementos presentes e ausentes e são da ordem do sentido e da simbolização. Considerar essas relações, fato ausente da EP, tem implicações diretas sobre o método de abordagem da literariedade, como se pode perceber.

A partir daí se pode pensar a mudança que ocorre no terceiro capítulo da terceira parte: de “A Poética tem seu próprio objeto” (EP) para “A Poética como transição” (ER). A Poética não visa à interpretação da obra, mas à investigação da estrutura e funcionamento do discurso literário. Transita, pois, entre o geral e o específico (Todorov, 1976), interessando-lhe, assim, as leis gerais que presidem o nascimento de cada obra, logo, uma literatura dos possíveis, e não exatamente dos efetivos (os “reais”). Um exame das considerações tecidas nesses dois capítulos mencionados (a saber: o terceiro da EP e o terceiro da ER), faz logo ver que, embora o tema permaneça relativamente o mesmo – qual seja: o objeto e o método da Poética instaurada enquanto ciência –, trata-se indiscutivelmente de dois capítulos bastante distintos, difíceis inclusive de admitir um cotejo tal como aquele que será viabilizado pela SD 7 do presente recorte.

A compreensão do que seja a Poética Estrutural exige partir de uma imagem geral e, seguramente, simplificada dos estudos literários. A partir daí, emerge como questão essencial o papel da Literatura na relação objeto-método, visto que esta relação constitui efetivamente a Poética enquanto ciência. “A Poética não pode existir sem a literatura; ao mesmo tempo, é tão-somente ultrapassando a obra literária que ela alcança constituir-se” (Todorov, 1970,

p.119). A Literatura aparece simultaneamente como objeto e método, numa contradição necessária: se a literatura corresponde à “linguagem” que viabiliza à Poética voltar-se sobre si mesma, isto é, funciona como mediadora da qual esta ciência se vale para autoconhecimento, então “esse objeto aparente que é a literatura, não passa, a bem dizer, de um método particular escolhido por um discurso para tratar de si próprio” (Todorov, 1970, p.118).

Porém, tal como a linguagem foi, em Lingüística, impasse crucial para Saussure na instauração deste campo enquanto ciência (cf. *CLG*, 1916/1975), assim o é, na visão de Todorov, a literatura em relação à instauração da Poética enquanto “disciplina teórica” (ou ciência). E por isto não há, segundo Todorov (1976), uma “ciência da literatura”, já que “encarada de diferentes pontos de vista, a literatura faz parte do objeto de não importa qual outra ciência humana”. Assim, a Poética toma por objeto não o fragmento desta ou daquela obra, mas as estruturas abstratas. Ou seja: interessando-lhe abordar as propriedades que singularizam o discurso literário – a literariedade, portanto –, é por designar como objeto as “organizações abstratas logicamente anteriores à sua [da obra] manifestação”, que a Poética situa-se no âmbito de uma proposta estruturalista de trabalho (*idem*, p.22), tópico este central a um livro que se inscreve sob a questão norteadora de uma coleção intitulada “Qu’est-ce que l’Estructuralisme?”. Nessa perspectiva, tomar a literatura em si como objeto não é suficiente para justificar a existência da Poética enquanto ciência autônoma: “são os aspectos especificamente literários da literatura [já que esta constitui relações também com outros campos], aspectos que só ela possui, que formam o objeto da Poética” (Todorov, 1976, p.127).

A Poética é, pois, uma ciência convocada a desempenhar um “papel eminentemente transitório” (1976, p.130) [grifo do autor], na medida em que, dada sua proposta de problematizar as estruturas abstratas que viabilizam a emergência de obras literárias, “terá servido como ‘revelador’ dos discursos” (*ibid*). No entanto, “inaugurada a ciência dos discursos, seu papel específico se vê reduzido [...] à busca dos motivos que faziam considerar, nesta ou naquela época, certos textos como ‘literatura’.” (*ibid*). Esta reflexão acerca do estatuto da Poética inexistente na edição de partida.

Observando-se agora as SDs 6 e 7, um aspecto que logo desperta a atenção reside na especificidade da *descrição*. Evidentemente que de modos muito distintos, o método de descrever emerge enquanto uma questão central tanto em Bechara (SD6), quanto em Todorov (SD7): descrever/normatizar em Gramática; descrever/interpretar em Poética.

Começemos, então, por observar a SD7, de Todorov. Afora a relativização entre “impossível, em todos os sentidos” e “de certo modo impossível”, tal seqüência coloca um

jogo entre descrever/interpretar que acaba por criar ali uma mistura entre um e outro procedimento, parecendo até quase confundi-los. Ora, na EP, o tema em pauta era apenas descrição, mas, na ER, por sua vez, o tema da interpretação ultrapassa até mesmo a seqüência mobilizada, uma vez que há toda uma reflexão posterior em torno disso, reflexão esta que está ausente da EP.

Discutir interpretação vincula-se à problemática acerca da dessimetria entre interpretação e descrição no método adotado por alguns pontos de vista, tais como a chamada Crítica. Seguramente, reside no cerne dessa questão as famosas discussões acerca do ideal de cientificidade, e assim é que, na edição revista, a questão sobre descrever divide espaço com reflexões sobre interpretar uma obra literária. Conforme Todorov (1976, p.15), “a Poética vem romper a simetria [...] estabelecida entre interpretação e ciência no campo dos estudos literários”; e, nesse contexto, a relação entre Poética e interpretação “é, por excelência, de complementaridade” (*idem*, p.17).

Já em Bechara, há privilégio da descrição na medida em que se pode ver, na ER, uma postura teórica preocupada em libertar do “antigo ranço” de perspectivas mais tradicionais a abordagem dos fatos lingüísticos, e isso em prol da aliança entre a “preocupação de uma científica descrição sincrônica” e “uma visão sadia da gramática normativa” (2005, p.20). Assim é que comparecem, na edição revista, inúmeras e valiosas reflexões em torno de linguagem, língua e teoria gramatical. Veja-se, por exemplo, a distinção entre as Gramáticas Descritiva e Normativa, mas também a enumeração de vários outros tipos de Gramática (quais sejam: Geral, Comparada, Histórica).

Além disso, se EP já anunciava trazer algumas questões sobre Estilística e Fonêmica, ER avança ainda mais e traz toda uma gama de reflexões novas, possíveis graças ao fecundo desenvolvimento dos estudos lingüísticos. E o sujeito-autor deixa clara a influência das pesquisas de Coseriu e Mattoso Câmara Jr, teóricos aos quais dedica especial admiração em virtude da importância de seus trabalhos na trajetória da *Moderna Gramática* (cf. Prefácio da 37ª edição, do qual a SD6 representa um pequeno trecho). Isso sem falar em aspectos que concernem à nomenclatura gramatical, também ela totalmente repensada – veja-se o caso, por exemplo, da expressão “classe de lexema” em lugar de “nome” na definição de substantivo; ou ainda, a reflexão em torno do “exemplar” e do “correto” (em que o primeiro pertence “à arquitetura da língua histórica” e o segundo, ao “plano da estrutura da língua funcional”, implicando com isto julgamentos de valor).

A Gramática de Bechara revela-se, pois, em sua edição revista, verdadeiramente imersa na amplitude dos estudos lingüísticos da atualidade, preocupados que estão estes em

tornar o *ensino* de Gramática (sempre indispensável) algo mais rico, profundo e compatível com o desenvolvimento da Lingüística, essencialmente, mas também da Literatura (como veremos em 3.1.3).

Pensando-se a teorização em Gramática, vê-se que não só se deixa de pensar na exclusividade da “língua padrão”, mas, sobretudo, faz-se na edição revista uma admirável explanação sobre linguagem. Tomada enquanto a atividade humana de falar, a linguagem apresenta cinco dimensões universais, quais sejam: semanticidade, materialidade, alteridade, criatividade, historicidade. Essa explanação teórica sobre a relação entre linguagem e línguas (essencial em estudos lingüísticos e, logo, emergente em Gramática como algo proveniente, por apropriação, de outro lugar) inexistente na EP.

Veja-se ainda a noção de língua: na EP, corresponde ao “sistema de símbolos vocais arbitrários com que um grupo social se entende” (1987, p.23), ao passo que na ER, a língua deixa de ser definida por esse viés: considerada como “um sistema de isoglossas”, seu conceito “varia de acordo com o entendimento mais largo ou mais estreito que se atribui à extensão do conjunto de atos lingüísticos comuns” (*idem*, p.31). De certa forma, eis aí um vestígio da célebre lição saussuriana: é o ponto de vista que cria a noção de língua.

As seqüências analisadas permitem constatar a forma pela qual determinadas reflexões outrora ausentes presentificam-se na materialidade da edição revista não apenas visando a enriquecer o campo, mas, sobretudo, emergindo enquanto “os” novos modos autorizados de dizer e impondo, com isto, uma contra-identificação com saberes “antigos”: é por isso, aliás, que determinadas parcelas deixam de ser reproduzidas pelo sujeito-autor-revisor. É verdade que ainda há certa parcela de saberes “antigos” repetíveis (cf.3.1.1., adiante); porém, a ênfase que ao longo de toda esta Dissertação temos buscado imprimir à contra-identificação, aqui abordada pelo viés do acontecimento enunciativo, resulta de nossa crença em que o processo discursivo de reformulação de livros concede primazia à emergência do novo, propriamente, e não àquilo que se repete. O novo modo de enunciar, uma vez instaurado no domínio de saber em que irrompe, atesta o atual posicionamento que o sujeito-autor-revisor passa a assumir. Tal assunção traz a possibilidade da produção de novos sentidos não só ao campo teórico, mas à materialidade da edição revista (visto que esta, de certa maneira, o representa lingüístico-historicamente). O entretecer à materialidade será tema específico da seção 3, mais adiante.

Atravessado por *n* discursos, o sujeito desprende-se de seu lugar de autor a fim de ocupar o de leitor e, a partir daí, reformula o texto desde um novo posicionamento ideológico e uma nova conjuntura sócio-histórica. A função-autor é, portanto, exercida a partir do lugar em que o sujeito se faz leitor de si mesmo. E o texto é reformulado sob a indissociável

atuação de dois “esquecimentos” (Pêcheux, 1975/1988): 1) o sujeito não é origem absoluta do texto que ele produz; e 2) há outras *n* possibilidades de (re)formular o que é dito. Logo, em AD, uma formulação como “Temos consciência de que ainda há muito que acrescentar e rever” [...], de Bechara, *não nos isenta de ainda poder afirmar* que no processo discursivo em análise atua também uma “força” de natureza inconsciente, cujo controle escapa ao sujeito.

Enunciar o que precede vincula-se à urgência de esclarecer que o processo discursivo aqui tomado como objeto de reflexão tem o seguinte estatuto: *se, por um lado, ele não é inteiramente inconsciente, por outro, ele tampouco é totalmente consciente*. Há, pois, um jogo entre essas duas “forças”, apesar da ilusão subjetiva de controle do dizer, a qual, como se sabe em AD, domina o trabalho de autoria de todo sujeito produtor de texto (incluindo, é claro, o sujeito-autor-revisor, que produz de fato um novo texto, uma nova versão).

Sobre o acontecimento enunciativo, deve-se enfatizar a importância que este adquire em relação às reconfigurações internas de cada campo de conhecimentos: não se trata apenas de redefinir este ou aquele conceito desde um outro posicionamento então disponibilizado pela forma-sujeito. Trata-se, antes de tudo isso, de enunciar distintamente objeto e método já instaurados, enfim, de redimensioná-los no interior mesmo do campo que a eles deve sua constituição. Nesse processo, o objeto e o método tornam-se “outros” (porque ressignificados) sem, no entanto, instaurarem uma nova ciência. O novo modo de enunciar, então, emerge no interior da formação discursiva a fim de assegurar a continuidade desse domínio, com o que instaura novas redes de relações entre este e outros campos, e mais, reconfigura as relações já existentes, sem que esses contatos, porém, promovam dissolução de domínios uns nos outros.

Finalmente, atente-se ainda para o que diz o Prefácio de Bechara (2005, p.20), conforme SD6: “Temos consciência de que ainda há muito que acrescentar e rever, e para tanto convocamos a ajuda dos colegas que neste sentido desejarem pronunciar-se”. A explicitação da impossibilidade de tudo ter feito, enfim, da incompletude da edição que ali se apresenta, viabiliza afirmar que aí se coloca o espaço para a emergência de um acontecimento enunciativo futuro (em especial, se se toma o uso do verbo “rever”, sinalizando, pois, para uma invalidação futura de certos saberes). Ou seja: poderá haver, ainda, uma edição revista da edição revista.

Ora, reside aí, se a questão for pensada de modo mais geral, o próprio gesto de continuidade através do qual tantos domínios de saber instaurados secularmente permanecem até hoje, e vários domínios outrora impensados emergem vigorosos, desejosos, também eles, de perdurar. Nas palavras de Todorov (1970 e 1976, colocadas à página 23 em ambas as edições): “Façamos votos que não se tome a imperícia desses primeiros passos numa direção

nova como prova de que essa direção esteja errada”. Ao que acrescentamos, aludindo de certa maneira à epígrafe de Lavoisier (cf. abertura desta Terceira Parte): as ciências nunca erram; transformam-se. Porém, o “erro” é tão temido, pois é imputado não ao campo em si, e sim àqueles que respondem por materializá-lo discursivamente nos livros, consideração essa através da qual reiteramos algo dito desde a Introdução, a saber: o vínculo entre, de um lado, o processo discursivo de reformulação, e, de outro, as exigências sociais imputadas ao sujeito-autor. Tendo chegado a este ponto, passemos à próxima seção, que tematiza essa questão.

2 A CONTRADIÇÃO NO PROCESSO DISCURSIVO DE REFORMULAÇÃO DE LIVROS

A essência da seção anterior, como também da próxima, reside em problematizar que determinadas parcelas de saber que antes eram a “grande sacada” passam a ser invalidadas por determinadas outras que emergem justamente para roubar-lhes o posto hegemônico. Essa “luta de idéias” coloca em jogo a própria identidade do livro, como veremos a partir da presente seção, que abordará o tema através da relação específica entre sujeito-autor-revisor e edições. Deve-se adiantar, porém, que este mesmo tema da identidade ainda retornará na quarta seção, mas por um enfoque mais geral: revendo a questão da identidade de edições revistas, e isso com base em nosso próprio posicionamento a respeito.

Veja-se inicialmente Foucault (1969/2007, p.115), quando o autor afirma que um texto reproduzido várias vezes, edições sucessivas de um livro, ou mesmo diferentes exemplares de uma mesma tiragem “não dão lugar a igual número de enunciados distintos”. Diz ele:

em todas as edições das *Fleurs du mal* (com exceção das edições cujo texto diverge do original e dos textos condenados), encontraremos o mesmo jogo de enunciados; entretanto, nem os caracteres, nem a tinta, nem o papel, nem, em qualquer que seja o caso, a localização do texto e a posição dos signos são os mesmos: toda a materialidade mudou. (*ibid.*) [grifos nossos].

O ponto em que se pode concordar com Foucault reside em que alguns tipos de alteração parecem não afetar tão agressivamente a identidade do livro, ou seja, parecem dissimular-se mais sob o abrigo da semelhança (era isso o que, de certa maneira, subjazia às inevitáveis exclusões feitas na seção sobre metodologia, cf. seção 3 da Segunda Parte).

De fato, o motivo por que figura aqui a citação acima reside em que ali está em jogo a identidade de um livro, e esta é também uma questão nesta Pesquisa: há posicionamentos que, ou consideram categoricamente o livro como “outro”, ou, embora parecendo reconhecer a diferença, deixam entrever que implicitamente acreditam no “mesmo”. A subseção a seguir terá por foco as tentativas de capturar o sujeito-autor-revisor na teia de contradições históricas na qual este se enreda. Fundamentalmente, tais contradições perpassam a relação sujeito-livros (e, por ela, a ressignificação de saberes), relação essa sobre a qual deixaremos que, em um primeiro momento, as seqüências adiante, abrigadas sob os recortes 4 e 5, digam por nós (após breve introdução).

2.1 O mesmo e o diferente nas Notas e Prefácios do Autor

As justificativas pela existência da nova edição viabilizam tangenciar o processo de interpelação que permite ao sujeito apropriar-se de novas parcelas de saber e, num movimento simultâneo, desapropriar-se de parcelas antigas, pelo viés da contra-identificação³¹. Notas do Autor e prefácios aqui observados possibilitam entrever as transformações por que passou o domínio de saber (FD) no interior do qual se inscreve (e se constitui) o sujeito.

Lembremos, para prosseguir, a terceira questão norteadora da presente Dissertação, qual seja: como se pode entrever, notadamente na materialidade das Notas e/ou Prefácios do Autor sobre a nova edição, o modo pelo qual o sujeito-autor-revisor se relaciona com as versões de seu livro? Em outros termos: como o sujeito se justifica perante o leitor, a respeito do “novo” livro que ali se encontra? Trata-se ainda, de certa maneira, do mesmo livro? Está-se, efetivamente, diante de um outro? É o que veremos por meio dos dois recortes a seguir.

2.1.1 Recorte 4: a reiteração do mesmo na relação entre edição de partida e edição revista

A seqüência discursiva abaixo (cf. Anexo VII) permite refletir sobre as relações entre o mesmo e o outro no caso em que a ênfase *indiretamente* recai sobre a idéia do mesmo:

(SD8) EP – Ø

ER – A partir de certa altura de sua jornada, teve este livro o texto estereotipado, e, pois, irrefundível [...] Mantivemos-lhe, decerto, a fisionomia original com que [a Gramática] fora planejada e redigida, a fim de que se lhe não deformasse a inteiriça estrutura intelectual e didática; mas, além da correção de um deslize aqui, da atualização de um conceito ali, e, até, da substituição integral de alguns capítulos e acréscimo de outros, enriquecemos copiosamente a exemplificação dos 'fatos' da língua, a qual estendemos aos escritores de nossos dias. (Rocha Lima, 1972, No Liminar – desta 15ª edição – p.X)

Inicialmente, fala-se da trajetória do livro como se ele tivesse sempre sido o mesmo; adiante, são mencionados aspectos que o tornam diferente, o que poderia parecer contraditório à primeira vista. Defendemos, porém, que a formulação a respeito do cuidado em manter a “fisionomia original” com a qual o livro havia sido planejado e redigido, permite afirmar que, no fundo, o sujeito assume um posicionamento segundo o qual não deseja, ou mesmo pensa, que o livro em questão seja outro, distinto daquele que vinha sendo até então. Isto permite ver bem a dissimulação do outro no um, ou seja, do diferente no mesmo. Enfim, retorna aqui a

³¹ A menção à referida simultaneidade inspira-se em um deslocamento das considerações pecheutianas, segundo as quais a desidentificação (inexistente aqui) quanto a um domínio de saber ocorre ao mesmo tempo em que há identificação com outro. Por certa analogia que parece ter fundamento, defende-se, portanto, que a contra-identificação com certas parcelas de saber também é simultânea à nova identificação com parcelas outras.

identidade ambígua de que falávamos na Segunda Parte (quando trouxemos inclusive Authier e a questão – por nós deslocada – do livro que pára sobre um dado ponto seu e fala de si).

Avançando, é possível dizer que a ilusão de que se está diante do “mesmo” livro resulta do efeito-autor. Pensar o mesmo é pensar o fechado; no entanto, o que confere essa aparente unidade que permite tomar o livro como tal é a autoria. Nessa direção, trata-se de um efeito de autoria, na medida em que, embora não haja de fato um fechamento para o texto, há a exigência social de que alguém responda pela suposta unidade e pela coerência de um trabalho que não pode, verdadeiramente, transformar-se em um outro livro. Ora, é justamente o efeito de fechamento que permite ao sujeito reconhecer-se enquanto autor do livro (ou da unidade de sentido) que ali está.

Se o recorte examinado acima permitiu entrever o modo como a responsabilização social que incide sobre o sujeito-autor leva à ilusão de que um livro, apesar das modificações realizadas, pode ainda ser o mesmo, há casos, porém, nos quais isto aparece mais dissimulado (cf. SD9, a seguir), ou nos quais o sujeito assume um posicionamento oposto e, vacilando ou não, afirma que o leitor efetivamente está diante de outro texto (cf. SDs 10 e 11, adiante). Sobre isso, veja-se o próximo recorte.

2.1.2 *Recorte 5: a afirmação do diferente na relação entre edição de partida e edição revista*

Há no processo discursivo que aqui vem sendo analisado um aspecto interessante: em certa medida, o sujeito não precisaria negar uma edição que lhe é atribuída e que ele, de fato, produziu. No entanto, ele deve negá-la em virtude da nova conjuntura sócio-histórica, que, ao mesmo tempo, tanto lhe impõe os meios de produzir uma edição revista, quanto lhe exige que anule de alguma forma a edição anterior (a qual já está ultrapassada). Isso posto, observem-se as seqüências, que têm mais a dizer:

(SD9) EP – Este livro reúne ensaios que foram escritos sob grande tensão intelectual e moral. O golpe de Estado de 1964 não me apanhou desprevenido. Todavia, como outros intelectuais, não tive meios concretos para fazer algum tipo de oposição válida e eficaz à ditadura militar, que então se estabeleceu. Onde e quando surgiram oportunidades, procurei aproveitá-las, manifestando o meu inconformismo diante da ruptura com as pequenas e superficiais conquistas do regime democrático em nosso País. (Fernandes, 1968, p.7).

ER – Ø

(SD10) EP – Isso significa que os ensaios reunidos neste livro não pretendem vincular-se a uma ideologia nem a qualquer filosofia política. Embora socialista convicto, não pretendia fazer socialismo ao escrevê-los.

Vários colegas, que não são socialistas ou, mesmo, outros que são contrários ao socialismo, concordaram repetidas vezes com as idéias ou conclusões neles expostas (Fernandes, 1968, p.14).

ER – Ø

(SD11) EP – Ø

ER – O texto que se segue é bastante diferente do que, escrito em 1967, figurava sob o mesmo título [...]. A razão disso é dupla: o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira. Mas um texto totalmente novo não poderia mais integrar-se em nosso projeto inicial Preservei, portanto, a intenção geral e o quadro da primeira versão [...], modificando, contudo, o enunciado cada vez que isso se tornou necessário para prestar contas do atual estado da Poética. (Todorov, 1976, p.7)

(SD12) EP – Ø

ER – Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro. Dificilmente haverá seção da *Moderna Gramática Portuguesa* que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento [...] (Bechara, 2005, p.19)

Começamos pelas SDs 9 e 10, compostas por formulações extraídas do Prefácio de *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, de Florestan Fernandes, Prefácio esse que figura apenas em EP (cf. Anexo XII). O apagamento, na ER, do Prefácio da edição anterior (bem como a inexistência de outro que lhe substitua) caracteriza o apagamento de explicações acerca das condições de produção de cada um dos ensaios que compõem o livro. Relegam-se, pois, ao silêncio a tensão moral/intelectual, o contato com certas pessoas, o grau de recepção em eventos, os objetivos básicos. Diante de tão curto intervalo temporal (1968-1972) entre uma edição e outra, interessa-nos lembrar que EP foi publicada no mesmo ano em que ocorreu a imposição do AI-5, o qual, marcando o período mais cruel do regime militar, estendeu-se até 1979. Como se vê, também ER não escapou de ser produzida sob a vigência do militarismo, o qual, alegando livrar da corrupção/subversão o Brasil, promoveu uma série de indigestos episódios sobretudo no meio acadêmico, onde muitos professores, técnicos e alunos tiveram suas carreiras violentadas, se não estraçalhadas pelo regime ditatorial. Ora, diante de tal contexto, é bastante compreensível que um Prefácio do porte daquele de Fernandes – quanto a isto, observe-se a SD10 – seja apagado em nome de um “silêncio” político favorável à publicação dos ensaios comportados pelo livro em pauta.

Passando agora às SDs 11 e 12, temos em ambas o caso em que o sujeito-autor-revisor pontua claramente sua contra-identificação com o posicionamento que ele próprio assumira na EP, e, com isto, coloca de modo explícito o fato da nova conjuntura. Ou seja: nessas duas SDs, figura o alerta de que o texto de ER é, na verdade, um outro, diferente daquele da EP e assumido como algo que é, de fato, uma reelaboração. Seguindo a ordem de apresentação das seqüências discursivas, falemos primeiramente da SD11, cujas formulações provêm da “Nota

sobre esta edição” (cf. Anexo XI), escrita por Todorov para a edição revista de *Estruturalismo e Poética* (1976). É dominante, nesta SD11, o *lugar de entremeio* de um sujeito-autor-revisor *oscilante* entre dizer do mesmo e dizer do outro, na medida em que há um limite para a diferença, senão o texto já não poderia inscrever-se em um “projeto inicial” semelhante ao da versão anterior, qual seja, pensar a Poética em sua relação com o Estruturalismo.

Veja-se a formulação de Todorov (1976): “o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira” (cf. SD11). Constatase, a partir daí, o fato de que antes mesmo de revelar um compromisso social com o sujeito-leitor e com a produção de conhecimento, o processo de reformulação sinaliza o compromisso do sujeito-autor com sua própria condição. Isto porque tal sujeito só se reconhece como autor se aquilo que ele produz lhe aparece como algo de que se possa enunciar: “faz sentido publicar isso”; ora, EP já não se enquadra mais neste perfil. Nessa direção, a grande problemática colocada pelo processo discursivo aqui investigado é: até onde se pode, ou não, ultrapassar os limites da “identidade” de um livro? Como se pode constatar, a maioria dos sujeitos assume o posicionamento segundo o qual, embora as *edições* sejam distintas, o *livro* permanece o mesmo. Inclusive Todorov inclui-se nessa posição, já que pontua o fato de que um texto totalmente novo não procederia.

Bechara, porém, parece assumir o posicionamento que categoricamente situa a edição revista como um livro verdadeiramente outro. Observe-se a SD12, cujas formulações figuram no Prefácio³² escrito por Bechara à 37ª edição (a edição revista, justamente) de sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2005). A afirmação de que se trata efetivamente de um outro livro em nada semelhante à edição anterior (como se lê em “verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro”) permite flagrar mais facilmente o novo acontecimento enunciativo que se instaura no interior da formação discursiva. Neste caso (mas também nos demais, é evidente), temos que o sujeito-autor-revisor situa-se entre modos distintos de enunciar saberes de seu domínio específico.

A análise dos diferentes posicionamentos assumidos pelos sujeitos viabiliza alcançar o funcionamento da heterogênea forma-sujeito de cada uma das formações discursivas em questão (a saber, as FDs: Sociologia, Poética e Gramática, respectivamente), no modo como esse funcionamento se vê subordinado a condições de ordem sócio-histórica (ideológica, mas também jurídica e mesmo econômica, para citar alguns fatores).

³² Cf. Anexo IX.

Vê-se que Prefácios e Notas do Autor constituem-se em espaços privilegiados para observação das diferentes relações entre sujeitos, livros, saberes. Orlandi, por exemplo, ao examinar as reedições sobre o “descobrimento” do Brasil elaboradas por outros sujeitos que não os autores das obras “originais”, afirma que tais reedições comportam, majoritariamente, “um aparelho crítico, composto de prefácios e notas que remetem ao fio dos textos originais” (1990, p.102). Esse aparelho, se, por um lado, pretende extrair desses documentos aquilo que ali “apresentaria um interesse científico, descartando as 'fantasias' (notadamente pela confrontação dos relatos uns com os outros), ou procurando corrigir o viés induzido pela ótica religiosa e política dos missionários”, por outro lado, direciona a leitura apenas em âmbito do discurso europeu da “descoberta” do Brasil. (Diferentemente, portanto, do que ocorre no caso investigado por esta Dissertação, quando o que se vê é uma abertura a outras possibilidades mais atuais de produção de sentidos). Acreditando que as notas e prefácios constituem um “discurso paralelo” e posterior, sob a forma de suplementos ou “acréscimos marginais ao texto”, Orlandi aponta que

Cada reedição resulta em um outro discurso que trabalha os limites (o início e as margens) do texto, ou melhor, da formação discursiva constituída pelo discurso sobre as descobertas. [...] Dada a mudança das condições de produção – os locutores, os leitores, a situação científica, religiosa e política – os comentários, através da acomodação científica, restabelecem o equilíbrio (o mesmo), produzindo uma correção de perspectiva. (*op.cit.*, p.116).

Com base no exposto acima, pode-se afirmar que, no caso das edições revistas, as notas do Autor e os Prefácios procuram situar a inscrição dessas edições em um processo discursivo mais amplo, atestando com isto a abertura do texto à exterioridade constitutiva. O espaço dessas notas e prefácios joga, portanto, com a historicidade do texto ao explicitar a mudança das condições de produção no que concerne a cada uma das edições em questão: estão fortemente em jogo, como se constata, as relações contextuais (dentre aquelas apontadas por Indursky, 2001), entendendo-se por elas o contexto sócio-histórico. Ora, o fato é que o sujeito não tem como negar que anteriormente construiu de modo diverso o livro que ali está, e por aí se instaura uma contradição no processo de reformular o texto. Isto porque, se por um lado, é necessária a evidência ideológica de um novo texto homogêneo, por outro, é igualmente necessário desconstruir o efeito-texto da edição de partida (EP) na edição revista (ER) e, ao fazer isto, o sujeito, consciente ou não disso, acaba por igualmente fazer esvaecer o efeito-texto da ER.

Como lembra Gallo (1992, p.58) sobre este aspecto do funcionamento da autoria,

A assunção da autoria pelo sujeito [...] consiste, em última análise, na assunção da “construção” de um “sentido” e de um “fecho” organizadores de todo o texto. Esse “fecho”, apesar de ser um entre tantos outros possíveis produzirá, para o texto, um efeito de sentido único, como se não houvesse outro possível. Ou seja, esse “fecho” torna-se “fim” por um efeito ideológico produzido pela “instituição” onde o texto se inscreve: o efeito que faz parecer “único” o que é “múltiplo”, “transparente” o que é “ambíguo”.

Acreditamos que, embora as reflexões de Gallo tenham sido construídas com base em análises de produções textuais de alunos, podemos deslocar para cá a passagem acima, uma vez que tratam, antes de outra coisa, do funcionamento do efeito-autor sobre um texto. Falávamos a respeito dos Prefácios e Notas do Autor, e é precisamente aqui que gostaríamos de ir adiante e colocar as seguintes indagações: ainda que apareçam no início de livros, não serão os prefácios e as notas do Autor, também eles, uma espécie de efeito-fecho de um livro que já aparece ao sujeito como ilusoriamente fechado?

Emerge então a dialética entre mesmo e outro, com a pergunta: o que costuma fazer o prefácio da EP na ER (exceto no caso de apagamento já referido)? Por que a repetição e, freqüentemente, a existência de *dois prefácios distintos*? Ora, considera-se no âmbito da formação social, que, embora seja uma outra edição, o livro, enquanto livro X imputado a um autor Y, permanece sendo o mesmo. E quanto ao sujeito, por sua vez, que exerce a função enunciativa de autor, mantém-se na ilusão do mesmo, “esquecendo” que até a repetição *ipsis litteris* faz de uma formulação uma outra.

Formulações idênticas? Diferentes? Que livros são estes, afinal? O que dizem, ou redizem, ou não mais dizem eles? Esses são os aspectos a serem analisados na próxima seção.

3 A OPACIDADE NO PROCESSO DISCURSIVO DE REFORMULAÇÃO DE LIVROS

Se se resgatar o título desta Dissertação – “Entretextualidade nas fronteiras do enunciável: um olhar sobre o processo discursivo de reformulação de livros” –, ver-se-á o que se quis dizer com a expressão “fronteiras do enunciável”: ela refere o embate inerente ao processo discursivo em exame, o jogo entre “isto ainda pode ser dito” e “isto já não pode”.

Indagar-se a respeito das diferentes versões de um texto não é totalmente inédito em AD. Orlandi (1990; 1996b), de certo modo, já o fizera: no livro de 1990, pensando a reformulação feita por outrem e marcada por grande intervalo temporal (secular, inclusive); e no livro de 1996, mencionando rapidamente comentários sobre o estatuto das versões em relação à ideologia, reflexão essa imbricada àquela sobre interpretação. Também Courtine (2006) já escreveu algo a respeito, no intuito de refletir acerca de alterações realizadas em livros didáticos e devidas a questões políticas. O que nos parece ainda não ter sido realizado é um trabalho analítico que, ao tomar por objeto a reformulação de livros enquanto processo discursivo (reformulação essa efetuada pelo próprio sujeito-autor), procure conceder maior visibilidade às especificidades da relação entre versões. É por esse motivo que a referida proposta de análise tornou-se o próprio motor desta Pesquisa. Diante disso, a presente seção entrelaça o acontecimento enunciativo à noção de *entretextualidade*, na análise das diferentes versões.

3.1 A entretextualização de parcelas de saber

Orlandi (1996b), ao falar a respeito de texto, compara-o a um “bólide”, isto é, a um – citaremos a definição apontada por Silveira Bueno (2000, p.125) – “aerólito, espécie de meteoro ígneo que atravessa o espaço em grande velocidade”. Diz, então, Orlandi:

o texto é um bólide de sentidos. Ele 'parte' em inúmeras direções, em múltiplos planos significantes. Diferentes versões de um texto, diferentes formulações constituem novos produtos significativos. Nossa questão é então: o que muda nas diferentes versões? É só uma explicitação do que lá já estava? São os seus possíveis? O que é uma outra formulação? O que é colocar-se um final outro? Ou outra direção? (1996b, p.14)

Essas são questões que Orlandi deixa em aberto no livro. Mesmo que a leitura de seu trabalho acabe por indicar como respondê-las, elas parecem figurar ali como um verdadeiro convite. Se se fosse aqui responder às questões enunciadas pela autora, dir-se-ia acreditar, sem qualquer hesitação, que as diferentes versões são efetivamente os outros “possíveis” do texto; dir-se-ia, ainda, que uma formulação é sempre construída singularmente (a começar pelo fato de que a interpelação, que permite formulá-la, também o é). De fato, distintos finais e enfoques não são outra coisa senão efeitos da ideologia na atribuição de sentidos, bem como são também efeitos do entrelaçamento, pelo sujeito-autor, de diferentes saberes. Ainda sobre a citação mobilizada, lemos em Orlandi que qualquer modificação na materialidade textual “corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas [ou até com a mesma, enfatizamos], distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade” (1996b, p.14).

É de modificações na materialidade discursiva (modificações lingüístico-históricas, portanto) que se tratará a seguir, com a mobilização dos três próximos recortes. Deve-se lembrar, porém, que os processos parafrásticos e polissêmicos, enfatizados aqui, perpassam toda e qualquer prática discursiva e não apenas o processo discursivo que nos tem mobilizado nesta Pesquisa. Pensar a *entretexutalidade* leva a falar em “manutenção do mesmo” e em “entretecer do diferente”, na medida em que isto possibilita ultrapassar a relação paráfrase-polissemia no âmbito de diferentes formações discursivas e adaptá-la aos propósitos desta Dissertação, que a considera no âmbito de uma única FD, aliás, heterogênea.

A leitura comparativa das edições traz logo à tona confrontos de sentidos, e tais confrontos não são outra coisa senão um atestado de que mudaram não só as formas de os sujeitos-autores relacionarem-se com a ideologia, mas a própria conjuntura que marca a produção de conhecimentos. Justificada a existência da edição revista (por meio de prefácio e/ou nota do Autor), o restante do texto flui então sob a ilusão da homogeneidade. É esta impressão de que o texto corresponde a um todo homogêneo (ou seja, o “efeito-texto”) que será examinada abaixo. O fato em pauta é o de que ao explicitar a ocorrência da reformulação, a edição revista abre espaço à deriva de sentidos resultantes de outras relações entre sujeito, língua e história: há outros sentidos em algum lugar, e no caso em questão, na EP.

Assim, ao embasar-se no que diz Pêcheux (1983/1999, p.53), segundo o qual a AD procura “interrogar os efeitos materiais de montagens de seqüências”, a presente subseção pretende desconstruir as referidas “montagens” a fim de analisar os meios pelos quais se costumam, na materialidade textual, o mesmo e o diferente. Busca-se, aqui, capturar o sujeito no instante em que ele se faz, de um modo conjunto e nesta ordem, leitor de si, revisor e

novamente autor. Deve-se lembrar, porém, que não interessa refletir especificamente sobre a prática de leitura do sujeito-autor-revisor, em virtude da ênfase que se tem buscado imprimir à questão da *autoria* (ou função-autor) no trabalho de reformulação de livros. O trabalho de autoria do sujeito é aqui tomado enquanto função enunciativa e a partir das novas atribuições de sentidos. Enfatizam-se os processos de (res)significação e encaminha-se à reflexão sobre a instauração das relações de entretexutualidade entre edição de partida e edição revista.

Resgatemos, para prosseguir, a última questão norteadora desta Dissertação, qual seja: de que modo se faz presente, na materialidade discursiva da edição revista, a ressignificação de saberes que costura invisivelmente entre si o mesmo e o diferente? É o que se verá, após breves considerações a respeito do funcionamento da linguagem.

A linguagem funciona pela tensão constante entre processos parafrásticos e processos polissêmicos (Orlandi, 1996a), ou seja, entre mecanismos de repetição do mesmo, de um lado, e, de outro, mecanismos de deslocamento e ressignificação desse “mesmo”, por meio dos quais emerge o diferente. Lembremos Indursky (2003), segundo a qual há sempre o encontro entre memória e atualidade, ponto em que se instaura o lacunar efeito de memória que viabiliza a repetição, mas também viabiliza a ressignificação e o deslocamento. E lembremos Orlandi (1996b), para a qual a memória funciona com versões enunciativas, inscrevendo o discurso em filiações nas quais os sentidos estão sempre sujeitos à possibilidade de um deslocamento. As distintas versões do livro resultam de relações de força (relação de um discurso com a posição daquele que enuncia). Embora uma separação entre mesmo e outro seja necessária ao trabalho analítico desta Pesquisa, devemos dizer que no real funcionamento do discurso os liames nem sempre são assim tão nítidos. Além disso, reconhecê-los depende, em certa medida, dos gestos de interpretação de cada sujeito-leitor, tema este que não será contemplado, apenas mencionado, por transcender os propósitos da Dissertação.

3.1.1 *Recorte 6: reformulação e a movimentação dos sentidos nas ressignificações*

A repetição de uma palavra ou de um enunciado não precisa ser necessariamente *ipsis litteris*, nem mesmo parafrástica; ela pode, também, ser uma repetição ressignificada, como é o caso que aqui nos interessa³³. É com esse argumento que justificamos o fato de que uma categoria ou enunciado presente na EP retorna na ER sendo, ao mesmo tempo, ele mesmo e

³³ Lembre-se que, num gesto metodológico, optamos por deixar de lado a modalidade meramente parafrástica de reformulação, e isto por entender que, no contexto específico da presente Pesquisa, ela pouco nos diria acerca da efetiva movimentação de saberes efetuada no interior de um dado campo de conhecimento.

um outro. O presente recorte permite abordar os deslocamentos de sentido, pelos quais um determinado termo ou enunciado, uma vez ressignificado, torna-se outro sem deixar de ser, formalmente, o mesmo. Estamos, pois, diante dos processos polissêmicos, que permitem a uma mesma forma material significar, na ER, algo diferente daquilo que significava na EP. Uma observação, no entanto, que se revela essencial e deve ser enunciada desde já, consiste no fato de que, tomada a especificidade de nosso objeto de investigação, a polissemia não implica obrigatoriamente a mudança de formação discursiva; ora, essa mudança inexistente no processo discursivo que temos examinado. Porém, de que chamaríamos o deslocamento de sentidos senão de polissêmico? Vejamos as seqüências de referência:

- (SD13) EP – Não somos partidários de pôr epígrafes nem títulos nas diversas partes do trabalho. Contudo, não há inconveniente em colocá-los. (Carreter; Lara, 1962, p.67)
 ER – Não somos partidários de pôr epígrafes nem títulos nas diversas partes do trabalho. Isto pode prejudicar a unidade da redação. (Carreter; Lara, 1963, p.67)
- (SD14) EP – Acreditamos que a noção de **enredo** é clara, para todos, pois seu uso é comum quando se faz referência ao '**enredo** de um filme ou de um romance'. [...] De agora em diante, vamos chamar **assunto** ao **enredo** de um texto. (Carreter; Lara, 1962, p.30)
 ER – Acreditamos que a noção de **assunto** é clara, para todos, pois seu uso é comum quando se faz referência ao '**assunto** de um filme ou de um romance'. [...] De agora em diante, vamos chamar **assunto** ao **resumo** de um texto. (Carreter; Lara, 1963, p.30)³⁴
- (SD15) EP – *Substantivo* é o nome com que designamos seres em geral – pessoas, animais e coisas. (Bechara, 1987, p.73) [grifo do autor]
 ER – **Substantivo** – é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos *objetos substantivos*, isto é, em primeiro lugar, substâncias (*homem, casa, livro*) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam: qualidades (*bondade, brancura*), estados (*saúde, doença*), processos (*chegada, entrega, aceitação*). (Bechara, 2005, p.112) [grifos do autor]
- (SD16) EP – *Pronome* é a expressão que designa os seres sem dar-lhes nome nem qualidade, indicando-os apenas como pessoa do discurso./ Pessoas do discurso – Três são as pessoas do discurso: a que fala (1ª pessoa), a com que (*sic*) se fala (2ª pessoa) e a pessoa ou coisa de que se fala (3ª pessoa). (Bechara, 1987, p.94)
 ER – **Pronome** – é a classe de palavras categoremáticas (→112) que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto./ De modo geral esta referência é feita a um objeto substantivo considerando-o apenas como pessoa localizada do discurso./ Pessoas do discurso – São duas as pessoas determinadas do discurso: 1ª eu (a pessoa correspondente ao falante) e 2ª tu (correspondente ao ouvinte). A 3ª pessoa, indeterminada, aponta para outra pessoa em relação aos participantes da relação comunicativa. (Bechara, 2005, p.162)
- (SD17) EP – O artigo é uma palavra que precede (1) o substantivo e lhe indica o gênero, o número e a função gramatical. (2) Qualquer palavra, quando acompanhada de artigo, se torna substantivo. (Rocha Lima, 1959, p.90)
 ER – O artigo é uma palavra que precede [o autor introduz aqui nota de rodapé mencionando que em romeno, búlgaro e albanês, o artigo é posposto] o substantivo, assim à maneira de “marca” dessa classe

³⁴ O item “O 'assunto' do texto”, sob o qual figuram as seqüências em exame, é homônimo nas duas edições do *Manual de Explicação de Textos*, de Carreter e Lara, e está presente em página de mesmo número.

gramatical. / Em razão disso, qualquer palavra, expressão, ou frase, fica substantivada se o trouxer antes de si” (Rocha Lima, 1972, p.84)

Tome-se inicialmente a SD13, extraída do par de edições (1962; 1963) do *Manual de Explicação de Textos*, de Carreter e Lara. Com base nos parágrafos precedentes, há que se convir que, nessa SD, “Não somos partidários de pôr epígrafes nem títulos nas diversas partes do trabalho” significa diferentemente na EP e na ER; aliás, os posicionamentos que marcam sua enunciação são divergentes. Na EP, há um vacilo pelo qual o sujeito-autor, embora não concorde com a colocação de epígrafes, abre espaço à concessão, por meio da formulação sucessora, aquela que inicia com “Contudo, não há inconveniente em colocá-los”. Já na ER, a discordância é radical: no processo de reformulação, o sujeito-autor (agora constituído como sujeito-autor-revisor) fecha aquele espaço da concessão, reafirmando sua discordância na formulação que sucede “Não somos partidários...”, qual seja, “Isto pode prejudicar a unidade da redação”. O enunciado “Não somos partidários...” tornou-se outro, é verdade, devido a um novo posicionamento do sujeito-autor; porém, evidentemente, tal posicionamento não é assim tão significativo para o domínio de saber enquanto um todo. Outros casos, em que o posicionamento de fato o é, serão abordados no próximo recorte (mais adiante).

É também das edições do *Manual de Explicação de Textos*, que se extraíram as formulações que compõem a SD14. Comparando-se as formulações de cada edição, vê-se o trabalho do sujeito-autor-revisor em promover deslizamentos de sentido: assim, a palavra “enredo” desliza para “assunto”, e esta, por sua vez, desliza para “resumo”. Houve ressignificação, visto que o sujeito-autor, ao reformular o texto da EP em condições de produção outras, atribuiu novos sentidos aos termos em pauta.

Como se pode ali constatar, não é possível que haja um vínculo natural e, logo, imutável entre forma e sentido, pois se assim fosse, seria de fato impossível reconstruir teoricamente as categorias referidas como *resumo*, *assunto*, *enredo*. A possibilidade de fazê-lo, porém, coloca a necessidade de resgatar aqui algumas considerações de Pêcheux (1975/1988). Este autor afirma que uma palavra (ou uma proposição) é passível de significar de modos distintos conforme mude de FD, e que a equivocidade (1983/1990c) consiste justamente nesse deslocamento pelo qual um enunciado é passível de deslocar-se discursivamente de seu sentido a fim de derivar para um outro.

Para Pêcheux (1975/1988), se o sentido não existe “em si mesmo”, isso permite enunciar que “*as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu

sentido em referência a essas posições” (*idem*, p.160) [grifos do autor], ou seja, em referência às formações ideológicas nas quais se inscrevem tais posições.

O caso do processo discursivo de reformulação de livros, porém, é um tanto distinto: ao fazer-nos ver palavras e enunciados que significam de outro modo sem que para isto mudem de domínio, autoriza a dizer que a equivocidade não precisa necessariamente envolver duas FDs; ela pode ocorrer no interior de uma única, a qual, sendo heterogênea, permite que o sentido mude porque, num movimento conjunto, mudou o posicionamento ideológico do sujeito enunciatador (ora, ambos, sujeito e sentido, constituem-se juntos no discurso). Pela equivocidade – a possibilidade de que o sentido sempre possa ser outro (e ele, de fato, era!) –, a dispersão se inscreve no interior do que está sendo dito. Segundo Lagazzi-Rodrigues (2006, p.84), “discutir a equivocidade é abrir espaço para tornar visível a contradição de diferentes interpretações”, e é também “se expor às diferentes formas significantes” e, em se tratando da linguagem verbal, “expor-se às palavras”.

Avançando nas análises, vemos que as SDs 15, 16 e 17 abordam, cada qual, alterações operadas em virtude de novos saberes até então inexistentes que passam a figurar na FD Gramática. A SD15, composta por formulações extraídas da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (1987; 2005), permite ver as mudanças significativas ocorridas na maneira de conceituar a categoria *substantivo*: de “*Substantivo* é o nome com que designamos seres em geral – pessoas, animais e coisas” (EP), passa-se, na edição revista, a definir *Substantivo* como referente à “classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos *objetos substantivos*, isto é, em primeiro lugar, substâncias (*homem, casa, livro*) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias”. Interessante notar a exclusão feita, na ER, da clássica referência aos “seres” (referência esta presente na EP), e, sobretudo, a incorporação de novos termos, tais como *objetos substantivos* e *lexema*.

A introdução de novos termos figura também na SD16, extraída do mesmo lugar, mas, desta vez, do item que trata de Pronome. Tendo inicialmente repensado a taxonomia tradicional, Bechara propõe, na edição revista, um reagrupamento com base nos diferentes tipos de significado que caracterizam cada “classe gramatical”. Assim, os pronomes – como igualmente os numerais – correspondem, desde o prisma assumido em Bechara (2005), a “formas sem substância” na medida em que apresentam um significado categorial sem um vínculo intrínseco com a representação de qualquer “matéria extralingüística”. Decorre daí serem eles unidades “categorêmicas”, designação esta que Bechara diz trazer de Coseriu.

O fato é que toda essa reflexão não existia na EP, visto que tais saberes ainda não existiam no domínio em questão. Esse é precisamente um caso de acontecimento enunciativo, ou seja: um novo posicionamento coloca um novo modo de enunciar que afeta a produção de sentidos na FD. Vale lembrar que os livros citados de Coseriu, por exemplo, foram escritos a partir de 1973, e que a primeira versão da *Moderna Gramática* de Bechara data de 1961 (embora usemos aqui a 31ª edição, de 1987).

Passando à SD17, extraída do par de edições aqui mobilizado da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (Rocha Lima, 1959; 1972), é interessante comentar – justamente pelo inusitado do fato – a respeito da inserção, na ER, de uma nota de rodapé acerca do modo como a categoria *Artigo* funciona em outras línguas. Tal nota de rodapé acaba por viabilizar um contraponto entre o lugar destinado, nas diferentes línguas, ao artigo na sintagmatização.

Como se vê a partir do exame das SDs que compõem o presente recorte sobre o caso das ressignificações, há um sentido historicamente “sedimentado” (Orlandi, 1996a), daí seu inicial estatuto dominante, mas o trabalho do sujeito-autor-revisor opera justamente sobre esse sentido, deslocando-o de sua hegemonia, desfazendo sua sedimentação, transferindo-o para outro lugar: o lugar do suposto apagamento (apagamento este que não é outra coisa senão esquecimento, visto que o sentido não desaparece totalmente: ele pode sumir da nova edição, mas não o faz quanto ao domínio de memória do “novo” livro). Em outros termos: com o gesto de ressignificar, o sujeito-autor-revisor imprime um novo sentido a uma dada categoria, sentido esse que emerge, portanto, como um “novo” sentido evidente, e isto em virtude do funcionamento da ideologia.

Interessante notar que a ressignificação de uma categoria como o pronome (cf.SD16), por exemplo, fará com que, uma vez tomada a coexistência das duas edições, se tenham duas respostas bem distintas à questão “O que se pode definir como sendo *pronome* em Português?”. No entanto, uma palavra X, ou mesmo um enunciado Y, não significa só o que lhe é atribuído na ER, mas também o que lhe havia sido atribuído na EP: assim, o sentido na EP, sendo residual, ressoa pela memória discursiva, em cuja rede de formulações se inscreve cada seqüência analisada. Se, no caso aqui tematizado, o diferente emerge sob a mesma forma, veremos, a seguir, que ele pode aparecer de modo ainda mais radical: costurado aos saberes cuja reprodução é ainda autorizada. O próximo recorte, portanto, procura revelar a emergência de “novos” saberes.

3.1.2 Recorte 7: reformulação e o entretecer do diferente

Observem-se as seguintes seqüências discursivas de referência³⁵:

(SD18) EP – Pelo fato de haver escritura e não mais somente leitura, a crítica diz algo que a obra estudada não diz, mesmo que pretenda dizer a mesma coisa. Pelo fato de elaborar um novo livro, a crítica suprime aquele de que fala. / Há graus nessa transgressão da imanência. / No caso da descrição, o objeto de estudo é esta ou aquela obra literária particular; o objetivo é permanecer tão próximo quanto possível da obra propriamente dita. (Todorov, 1970, p.13)

ER – Pelo fato de haver escritura e não mais somente leitura, o crítico diz algo que a obra estudada não diz, mesmo que pretenda dizer a mesma coisa. Pelo fato de elaborar um novo livro, o crítico suprime aquele de que fala. / O que não quer dizer que essa transgressão da imanência não tenha graus. / Um dos sonhos do Positivismo em Ciências Humanas é a distinção, ou seja, a oposição entre interpretação – subjetiva, vulnerável, enfim, arbitrária – e descrição, atividade certa e definitiva. Desde o século XIX, formularam-se projetos de uma “crítica científica” que, tendo banido toda “interpretação”, não seria mais que pura “descrição” das obras. [...] (Todorov, 1976, p.12-13)

(SD19) EP – **Enjambement** – Do ponto de vista gráfico, recebe ainda o nome de verso cada linha de que consta o poema. Este último critério é falho, porque nem sempre a unidade de sentido (unidade sintática) coincide com os limites de uma linha de poema, nascendo a obrigatoriedade de se ligar o verso ao verso seguinte, não se deixando, entretanto, de fazer a pausa natural que separa um verso do outro. Este fenômeno recebe o nome francês *enjambement* (que significa *cavalgamento*). (Bechara, 1987, p.352) [grifos do autor]

ER – **Pausa final. Cavalgamento** – Na leitura de um poema, marca-se o final de cada verso ou final de cada unidade de verso composto (*hemistíquio*) com uma pausa, a chamada *pausa métrica*. Esta pausa métrica não passa de uma pequena interrupção, que não chega a confundir com a pausa mais demorada, resultante da entoação da oração, marcada em geral por vírgula ou outro sinal de pontuação. / Não levar na devida conta a pausa métrica, além de atentar contra o ritmo, pode converter o verso em falsa prosa. / A pausa métrica é transferida para a primeira sílaba tônica do verso seguinte, quando a unidade sintática excede o limite de um verso e, para completar-se, “cavalga” ou “monta” no verso a seguir, patenteando, assim, um desacordo entre a unidade sintática e a unidade métrica. Este fenômeno é conhecido pela denominação francesa *enjambement*, que se pode traduzir, como fez Said Ali, por *cavalgamento*. Também se usa o termo *encavalgamento*: [exemplo] (Bechara, 2005, p.629) [grifos do autor]

A SD18, extraída do primeiro capítulo em ambas as edições de *Estruturalismo e Poética*, de Todorov, permite refletir, inicialmente, sobre a questão pessoa/instituição, na medida em que se tome como ponto de partida a mudança de “a crítica” (EP) para “o crítico” (ER). Vê-se um deslocamento do geral, qual seja, a crítica enquanto coletividade, para o mais ou menos específico, a saber, o crítico enquanto um sujeito institucionalmente inserido; aliás, neste caso, um sujeito que ocupa um “lugar discursivo” (Dorneles, 2005) que o permite enunciar um posicionamento X em relação a um livro Y. Retoma-se aqui, como se pode notar, o que já foi tematizado em 1.2.2 (cf. primeira seção desta Terceira Parte), e que concerne ao método de descrever/interpretar.

Observando-se, na SD18, a amplitude que não fazemos mais do que esboçar, vê-se a inserção de reflexões sobre o Positivismo, reflexões estas que não figuram na edição anterior

³⁵ Para uma visão mais panorâmica das seqüências e melhor compreensão das análises, cf. Anexos XIII e XIV.

visto que ali não havia a preocupação em construir grandes explanações sobre interpretação. Ora, a edição de 1970 (EP) focaliza basicamente a descrição, ao passo que a de 1976 (ER), enfatizando a interpretação, traz em sua materialidade textual novos saberes costurados por meio de um gancho feito com o que estava sendo dito sobre interpretação; veja-se: “Um dos sonhos do Positivismo em Ciências Humanas é a distinção, ou seja, a oposição entre interpretação – subjetiva, vulnerável, enfim, arbitrária – e descrição, atividade certa e definitiva.”. A partir daqui, são inseridas considerações em torno da relação entre ciência, interpretação, obra literária e Poética, numa busca por esclarecer o objeto e o método próprios a este domínio de saber.

Passemos à SD19, cujas formulações decorrem da seção “Noções elementares de versificação”, existente em ambas as edições. Igualmente o exame desta SD faz retomar, de certa forma, algo dito em 1.2.2, quando, ao refletir sobre o quanto os avanços em Lingüística foram benéficos à elaboração da edição revista da *Moderna Gramática*, apontamos superficial e antecipadamente a importância dos avanços literários ao campo da Gramática. Da referida seção, veja-se que se destaca a exposição de conceitos como *ritmo* e *metro*, seguidos de uma total redefinição, mais “madura” teoricamente, da noção de *enjambement*, termo este que, embora seja bastante usado em sua forma francesa, aparece traduzido, na ER, como “cavalgamento” e posposto à noção de “pausa final”, categoria esta à qual ele se encontra diretamente relacionado.

Deve-se mencionar, também, algo sobre o “estranhamento” que pode causar, nesta Pesquisa, a leitura do início da SD19, em que EP traz “recebe ainda o nome de verso”; isso se esclarece desta forma: é a noção de verso que antecede, na EP, a de *enjambement*, e assim sendo, encadeia-se a esta categoria a definição da anterior (no caso, “verso”). Reiteramos, quanto a isso, o pedido de conferência dos anexos, para maior clareza. Ainda sobre a mesma SD, vê-se que a reformulação do modo de definir a categoria selecionada, qual seja, *enjambement* / *pausa final - cavalgamento* desfaz a idéia de que há falha em designar como *verso* cada linha de um poema. Importa atentar aqui às relações entre “unidade sintática”, “unidade de sentido” e “pausa métrica”: a teorização em torno desta última permite esclarecer melhor o fato literário do encadeamento entre versos, o qual é antes um importante recurso da poesia, do que uma falha na biunivocidade entre verso e linha. Ou seja: da falha que EP parece sugerir com “recebe ainda o nome de verso cada linha de que consta o poema. *Este último critério é falho, porque nem sempre a unidade de sentido (unidade sintática) coincide com os limites de uma linha de poema*” [grifos nossos], passa-se, na ER, à consideração de que se há “um desacordo entre a unidade sintática e a unidade métrica”, ele não é uma falha,

mas um aspecto essencial a ser observado na leitura de poemas. Tanto quanto “optar” por traduzir um termo, repensar a relação verso-linha atesta a nova posição assumida pelo sujeito diante de saberes que, apesar de não serem propriamente da Gramática (mas da Literatura), a ela se acham incorporados; e isto pelo trabalho do sujeito, como temos dito.

Algo que deve ser profundamente enfatizado nesta Pesquisa (mesmo que somente agora lembremos de explicitar de modo tão direto) é o fato de que nenhum livro é condenável por aquilo que ele “não soube” outrora dizer. Diante disso, as edições de partida, uma vez comparadas às edições revistas que lhes correspondem, mostram de forma privilegiada algo que é próprio da natureza do homem: transformar(-se); ora, tais edições são produzidas por um homem interpelado em sujeito (como postula a AD).

Constatar na ER o diferente entrelaçado àquilo que da EP se repete, normalmente exige comparar longos trechos; mas, ao longo das diversas análises que efetuamos até aqui, buscamos seqüências que, apesar de serem “mais breves”, possibilitassem ver a emergência de saberes ausentes da edição de partida. A partir do domínio de memória de cada seqüência – definido por Courtine (1982, p.254) como uma “pluralidade contraditória” de seqüências discursivas –, podem ser analisadas relações entre a produção da formulação e as repetições e rupturas colocadas em cena. Aliás, era a essa “pluralidade contraditória” que nos referíamos ao afirmar que a entretextualidade vincula-se ao *domínio de memória* da ER, no interior do qual passa a figurar EP. Ou seja: a edição de partida (EP), propriamente, não chega a atingir uma dimensão *interdiscursiva*; ela não figura, em relação à edição revista, enquanto um saber da ordem do anonimato, do “ça parle” (Pêcheux, 1975/1988). Já os novos saberes entretecidos na ER, na medida em que implicam o conjunto complexo de FDs (*ibid.*), esses têm, de fato, procedência *interdiscursiva*.

Se se observar o funcionamento do processo discursivo em exame, ver-se-á que, de um lado, existe a “volta” de um saber aparentemente estabilizado (o repetível), e, de outro, há uma descontinuidade a desestabilizar certas filiações de sentidos, em prol de filiações novas e totalmente distintas. Trata-se, neste caso, de uma reformulação que vem desfazer a série parafrástica, proceder este que é feito *a partir de* rupturas intradiscursivas em pontos isolados, tais como aqueles que sublinhamos. Finalizando esta subseção, diremos que, por um lado, a menção a outro teórico, como ocorre em Bechara, lembra a intertextualidade fundamental de qualquer trabalho; por outro, as seqüências permitem constatar, também, as relações que nesta Pesquisa se têm chamado de *entretexualidade*: aquelas estabelecidas entre uma dada edição de partida e a edição revista que dela decorre. Pode-se ver claramente a maneira como, na teorização do sujeito, saberes antes ausentes em cada campo aparecem sintaticamente

costurados àqueles ainda permitidos. A subseção a seguir abordará melhor o que já se resolveu adiantar aqui.

3.2 Relações com a exterioridade constitutiva

Dado que todas as SDs observadas nas seções/subseções anteriores são afetadas pelo jogo memória/esquecimento, o fato de distribuí-las em três blocos distintos não teve outro propósito senão o meramente didático: a análise seria mais clara se enfatizássemos, a cada seção, um dado aspecto do funcionamento do processo discursivo de reformulação de livros. Além disso, se, por um lado, é incontestável que os textos das edições tornam-se de fato muito diferentes entre si, por outro, devemos lembrar que, antes de tudo, eles correspondem a distintas versões que o sujeito produz de um livro seu.

A fragmentação da forma-sujeito devido à emergência de novos saberes (como vimos mais acima) induz a novos processos de textualização. Na relação entre sujeito e livros, pôde-se observar que a constatação de mesmo/outro é relativamente mais visível, porque colocada, de algum modo, pelo próprio sujeito. Porém, quando se sai do espaço de Notas do Autor e também de Prefácios, a superfície textual da ER, por si só, não permite entrever a separação entre “mesmo” e “outro”: a costura entre estes é perfeita, homogênea, resultante do trabalho de textualização efetuado pelo sujeito-autor-revisor. Lembre-se Indursky (2001), para quem esse trabalho, ao promover a ilusão de homogeneidade da superfície textual, faz emergir o “efeito-texto”, pelo qual se cria a impressão de que tudo o que havia de ser dito (diríamos: reformulado) efetivamente o foi por um sujeito suposto como origem daquilo que se apresenta como “seu texto”, ou, no caso, como edições de “seu livro”.

O trabalho do sujeito, portanto, reconstrói de tal modo a nova edição, que diferenças e semelhanças com a anterior só são perceptíveis, se não por cotejo direto, então via memória discursiva, uma vez que, na materialidade lingüística, a sintaxe encarrega-se de apagar perfeitamente os vestígios do avesso textual da edição revista, qual seja esse avesso: a edição de partida. A escrita da ER é atravessada por ecos da EP: a edição anterior emerge e atesta memorialmente a exterioridade constitutiva da edição revista.

É desse modo que se instaura o que temos proposto chamar de *entretextualidade*, na medida em que uma nova versão do texto já publicado, escrita pelo mesmo sujeito-autor, surge e, justamente em razão do trabalho discursivo desse sujeito, passa a estabelecer uma relação de natureza *intertextual*, ou, agora, *entretextual* com a edição anterior (da qual ela difere lingüístico-historicamente). Lembre-se que, em 2.2 da Segunda Parte, optamos por

forjar a categoria *entretextualidade* com vistas a poder referir, através dela, a especificidade das relações entre o texto da edição de partida (EP) e aquele da edição revista (ER). Afirmávamos que a categoria em pauta, dado seu estatuto de entremeio, aponta para o novo entretecer de saberes e situa-se ao lado de outras relações já tradicionais em AD – quais sejam: contextuais, (inter)textuais e interdiscursivas, segundo Indursky (2001) – que um texto, seja ele qual for, estabelece com a exterioridade que lhe é inevitavelmente constitutiva. A *entretextualidade* sinaliza a dialética entre “mesmo” e “outro” inerente ao processo discursivo de reformulação aqui investigado.

Diante de todo o exposto, importa agora falar mais acerca dessas várias relações apontadas por Indursky, pensando-as com base no processo examinado e inserindo ali o termo que especifica a relação entre as versões.

Resgatemos rapidamente alguns pontos trabalhados na primeira seção desta Terceira Parte: o que vem do “ça parle” (Pêcheux, 1975/1988) interdiscursivo para o domínio de saber, na verdade incorpora-se a este domínio. Materializados pela língua, os discursos outrora dispersos “transformam-se” no discurso do sujeito, visto que este se apropriou dos saberes. A edição revista é, pois, um mosaico formado tanto pela presença do discurso de outrem, quanto pelo retorno do discurso do próprio sujeito-autor-revisor.

Avançando, ao tomar-se a proposta de Courtine (1981; 1982) de analisar uma FD considerando o ponto de encontro entre os eixos *inter-* e *intradiscursivos* – como, na verdade, foi feito –, ver-se-á que EP não pode ser referida como inscrita no interdiscurso, pois implica saberes que, de uma forma ou de outra (repetidos ou modificados), ainda se inscrevem no mesmo domínio da ER. Tais saberes não chegam a “perder-se” no anonimato interdiscursivo, e sim prosseguem na materialidade, seja por um eco memorial, seja pela sintagmatização. Ora, resulta daí pensar as contradições históricas que o processo discursivo em exame possibilita entrever: não há contradição no interdiscurso, logo, não podemos afirmar que EP, uma vez “substituída” por uma nova edição, a ele retorne. Se pode haver alguma contradição, é antes no modo como o interdiscurso ressoa na linearidade intradiscursiva, e esse modo não remete a outra coisa senão à memória.

Vemos, ainda, que funciona não só a memória discursiva, mas, igualmente, a memória social (da qual fala Mariani, 1998), na medida em que os sentidos, implicando a inscrição em todo um processo sócio-histórico, confrontam-se na disputa de interpretações trazida por um procedimento – a reformulação – cuja análise permite entrever que os sentidos da EP figuram na ER enquanto residuais. Como acreditamos já ter pontuado até o momento, enfatizar o

papel do domínio de memória não sugere que, no processo discursivo em exame, não haja também interdiscursividade, e sobre isto, conferir *1.1.1*, nesta Parte.

As relações que o texto da edição revista estabelece com a exterioridade que lhe é constitutiva ficam nítidas através da análise conjunta de seqüências discursivas, uma vez que assim se podem ver: a) as relações *contextuais*, explicitadas pelas datas de publicação; b) aquelas que designamos *entretextuais* (entre EP e ER); c) também as relações *intertextuais*, afinal, enunciações de outrem induziram a reformulações, e isto, às vezes, é até mesmo ali mencionado; e d) as relações *interdiscursivas*, que não colocam em cena origens precisas, e sim toda uma rede de formulações já-ditas, dispersas, tratando-se, portanto, de uma inevitável voz anônima; precisamente, o “ça parle” de que fala Pêcheux (1975/1988).

O essencial que se coloca nesta seção, a partir da Pesquisa, é que, na verdade, a entretextualidade e, mesmo, a intertextualidade não referem exatamente relações entre *textos*. Afirmar isto pode causar um estranhamento merecedor de justificativas. Ora, se compatíveis de fato com o que a AD teoriza acerca da categoria *texto*, então julgamos ser coerente afirmar que tanto a entretextualidade como a intertextualidade relacionam entre si *um dado efeito-texto com outros*, sejam estas produções atribuídas ao próprio sujeito, como no caso da entretextualidade, sejam produções atribuídas a outrem, como no segundo caso. Ou seja: trata-se aqui de pensar, sobretudo no caso da entretextualidade (foco de nosso interesse), o fato de que essa categoria refere relações estabelecidas entre dois “espaços discursivos heterogêneos” constituídos em permanente trabalho subjetivo de estruturação/desestruturação/reestruturação (Indursky, 2001). Assim, o exposto acima evidencia a afirmação de que com a emergência da edição revista, também a edição de partida passa a integrar sua exterioridade constitutiva.

Por fim, cabe apontar que, dado o estatuto memorial da edição de partida, a análise do processo discursivo de reformulação de livros viabiliza refletir acerca da constituição da memória histórica dos campos de conhecimento. Ainda que esse não tenha sido propriamente o foco da Dissertação, nem por isso se deixou de tangenciá-lo: ao abordarem-se os processos históricos de (re)constituição de domínios de saber, bem como as transformações internas por que passaram certas formações discursivas (em especial, Gramática e Poética), pôde-se entrever o papel do acontecimento enunciativo nas disputas interpretativas que foram, são e ainda irão se constituindo a cada novo contato de um dado campo com outros.

4 ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Pensar a hipótese da entretextualidade conduziu a constatar que, se a *intertextualidade* é essencial à existência do processo discursivo de reformulação (novas enunciações induzem à resignificação de saberes), a *entretexualidade*, por sua vez, decorre desse processo. Com isto, pôde ser defendido, desde um prisma discursivo, que todo texto é de fato um mosaico, e mais, uma absorção e transformação de outro, ainda que este seja ele mesmo, reconstruído pelo processo discursivo de reformulação. Avançando, as questões que emergem agora são: até onde é possível e/ou válido ultrapassar os limites da identidade de um livro? Até onde este é ainda o “mesmo”? E até onde ele é efetivamente outro? É disto que trata esta última seção, já que ficou pendente (conforme anunciamos nas seções 1 e 2 desta Terceira Parte) especificar nosso posicionamento acerca da polêmica em pauta, o que faremos progressivamente, abaixo.

O processo discursivo sobre o qual até aqui se refletiu comporta constitutivamente, em seu funcionamento, a sucessão, a simultaneidade e a permanência. Há uma dialética entre, de um lado, a sucessão de certos saberes e tomadas de posição (os quais perdem seu posto em prol da hegemonia de saberes e posicionamentos emergentes), e, de outro, a simultaneidade de sentidos, logo, também dos posicionamentos que os engendram. Tal dialética converge em direção à permanência típica da ordem do discurso. Ora, segundo Pêcheux (1969/1993), todo discurso é parte de um processo discursivo contínuo e mais amplo. Há, portanto, um processo único (qual seja, a própria ordem do discurso) no interior do qual se inscrevem, em diferentes condições sócio-históricas, EP e ER.

A ordem do discurso é em si mesma inapreensível e só pode ser tomada através de objetos simbólicos (os livros, no caso) que, ao recortarem-na sócio-historicamente e materializarem-na lingüisticamente, a trazem enquanto um elemento constitutivo de suas próprias existências. Nessa perspectiva, não são propriamente as edições que se sucedem (aliás, elas coexistem, apesar da ilusão de que uma invalida a outra); o que ocorre é a sucessão de uma dada relação “sujeito-saber-ideologia na conjuntura X” por uma outra relação “sujeito-saber-ideologia na conjuntura Y”. Diante disso, a permanência assegura a reprodução do “mesmo”, enfim, sua repetição, já que mudar totalmente os saberes seria trocá-los de formação discursiva, o que é inconcebível, porque se ocorresse, estar-se-ia diante da

desidentificação própria a uma ruptura epistemológica (Pêcheux, 1975/1988), e não de um redimensionamento interno (reformulação teórica). Embora não seja radical como a ruptura, a reformulação também se refere a um “ponto sem regresso” (Pêcheux; Fichant, 1969/1971), a partir do qual se pretende instaurar a impossibilidade de retomada de certas parcelas de saber precedentes. No entanto, é por haver ainda algo de permanente – o repetível – que podem surgir diferentes modos de enunciar, sem que com isto se desfigure a relação do sujeito com o domínio de saber. A descontinuidade com certos modos de enunciar, por sua vez, engendrada pela sucessão acima referida, sinaliza a dispersão pelo jogo entre memória e esquecimento.

Tomado na teia das contradições históricas do campo em que se constitui, o sujeito entra num jogo de repetir/deslocar/esquecer, procedimentos estes aos quais cabe a metáfora topológica do nó, já que eles formam um verdadeiro nó na materialidade textual da edição revista. Esta última então se desdobra num gesto simultâneo de proximidade e distanciamento quanto à edição anterior: proximidade em virtude das determinações ideológicas que ainda permitem a manutenção da parcela repetível de saberes; distanciamento em virtude de tudo o que, uma vez precisando ser esquecido, deve ser ressignificado, embora subterraneamente retorne enquanto avesso do intradiscursos.

Considerar a contradição instaurada no interior de um campo de saber pelo viés da contra-identificação subjetiva, abre espaço para a emergência do outro, o esquecido que, paradoxalmente, se mostra e se esconde sob a materialidade da edição revista. À moda do episódio de Clémentis – como Courtine (1982/1999) resgata de Kundera –, por meio do qual Clémentis, ainda que apagado da fotografia, faz-se nesta ainda presente memorial e materialmente através de seu chapéu, que emprestara a Gottwald, da mesma forma a edição de partida faz-se assim presente apesar da pretensão de que possa ser apagada em prol da edição revista. Nesta, aquela se mostra presente, mas transformada; ou ainda, presente pela necessidade de que se a esqueça; deve-se trazê-la à tona para enunciar que ela já não funciona mais como algo que “faz sentido ser publicado e academicamente mencionado”; enfim, para justificar antes da substituição, a diferença e a primazia da nova. Lembremos, então, Foucault (1969/2007, p.28): “nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. [...] a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos”.

Mesmo situado no interior do confronto entre o que podia/devia ser dito antes e aquilo que pode/deve ser dito agora, o sujeito procura construir uma unidade de sentido fechada, da qual os sentidos possam emergir como evidentes, como se não houvessem sido outros. Se, por um lado, a homogeneidade ilusória da ER emerge enquanto condição *sine qua non* de sua

leitura, por outro, desde o próprio desdobramento inicial do livro (em notas do Autor e/ou em prefácios) já se pode flagrar a instauração de buracos: a palavra denuncia a equivocidade do sentido; o discurso, a heterogeneidade da formação discursiva; e o novo posicionamento do sujeito, a cisão da ideologia. O novo livro desconstrói a unidade aparente da edição de partida e ao fazê-lo atestando a incompletude dessa, acaba por acentuar a sua própria. Assim, a edição revista tanto não preencherá todas as lacunas da edição de partida, quanto será, também ela, um texto repleto de lacunas.

Se se toma o alerta de Pêcheux (1969/1993), de que um discurso sempre remete para outros, sempre atualiza outros, então, mesmo o livro de partida é, igualmente, uma edição atualizada (ainda que sequer o pretenda ou afirme), na medida em que atualiza em novas formulações uma série de enunciados já-ditos em outras ocasiões por outros sujeitos (e até pelo mesmo). A entretexualidade estabelecida entre as formulações da ER e aquelas da EP é, pois, o meio de flagrar a passagem de um modo enunciativo a outro, capturando os embates do sujeito com a ideologia no exato instante em que tais embates põem em jogo a fronteira entre o enunciável e o não-mais-enunciável dentro de uma FD.

Pensando-se o papel específico da ideologia no processo discursivo examinado, pode-se enunciar que: a) ela atua não tanto sobre a falta, quanto notadamente sobre a hipótese de completude. A esta ilusão vincula-se o efeito de que aquilo que devia ser modificado o foi, e tudo aquilo que deveria ser dito agora, igualmente o foi; b) ela atua, também, na circulação de saberes, pela divisão desigual das parcelas dos mesmos; e c) atua, ainda, na (re)produção/transformação de parcelas de saber, pelo sujeito-autor-revisor, na medida em que ela (a ideologia) funciona gerenciando os processos de (res)significação. Mas não o faz de modo homogêneo, nem como mentalidade de época, enfim, não se trata de um *Zeitgeist* (Pêcheux, 1975/1988); a ideologia não é um *a priori*, mas o próprio cerne da contradição. Diante disso, o ponto essencial que autoriza a referir o processo discursivo de reformulação de livros enquanto algo radicalmente contraditório, reside em que não se trata de opor uma edição X à sua edição revista Y, mas de fazer equivaler, como semelhantes de modo geral (ou seja, no “pensamento diretor”), duas edições internamente distintas.

A identidade polêmica é desfeita se se aplica, ao caso que aqui nos move, a teorização da AD em torno do sentido: ora, tal como uma dada forma (tomemos a palavra “pronome”, a palavra “reformulação”, ou quaisquer outras que quisermos) é passível de significar de modos distintos, assim ocorre na polissemia do título. A forma – o título – permanece materialmente repetida; porém, seu sentido é outro e, por isso, defendemos que o livro é outro. Tomemos este exemplo: *Moderna Gramática Portuguesa*. O que significa *Moderna* em 1987, quanto às

mais recentes pesquisas científicas, não pode ser idêntico ao que significa *Moderna* em 2005. E nessa direção, tampouco *Gramática* pode significar a mesma coisa diante dos avanços dos estudos lingüísticos. É com esses argumentos que justificamos nossa crença em que não há possibilidade de enunciar que os livros sejam efetivamente equivalentes, e sim se pode e se deve pontuar sua irrepetibilidade. Ora, reforça-se isto com o fato de que as condições de produção de cada uma das edições são singulares, portanto, irrepetíveis. Tal constatação, no entanto, não é evidente; pelo contrário: resulta da ultrapassagem analítica de uma série de efeitos ideológicos, ou seja, é porque se analisou o processo de reformulação de livros desde um ponto de vista que defendeu o irrepetível aliado à incompletude e à heterogeneidade, que se pôde desfazer a ilusão identitária sugerida pelo título das publicações examinadas.

Repetiu-se sem cessar, nesta Pesquisa, que a formação social exige do sujeito-autor-revisor uma justificativa quanto a um livro que é, na verdade, um novo sob o nome do antigo, e que disto decorre a ilusão de que a identidade do livro é ainda a mesma. Ora, lembremos que atribuir um nome a alguém ou a algo é engendrar uma possibilidade de singularizar a entidade nomeada, tanto quanto é responder a “o que ou quem é X?”; e, nesse contexto, o nome é jurídico, ao passo que a unidade que ele designa, porém, é não mais do que imaginária. Por trás da repetição aparentemente transparente do título, esconde-se a profunda opacidade do discurso; o confronto entre enunciável e não-mais-enunciável; o fantasma do outro a espreitar o um; a errância de sentidos deslizantes, desviados, esquecidos. Esquecimento imbuído de memória.

Joga-se com o contato e o confronto entre o visível e o não-visível (mas nem por isso invisível); o saber existente e o saber outrora impensado; entre o ainda presente/lembrado e o ausente/esquecido, entre o repetido e o reformulado, por meio das diferentes versões. As análises efetuadas revelaram, assim, a instauração de um confronto ilusoriamente maniqueísta entre “ultrapassado”/“atual”, edição anterior/revista, confronto esse encenado especialmente no palco dos Prefácios e Notas do Autor, os quais advertem o sujeito-leitor e procuram situá-lo não apenas perante as condições de produção da nova edição, mas perante aquelas que marcam a produção de saber, saber este que encontra abrigo sob a heterogênea forma-sujeito de um dado domínio cujos posicionamentos ela organiza e reorganiza sem cessar.

Diante de tudo o que foi construído aqui, impõe-se reconhecer o processo discursivo de reformulação de livros como uma reorganização essencial e constitutiva de todo trabalho de produção, reprodução e transformação de conhecimentos efetuado por um sujeito que não realiza essa tarefa sozinho, e sim inserido numa conjuntura sócio-histórica que engendra e corrobora suas práticas discursivas.

CONCLUSÃO

“Autoria supõe processo, autor impõe produto”, afirma Flores (2007, p.73) com muita propriedade. Na presente Pesquisa, pensou-se autoria enquanto função enunciativa ligada diretamente ao processo discursivo de reformulação de livros; ao passo que se pensou autor enquanto efeito decorrente de exigências sociais: ora, a mesma formação social que exige a produção de um escrito homogêneo e fechado ao qual designa como “livro”, exige que por este responda um sujeito-autor específico, cujo nome figurará juridicamente como um nome-de-autor.

Importando-nos o *como se diz* enquanto ponto de partida para a compreensão do funcionamento da autoria em nosso objeto de reflexão, tivemos o propósito de examinar os modos de (re)textualização de saberes (apropriação, reprodução e transformação), visando a explicitar os mecanismos sócio-históricos em jogo na constituição simultânea de sujeito e sentido (Orlandi, 1996a) quando da reformulação. O trajeto percorrido para exame desse funcionamento apontou que a grande problemática colocada em cena pelo processo discursivo examinado reside na identidade da edição revista, edição esta que, como vimos, não tem de idêntico à anterior nem sequer o título, já que este, ainda que repetido *ipsis litteris*, significa de um modo radicalmente outro.

Ao encarar retrospectivamente todo o exposto nesta Pesquisa, podemos enunciar que a crença na impropriedade de homogeneizar estatutos singulares de intertextualidade, aliada à constatação de uma lacuna quanto a isso em Análise do Discurso, levou-nos a defender a hipótese da *entretextualidade*, modalidade de relação textual esta pela qual se tangenciam as edições “de partida” e revista. O termo então forjado viabilizou ressaltar a especificidade das relações que, através da reformulação, são estabelecidas entre um dado texto e suas distintas versões, no caso em que se trata de produções textuais elaboradas por um único sujeito-autor. Ora, a escrita da edição revista é atravessada por ecos memoriais e por fragmentos textuais da edição anterior; e assim se instaura a entretextualidade. Diante disso, a ênfase que se buscou imprimir, nesta Dissertação, à questão do outro, do diferente, resulta de nosso posicionamento segundo o qual o processo examinado concede primazia à emergência do “novo” enquanto um novo fundamentalmente hegemônico. Não bastasse isso, a edição revista é, de fato, um livro diferente, outro, conforme dissemos.

Referir a reformulação enquanto processo discursivo autorizou a inscrever a edição revista, assim como a edição de partida, na historicidade da ordem do discurso e, deste modo, pensar os redimensionamentos internos de domínios de saber. Nessa direção, o *acontecimento enunciativo* – conceito concebido por Indursky (2008) – emergiu como uma noção-pivô da reflexão, visto que não só ele instaura o processo discursivo examinado, mas, igualmente, fomenta a continuidade do campo de conhecimento no interior do qual surge; ele instaura novas filiações de sentido e com isso reconfigura as redes de memória, fazendo trabalhar as fronteiras do enunciável de uma dada formação discursiva. Pôde-se, pois, entrever através de análises o papel desse acontecimento nas disputas interpretativas das quais a edição revista é o palco privilegiado... até que ela se torne uma edição de partida e também figure no memorial de uma outra edição.

Cabe resgatar o que diz Lopes (1997, p.46): “Certamente, um livro de ciência não vale pelo que ele fixa, mas pelo que ele põe em movimento; não pelo que ele colhe, mas pelo que semeia”. E continua, então, o referido autor: “Sabemos todos bem que o futuro é caprichoso e se compraz em entortar hoje o que ontem pareceu correto e em endireitar amanhã o que hoje nossa miopia entorta” (*ibid.*). A produção de conhecimento, na medida em que é parte de um processo discursivo mais amplo, existe em constante mutação, prova incontestável de que, antes de qualquer outra coisa, ela envolve sujeitos e prática de linguagem, enfim, palavras em movimento, discursos.

No meio acadêmico, costuma-se dizer que iniciar a escrita de uma Pesquisa é sempre o maior desafio; a questão que se coloca é: por onde começar? Julgamos, porém, que terrível mesmo é o paradoxo de iniciar o fim, pois a indagação que assombra é: de que forma estancar a ordem do discurso? Sim, *estancar* é propriamente o termo, à moda de um fluxo que não quer cessar, e sabe-se que ele não cessará mesmo que aqui o interrompamos. Lembremos Flores (2007, p.74): “Escrever é um ato que se funda sobre a negação, preencher a folha em branco é supor que tudo não se pode dizer, que algo não estará no que as letras compõem”.

Sendo necessário barrar aqui o fluxo da presente Dissertação, diremos, para concluir, que o sujeito-autor transforma o saber e com isto (re)constrói discursivamente a realidade sobre a qual teoriza; mas há sempre, à espreita, um *outro* saber, que não cessa de lhe escapar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre. In: _____. [et al.]. *Papel da Memória*. Trad. e introd. de José H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p.11-17.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado – Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3.ed. Trad. por Walter J. Evangelista e M^a Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1987. (Trad. de: *Positions*, 1975)

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras Incertas – As não-coincidências do dizer*. Reimpr. Trad. por Claudia Pfeiffer et al. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Rev. téc. da trad.: Leci B. Barbisan e Valdir N. Flores. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da Criação Verbal*. Trad. por Maria E. G. Gomes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. [*Estetika sloviessnova tvórtchestva*, Moscou, 1975]

_____. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. 2.ed.rev. Trad. por Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. (Trad. de: *Problémi poétiki Dostoiévskovo*, ed.rev. de 1963)

BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. Trad. por António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, s/d. (Trad. de: *Le bruissement de la langue*, 1984)

BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. *Introduction to text linguistics*. New York: Longman, 1981.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 31.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed.rev. e ampl., 15.reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral I*. 5.ed. Trad. por M^a da Glória Novak e M^a Luisa Neri. Campinas: Pontes, 2005. (Trad. de: *Problèmes de Linguistique Générale*, 1966)

_____. *Problemas de Lingüística Geral II*. 2.ed. Trad. por Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 2006. (Trad. de: *Problèmes de Linguistique Générale II*, 1974)

BRANDÃO, Helena H.N. *Introdução à análise do discurso*. 2.ed.rev. Campinas: Unicamp, 2004.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento – De Gutenberg a Diderot*. Trad. por Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CHARTIER, Roger. Figuras do autor. In: _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. por Mary del Priore. Brasília: UNB, 1994. p.33-65.

COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, *Langages* 62, p.9-127, juin 1981.

_____. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, Paris, v.IX, n.2, p.239-264, Octobre 1982.

_____. O chapéu de Clémentis. Trad. por Marne R. Rodrigues. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999. p.15-22. (Trad. de: *La toque de Clémentis*, 1982)

_____. *Metamorfoses do discurso político – Derivas da fala pública*. Org. e trad. por Carlos Piovesani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

DORNELES, Elizabeth F. *A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese de Doutorado.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. v.I – O Campo do Signo, 1945/1966. Trad. por Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1993. (Trad. de: *Histoire du Structuralisme*. Tome I – Le champ du signe: 1945-1966, 1991)

_____. *História do Estruturalismo*. v.II – O Canto do Cisne, de 1967 a nossos dias. Trad. por Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1994. (Trad. de: *Histoire du Structuralisme*. Tome II – Le chant du cygne: 1967 à nos jours, 1992)

FARACO, Carlos E.; MOURA, Francisco M.de. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1987.

FERREIRA, Maria Cristina L. Análise de Discurso e Psicanálise: uma estranha intimidade. *Correio da APOA*, Porto Alegre, n.131, p. 37-52, dez.2004.

FLORES, Valdir N. *Linguística e Psicanálise – Princípios de uma Semântica da Enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. Escrita, Enunciação e Autoria. In: CAZARIN, E.A.; RASIA, G.S. (Orgs.) *Ensino e Aprendizagem de Línguas – Língua Portuguesa*. Ijuí: UNIJUÍ, 2007. p.69-80.

_____. ; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: _____. *O que é um autor?* 3.ed. Trad. por Antonio F.Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1992. p.29-87. (Trad. de: *Qu'est-ce qu'un auteur?*, 1969)

_____. *A ordem do discurso*. 3.ed. Trad. por Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006. (Trad. de: *L'ordre du discours*, 1971)

_____. *Arqueologia do Saber*. 7.ed., 2.reimpr. Trad. por Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. (Trad. de: *L'archéologie du savoir*, 1969)

FUCHS, Catherine. *La paraphrase*. Paris: PUF, 1982.

_____. A paráfrase lingüística – Equivalência, sinonímia ou reformulação?. Trad. por João W.Geraldi. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n.8, p.129-134, 1985.

GALLO, Solange. *Discurso da Escrita e Ensino*. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. Autoria no mito indígena. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999. p.189-201.

GENETTE, Gerard. *Palimpsestes – La Littérature au seconde degré*. Paris: Éditions du Seuil, 1982.

GRANTHAM, Marilei R. *O discurso fabular e sua repetição através dos tempos – na reiteração do mesmo, a presença do diferente*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação de Mestrado.

_____. *Da releitura à escritura: um estudo da leitura pelo viés da pontuação*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado.

GUIMARÃES, Eduardo. Texto e enunciação. *Organon*, Porto Alegre, n.23, p.63-67, 1995.

HAGÈGE, Claude. *O Homem Dialogal – Contribuição Lingüística para as Ciências Humanas*. Trad. por Isabel St. Aubyn. Lisboa: Edições 70, s/d. (Trad. de: *L'Homme de Paroles*, 1985)

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langage, langage, discours. *Langages*, Paris, n.24, p.93-106, 1971.

HERBERT, Thomas [Michel Pêcheux]. Remarques pour une théorie générale des idéologies. *Cahiers pour l'analyse: Généalogie des sciences*, Paris, n.9, p.74-92, 1968.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S.B. (Orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001. p.27-42.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: *Organon – Discurso, língua, memória*. Porto Alegre, v.17, n.35, p.101-121, 2003.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; CAZARIN, E.; GRIGOLETTO, E. (Orgs.) *Práticas discursivas e identitárias – Sujeito e língua*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p.9-33.

KOCH, Ingedore G.V. *O texto e a construção dos sentidos*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

KRISTEVA, Julia. Σημειωτική – *Recherches pour une sémanalyse*, Essais. Paris: Éditions du Seuil, 1969.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e Autoria. In: _____.; ORLANDI, E.P. (Orgs.) *Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p.81-103.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *La construction des savoirs – Manuel de méthodologie en sciences humaines*. Montreal: Chenelière/ McGraw Hill, 1996.

LOPES, Edward. *A Identidade e a Diferença – Raízes Históricas das Teorias Estruturais da Narrativa*. São Paulo: EDUSP, 1997.

MALDIDIER, Denise. *L'Inquiétude du discours: textes de Michel Pêcheux*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa – Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Renavan, 1998.

MITTMANN, Solange. Apresentação do texto Lecture et Mémoire: projet de recherche. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p.245-250.

ORLANDI, Eni P. *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4.ed. Campinas: Pontes, 1996a.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996b.

_____. *Discurso e texto – Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 7.ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. por Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Unicamp, 1988. (Trad. de: *Les vérités de la Palice*, 1975)

_____. Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, D. *L'Inquiétude du discours – textes de Michel Pêcheux*. Paris: Éditions des Cendres, 1990a. p.245-260.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. por José H. Nunes. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n.19, p.7-24, jul./dez. 1990b. (Trad. de: *Délimitations, retournements, déplacements*, 1982)

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990c. (Trad. de: *Discourse: structure or event?*, 1983)

_____. Análise automática do discurso. Trad. por Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*.

2.ed. Campinas: Unicamp, 1993. p.61-161. (Trad. de: *Analyse automatique du discours*, 1969)

_____. Ler o arquivo hoje. Trad. por M^a das Graças L.M. do Amaral. In: ORLANDI, E.P. (Org.) *Gestos de Leitura – Da história no discurso*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1997. p.55-66. (Trad. de: *Lire l'archive aujourd'hui*, 1982)

_____. Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso. Trad. por Ana Maria D.Marshall e Heloísa M.Rosário. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n.1, p.47-55, nov./1998. (Trad. de: *Sur les contextes épistémologiques de l'analyse du discours*, 1984)

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et al.]. *Papel da Memória*. Trad. e introd. de José H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p.49-57. (Trad.de: *Rôle de la mémoire*, 1983)

_____.; FICHANT, Michel. *Sobre a história das ciências*. Trad. por Francisco Bairrão. Lisboa: Estampa, 1971. (Trad. de: *Sur l'histoire des sciences*, 1969)

_____.; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. Trad. por Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1993. p.163-252. (Trad. de: *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*, 1975)

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. Trad. por Raquel Ramallete [et al.] Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

SANT'ANNA, Afonso R.de. *Paródia, paráfrase & cia*. São Paulo: Ática, 1985.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 7.ed. Trad. por Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1975. (Trad. de: *Cours de Linguistique Générale*, 1916, obra póstuma organizada por C. Bally e A. Sechehaye)

SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: Unicamp, 1993.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Mini-dicionário da língua portuguesa*. ed.rev. e atual. São Paulo: FTD, 2000.

TERRA, Ernani. *Curso Prático de Gramática*. São Paulo: Scipione, 1986.

ZANDWAIS, Ana. _____. A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005a. p.143-156.

_____. Relações entre a Filosofia da Práxis e a Filosofia da Linguagem sob a ótica de Mikhail Bakhtin: um discurso fundador. In: _____. (Org.). *Mikhail Bakhtin – Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2005b. p.83-100. (Col. Ensaio, v.20)

REFERÊNCIAS DO CORPUS

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 31.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed.rev. e ampl., 15.reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BRANDÃO, Helena H.N. *Introdução à Análise do Discurso*. 6.ed. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *Introdução à análise do discurso*. 2.ed.rev. Campinas: Unicamp, 2004.

CARRETER, Fernando L.; LARA, Cecília de. *Manual de Explicação de Textos – Cursos Médio e Superior*. São Paulo: Centro Universitário, 1962.

_____. *Manual de Explicação de Textos – Cursos Médio e Superior*. 2.ed.rev. São Paulo: Centro Universitário, 1963.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia – o discurso competente e outras falas*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1981.

_____. *Cultura e Democracia*. 4.ed.rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ROCHA LIMA, Carlos H. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: F.Brigueit & Cia., 1959.

_____. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 15.ed. (refundida). Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.

TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. Trad. por José P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. *Estruturalismo e Poética*. 4.ed. rev. e ampl. cf. ed. franc. de 1973. Trad. por José P. Paes e Frederico P. de Barros. São Paulo: Cultrix, 1976.

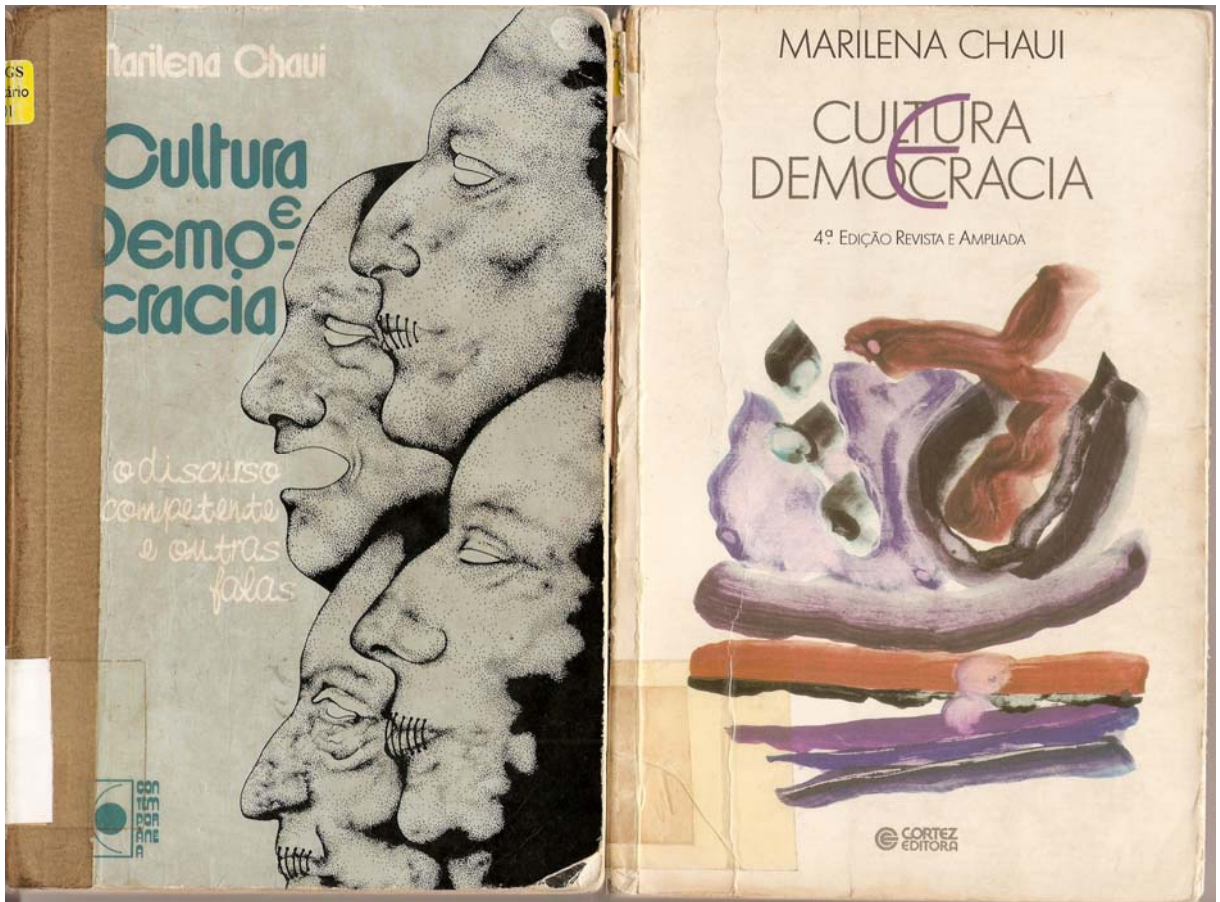
ANEXOS

ANEXO I

O quadro a seguir resulta de uma compilação da pesquisa em diferentes Gramáticas, conforme referências bibliográficas da presente Dissertação:

	TERRA (1986)	FARACO & MOURA (1987)	BECHARA (1987)	BECHARA (2005)
Inter-/Entre-	Entre; posição intermediária	Posição intermediária	Posição no meio; reciprocidade	<i>Idem</i> 1987
Intra-	Posição interior; movimento	Posição interior	Posição interior; movimento para dentro	<i>Idem</i> 1987
Auto-	De/por si mesmo	De si mesmo	Si mesmo	<i>Idem</i> 1987
Arqui-	superioridade	<i>Idem</i> Terra	Superioridade hierárquica; primazia; excesso	<i>Idem</i> 1987
Hiper-	Excesso; posição superior	<i>Idem</i> Terra	Excesso	<i>Idem</i> 1987
Trans-	Posição além de; através	Movimento ou posição para além de	Além de; através de; intensidade	<i>Idem</i> 1987 + passar de um lugar a outro
Meta-	Mudança; transformação	Posterioridade; mudança	Mudança; sucessão	<i>Idem</i> 1987
Para-	Ao lado de; proximidade	<i>Idem</i> Terra	Proximidade; semelhança; defeito; vício; intensidade	<i>Idem</i> 1987

ANEXO II



ANEXO III

TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. Trad. por José P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.

[...]

Esta invocação de Lingüística não é obra do acaso. As proposições que aqui se esboçam com vistas a uma Poética repousam na hipótese que numerosas observações vêm confirmar e que Mallarmé condensou numa fórmula: “O livro, expansão total da letra...” A letra e o signo verbal serão considerados por nós como a base de toda a literatura. Uma das conseqüências dessa decisão será que o conhecimento da literatura e o conhecimento da linguagem são simultâneos e que só poderemos falar do verbo em geral, e inversamente.

Esta atitude não implica, bem entendido, uma submissão dócil à Lingüística. Em primeiro lugar, qualquer conhecimento da linguagem pode ser igualmente útil, quer venha da Psicanálise ou da Antropologia, da Lingüística ou da Filosofia. Cumpre não esquecer, por outro lado, que a Lingüística foi até agora uma ciência da *língua*, ao passo que a Poética se propõe a tornar-se a ciência de um *discurso*: ora, não existe ainda ciência do discurso (uma ciência do discurso mitológico está talvez em vias de se constituir com as pesquisas de Lévi-Strauss). É antes com a Retórica, ciência geral, mas inexistente, dos discursos, que a Poética pode ser posta em paralelo: a assimetria entre língua e discurso corresponde a diferenças profundas. Por isso, por razões que são bem conhecidas, a Poética, nos seus primeiros passos, terá de servir-se das noções e métodos lingüísticos: até o dia em que seja ela quem ensine uma nova definição da linguagem às outras ciências.

Por enquanto, a Poética se encontra ainda nos seus primórdios; e apresenta todos os defeitos característicos desse estágio. [...]

TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. 4.ed. rev. e ampl. cf. ed. franc. de 1973. Trad. por José P. Paes e Frederico P. de Barros. São Paulo: Cultrix, 1976.

[...] Para muitos de entre os “poeticistas”, a Lingüística representou o papel de mediadora no tocante à metodologia geral da atividade científica; ela foi uma escola (mais ou menos freqüentada) de rigor de pensamento, de método de argumentação, de protocolo de ação. Nada mais natural para duas disciplinas que resultam da transformação de um mesmo domínio: a Filologia. Mas há de se concordar também que se trata de uma relação puramente existencial e contingente: em outras circunstâncias, qualquer outra disciplina científica teria podido representar o mesmo papel metodológico. Contudo, existe um outro lugar, onde essa relação se torna, pelo contrário, necessária: é que a literatura constitui, no sentido mais forte do termo, um produto de linguagem (Mallarmé dizia: “O livro, expansão total da letra...”). Todo o conhecimento da linguagem terá, por isso, interesse para o poeticista. Mas, formulado nesses termos, a relação une menos Poética e Lingüística do que literatura e linguagem: portanto, Poética e *todas* as ciências da linguagem. Ora, assim como não é a Poética a única a tomar a literatura como objeto, a Lingüística (pelo menos como hoje se apresenta) não é a única ciência da linguagem. Seu objeto é certo tipo de estruturas lingüísticas (fonológicas, gramaticais, semânticas), com exclusão de outras, estudadas na Antropologia, na Psicanálise ou na “Filosofia da linguagem”. A Poética poderá, portanto, auxiliar-se de cada uma dessas ciências na medida em que a linguagem faça parte de seu objeto. Seus parentes mais próximos serão as outras disciplinas que tratam do *discurso* – formando o conjunto o campo da *Retórica*, entendida no sentido mais lato, como ciência geral dos discursos.

É por aí que a Poética participa do projeto semiótico geral, que une todas as investigações cujo ponto de partida é o *signo*.

[...]

ANEXO IV

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 31.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

[...]

A Gramática pode estudar: a) uma época determinada, b) uma seqüência de fases evolutivas de um idioma ou c) de vários idiomas.

A que interessa mais de perto à comunidade social, pela sua utilização imediata de código de bem falar, é a que estuda apenas a fase contemporânea do idioma, por isso chamada *gramática expositiva, normativa* ou tão-somente *gramática*.

A Gramática que se preocupa com os aspectos b) e c) forma o que chamamos, respectivamente, *Gramática Histórica* e *Gramática Comparada*, e divergem da Gramática anterior porque são apenas obra de ciência.

[...]

Objeto da Estilística

Estilística é um campo novo dos estudos de linguagem que procura investigar o sistema expressivo que o idioma põe a serviço do falante e sua eficiência estética.

Todos estes ramos do estudo e da pesquisa dos fatos da linguagem fazem parte de uma disciplina maior conhecida pelo nome de *Ciência da Linguagem* ou *Lingüística*.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed.rev. e ampl., 15.reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

[...]

Há disciplinas lexicológicas preocupadas com a origem das palavras. Aí temos a *etimologia* (estudo da origem delas), a *onomástica* (estudo histórico dos nomes próprios, dividida em *antroponímia* – história dos nomes de pessoa – e *toponímia* – história dos nomes de lugares).

[...]

A seguir, temos a estilística, a qual [...] é o estudo dos aspectos afetivos que envolvem e caracterizam a linguagem emotiva que perpassa todos os fatos de língua. Pode tanto aplicar-se àqueles usos da esfera afetiva e emotiva generalizados na língua, por exemplo, os diminutivos, os aumentativos, as hipérboles etc. (a chamada *estilística da língua* de Charles Bally), ou então às criações estéticas originais e inéditas de um autor ou de uma obra (a chamada *estilística da fala* da escola idealista alemã de Karl Vossler, Leo Spitzer e seguidores).

Outros tipos de Gramática

Além da gramática descritiva, são também gramáticas científicas, isto é, sem finalidade prescritiva ou normativa, e com objeto e metodologia próprios:

- a) *gramática geral* [...]
- b) *gramática comparada* [...]

ANEXO V

ROCHA LIMA, Carlos H. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: F.Briguiet & Cia., 1959.

AO PROFESSOR (Advertência da terceira edição)

Não se destinando este livro exclusivamente a estudantes de curso secundário senão que a público mais geral, julgamos de bom aviso manter-lhe a fisionomia com que fora planejado e redigido – fisionomia cujo acerto a consagradora carreira das edições anteriores (que se esgotaram no curto espaço de um ano e meio) patenteou de maneira solar.

Esta é a razão por que, ao adaptá-lo agora à *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, recomendada pelo Ministério da Educação e Cultura para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática, diligenciamos fazê-lo de sorte que não se lhe deformasse a inteiriça estrutura intelectual.

Por já existir notável vizinhança entre a terminologia nele adotada desde a primeira edição e a que houve por bem preferir a norma oficial, foi-nos empresa sobremodo fácil – no caso de *simples opção entre nomes* – proceder a completo reajustamento, que realizamos no próprio corpo da obra.

Mas, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOCTRINA; e, então, não é lícito a ninguém renunciar – por mais que sejam dignos de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino.

Para satisfazer este último aspecto, deliberamos relacionar à parte, num APÊNDICE, as passagens (aliás, muito poucas) da Gramática Normativa que, por mergulharem raízes em matéria de ordem doutrinária, não coincidem, em pormenores, com algumas facetas teóricas implícitas em meia dúzia de pontos da *Nomenclatura Gramatical Brasileira*.

Assim se conciliam, ao parecer, a utilização didática do livro e as linhas-mestras das convicções do Autor.

ANEXO VI

ROCHA LIMA, Carlos H. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: F.Briguiet & Cia., 1959.

PORTARIA MINISTERIAL N.152

O Ministro da Educação e Cultura, considerando que [...], sob o aspecto didático, largos benefícios traria à vida escolar brasileira a adoção de uma terminologia gramatical simples, adequada e uniforme, resolve:

Designar os Professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Celso Ferreira da Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima e Cândido Jucá (filho), para, com a assistência da Diretoria do Ensino Secundário, estudarem e proporem projeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical, para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1957. [...]

ANEXO VII

ROCHA LIMA, Carlos H. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 15.ed. (refundida). Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.

NO LIMINAR (desta 15ª edição)

A partir de certa altura de sua jornada, teve este livro o texto estereotipado, e, pois, irrefundível.

Em razão disso, não pôde o Autor, muito a seu malgrado, carrear para a obra novas idéias, novas doutrinas, novos métodos – enfim, a visão nova que passou a ter, no curso dos últimos anos, dos problemas de teoria gramatical e seu ensino.

Tempo era, portanto, de quebrar pedras e refazer o trabalho – o que se realiza agora, quando [...] passa a *Gramática Normativa* a viver a segunda fase de sua carreira.

Mantivemos-lhe, decerto, a fisionomia original com que fora planejada e redigida, a fim de que se lhe não deformasse a inteiriça estrutura intelectual e didática; mas, além da correção de um deslize aqui, da atualização de um conceito ali, e, até, da substituição integral de alguns capítulos e acréscimo de outros, enriquecemos copiosamente a exemplificação dos “fatos” da língua, a qual estendemos aos escritores de nossos dias.

E cabe, a propósito, uma observação importantíssima, que vem assim à guisa de pôr os pontos nos is: a de que, em matéria de bom uso da língua literária, os ensinamentos até aqui esposados pela *Gramática Normativa* são confirmados, em sua quase totalidade, pela lição dos prosadores e poetas de hoje – o que patenteia, de maneira solar, a continuidade histórica das formas verdadeiramente afinadas com o sentimento idiomático. [...]

ANEXO VIII

<p>TODOROV, Tzvetan. <i>Estruturalismo e Poética</i>. Trad. por José P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.</p>	<p>TODOROV, Tzvetan. <i>Estruturalismo e Poética</i>. 4.ed. rev. e ampl. cf. ed. franc. de 1973. Trad. por José P. Paes e Frederico P. de Barros. São Paulo: Cultrix, 1976.</p>
<p>ÍNDICE</p>	<p>SUMÁRIO</p>
<p>I – A POÉTICA ESTRUTURAL II – A ANÁLISE DO DISCURSO LITERÁRIO 1. Os Registros da Fala 2. As visões na Narrativa 3. As Estruturas do Texto 4. A Sintaxe Narrativa 5. Transformações, Modos, “Reconhecimento” 6. O Verossímil III – PERSPECTIVAS 1. Poética e História Literária 2. Poética e Estética 3. A Poética tem seu Próprio Objeto BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA</p>	<p>I – DEFINIÇÃO DA POÉTICA II – A ANÁLISE DO TEXTO LITERÁRIO 1. <i>Introdução</i> – O Aspecto Semântico 2. Os Registros da Fala 3. O Aspecto Verbal: Modo. Tempo 4. O Aspecto Verbal: Visões. Voz 5. O Aspecto Sintático: Estruturas do Texto 6. O Aspecto Sintático: Sintaxe Narrativa 7. O Aspecto Sintático: Especificações e Reações III – PERSPECTIVAS 1. Poética e História Literária 2. Poética e Estética 3. A Poética como Transição BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA</p>

ANEXO IX

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed.rev. e ampl., 15.reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

Prefácio da 37ª edição

Entregamos aos colegas de magistério, aos alunos e ao público estudioso de língua portuguesa esta edição, revista, ampliada e atualizada, levado que estamos pelos mesmos propósitos que nos fizemos, em 1961, trazer à luz a *Moderna Gramática Portuguesa*.

Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro.

Difícilmente haverá seção da *Moderna Gramática Portuguesa* que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento: atualização no plano teórico da descrição do idioma, e enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais levantados pelos melhores estudiosos da língua portuguesa, dentro e fora do país, entre os quais cabe menção honrosa a Mário Barreto e Epifânio Dias.

[...]

O arcabouço teórico desta obra poderia bem orientar-se por outros modelos válidos, seguidos pelos nossos melhores linguistas em atuação nos centros universitários brasileiros. A orientação aqui adotada resulta da nossa convicção de que ela também pode oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical entre nós, especialmente quando aplicada a uma obra da natureza desta *Moderna Gramática Portuguesa*, que alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, libertada do ranço do antigo magister dixit e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas.

Acreditamos que, neste sentido, os colegas de magistério e pesquisa encontrarão úteis sugestões ou temas de reflexão para uma proposta de melhoria da vigente nomenclatura gramatical em nossos compêndios escolares.

[...]

Temos consciência de que ainda há muito que acrescentar e rever, e para tanto convocamos a ajuda dos colegas que neste sentido desejarem pronunciar-se.

Dar-nos-emos por bem pago se o leitor benévolo continuar encontrando nestas páginas os fundamentos que alicercem seu interesse e conhecimento reflexivo da língua portuguesa, traço que é da nacionalidade e elo fraterno da lusofonia.

[...]

ANEXO X

TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. Trad. por José P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.

[...]

Fala-se às vezes, no tocante a tais estudos, de uma abordagem imanente do objeto. Mas, precisamente, se se introduzir a noção de imanência, surge muito depressa um limite, que põe em questão os próprios princípios da descrição.

Descrever uma obra, literária ou não, por ela mesma e em si mesma, sem deixá-la um instante que seja, sem a projetar além de si, é tarefa impossível, em todos os sentidos. Ou antes: é possível, mas nesse caso a descrição não será mais que uma repetição, palavra por palavra, da própria obra. Ela acompanha as formas da obra de tão perto que ambas se confundem. E, em certo sentido, toda obra constitui, em si mesma, sua melhor descrição.

O que mais se aproxima dessa descrição ideal, mas invisível, é a simples leitura, na medida em que esta seja tão-somente uma manifestação da obra. Todavia, o processo de leitura já não é sem conseqüências: duas leituras de um livro não são jamais idênticas. [...]

TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. 4.ed. rev. e ampl. cf. ed. franc. de 1973. Trad. por José P. Paes e Frederico P. de Barros. São Paulo: Cultrix, 1976.

[...] determina-lhe, de um só golpe, o ideal – que é fazer com que o próprio texto fale; em outras palavras, é a fidelidade ao objeto, ao *outro* e, por conseqüência, a supressão do sujeito – e o drama, que é jamais poder atingir *o* sentido mas apenas *um* sentido, sujeito às contingências históricas e psicológicas. Ideal e drama que serão modulados no decorrer da história do comentário, ela própria coextensiva à história da humanidade.

Com efeito, interpretar uma obra literária ou não, por ela mesma e em si mesma, sem deixá-la um instante que seja, sem a projetar alhures senão sobre ela própria, é tarefa de certo modo impossível. Ou antes: é possível, mas nesse caso a descrição não será mais que uma repetição, palavra por palavra, da própria obra. Ela acompanha as formas da obra de tão perto que ambas se confundem. E, em certo sentido, toda obra constitui, em si mesma, sua melhor descrição.

O que mais se aproxima dessa descrição ideal, mas invisível, é a simples leitura, na medida em que esta seja tão-somente uma manifestação da obra. Todavia, o processo de leitura já não é sem conseqüências: duas leituras de um livro não são jamais idênticas. [...]

ANEXO XI

TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. 4.ed. rev. e ampl. cf. ed. franc. de 1973. Trad. por José P. Paes e Frederico P. de Barros. São Paulo: Cultrix, 1976.

NOTA SOBRE ESTA EDIÇÃO

O texto que se segue é bastante diferente do que, escrito em 1967, figurava sob o mesmo título no volume coletivo *Que É o Estruturalismo?* A razão disso é dupla: o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira. Mas um texto totalmente novo não poderia mais integrar-se em nosso projeto inicial. Preservei, portanto, a intenção geral e o quadro da primeira versão, assim como certas análises e exemplos, modificando, contudo, o enunciado cada vez que isso se tornou necessário para prestar contas do atual estado da Poética.

TZVETAN TODOROV
maio de 1973

ANEXO XII

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

Este livro reúne ensaios que foram escritos sob grande tensão intelectual e moral. O golpe de Estado de 1964 não me apanhou desprevenido. Todavia, como outros intelectuais, não tive meios concretos para fazer algum tipo de oposição válida e eficaz à ditadura militar, que então se estabeleceu. Onde e quando surgiram oportunidades, procurei aproveitá-las, manifestando o meu inconformismo diante da ruptura com as pequenas e superficiais conquistas do regime democrático em nosso País. O que me preocupava e continua a me preocupar, porém, não era a ressalva de uma posição pessoal. Mas o que se perdia, naqueles episódios de violência e repressão obscurantista. Nenhum povo conquista a democracia como estilo de vida se não luta por ela de forma permanente e integral. Não acho que os intelectuais tenham maior responsabilidade que os demais cidadãos, diante dos dilemas sociais, econômicos e políticos nacionais. Ainda assim, fiquei pasmado com a pusilanimidade que revelaram, em sua maioria, fazendo coro com os piores elementos dos círculos conservadores ou escondendo-se atrás de um biombo de palha, como se os muros das nossas pseudo-universidades, dos jornais comprometidos com a reação e a violência, dos empregos cômodos e compensadores constituíssem um fator de segurança para a destruição das próprias bases da vida intelectual livre e criadora.

Sob esse estado de espírito, fui levado a procurar explicações mais profundas da nossa situação histórico-social. Explicações em si mesmas objetivas, independentes e desafiadoras, que levantassem o véu do conformismo intelectual e da cumplicidade diante de classes dominantes estereis e de militares de horizonte patriótico estreito. [...]

Todas essas ponderações, feitas tão sumariamente, como apresentação dos escritos reunidos neste volume, sublinham um irreduzível inconformismo do autor diante da nossa situação histórico-social. Para os paladinos da neutralidade científica, isso acarretaria uma sorte de adulteração do conhecimento sociológico. [...] Por isso, uma vinculação divergente com o cenário histórico-social constitui uma condição altamente positiva e estimulante, desde que o sujeito-investigador também seja capaz de livrar-se de seus possíveis condicionamentos limitativos.

Isso significa que os ensaios reunidos neste livro não pretendem vincular-se a uma ideologia nem a qualquer filosofia política. Embora socialista convicto, não pretendia fazer socialismo ao escrevê-los. Vários colegas, que não são socialistas ou, mesmo, outros que são contrários ao socialismo, concordaram repetidas vezes com as idéias ou conclusões neles expostas. [...]

Devo, agora, agradecimentos a várias pessoas e instituições, a cuja presença, estímulo ou solidariedade se prende a redação dos vários trabalhos. [...]

ANEXO XIII

TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. Trad. por José P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.

[...] Ao ler, traçamos uma escritura passiva; acrescentamos ao texto ou suprimimos nele o que queremos ou não queremos nele encontrar; a leitura não é mais imanência desde que haja um leitor.

Que dizer então dessa escritura ativa e não mais passiva que é a crítica, quer seja de inspiração científica ou artística? Como se pode escrever um texto permanecendo-se fiel a outro texto, conservando-o intacto; como se pode articular um discurso que seja imanente a outro discurso? Pelo fato de haver escritura e não mais somente leitura, a crítica diz algo que a obra estudada não diz, mesmo que pretenda dizer a mesma coisa. Pelo fato de elaborar um novo livro, a crítica suprime aquele de que fala.

Há graus nessa transgressão da imanência.

No caso da descrição, o objeto de estudo é esta ou aquela obra literária particular; o objetivo é permanecer tão próximo quanto possível da obra propriamente dita. Trata-se de recrear [sic] um simulacro da obra-objeto; a descrição é, ao mesmo tempo, um resumo e uma explicitação. Ambos esses empenhos complementares devem tornar manifesta a organização da obra, fazê-la ver melhor (mas também sempre menos bem) aos futuros leitores. [...]

TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. 4.ed. rev. e ampl. cf. ed. franc. de 1973. Trad. por José P. Paes e Frederico P. de Barros. São Paulo: Cultrix, 1976.

[...] Ao ler, traçamos uma escritura passiva; acrescentamos ao texto ou suprimimos nele o que queremos ou não queremos nele encontrar; a leitura não é mais imanência desde que haja um leitor.

Que dizer então dessa escritura ativa e não mais passiva que é a crítica, quer seja de inspiração científica ou artística? Como se pode escrever um texto permanecendo-se fiel a outro texto, conservando-o intacto? Como se pode articular um discurso que seja imanente a outro discurso? Pelo fato de haver escritura e não mais somente leitura, o crítico diz algo que a obra estudada não diz, mesmo que pretenda dizer a mesma coisa. Pelo fato de elaborar um novo livro, o crítico suprime aquele de que fala.

O que não quer dizer que essa transgressão da imanência não tenha graus.

Um dos sonhos do Positivismo em Ciências Humanas é a distinção, ou seja, a oposição, entre interpretação – subjetiva, vulnerável, enfim, arbitrária – e descrição, atividade certa e definitiva. Desde o século XIX, formularam-se projetos de uma “crítica científica” que, tendo banido toda “interpretação”, não seria mais que pura “descrição” das obras. [...] Os fatos de significação, que constituem o objeto da interpretação, não se prestam à “descrição”, se quisermos atribuir a essa palavra o sentido de absoluto e de objetividade. Assim em estudos literários: o que se deixa “descrever” objetivamente – o número das palavras, ou das sílabas, ou dos sons – não permite que disso deduza o sentido; e, reciprocamente, nos lugares onde o sentido se decide, a medida material tem pouca utilidade.

Mas dizer “tudo é interpretação” não significa que todas as interpretações se equivalham. [...]

ANEXO XIV

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 31.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

VII – Noções elementares de versificação

Poesia e prosa – Em sentido formal, chama-se *poesia* à forma de expressão ordenada segundo certas regras e dividida em unidades rítmicas.

Prosa é a forma de expressão continuada. Embora a prosa também possa ter ritmo, aqui ele é menos rigoroso que na poesia.

Verso é a unidade rítmica em cujos limites se acham as unidades de sentido de que se compõe o poema.

Enjambement – Do ponto de vista gráfico, recebe ainda o nome de verso cada linha de que consta o poema. Este último critério é falho, porque nem sempre a unidade de sentido (unidade sintática) coincide com os limites de uma linha de poema, nascendo a obrigatoriedade de se ligar o verso ao verso seguinte, não se deixando, entretanto, de fazer a pausa natural que separa um verso do outro. Este fenômeno recebe o nome francês de *enjambement* (que significa *cavalgamento*): [...]

Versificação é a técnica de fazer versos ou de estudar-lhes os expedientes rítmicos de que se constituem. [...]

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed.rev. e ampl., 15.reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

V – Noções Elementares de Versificação

[...]

Poesia e prosa – Em sentido formal, chama-se **poesia** à forma de expressão ordenada segundo certas regras e dividida em unidades rítmicas.

Prosa é a forma de expressão continuada. Embora a prosa também possa ter ritmo, aqui ele é menos rigoroso que na poesia.

Verso é o conjunto de palavras que formam, dentro de qualquer número de sílabas, uma unidade fônica sujeita a um determinado ritmo.

Ritmo é a divisão do tempo em períodos uniformes mediante os apoios sucessivos da intensidade.

Metro é o verso que, além de atender ao ritmo, se apresenta dentro de uma norma regular de medida silábica. [...]

Por melhor que seja o verso, perderá muito de seu valor se proferido por um leitor – e até mesmo pelo seu autor – que não saiba pôr em evidência as características de sua estrutura rítmica e de seus apoios fônicos.

Pausa final. Cavalgamento – Na leitura de um poema, marca-se o final de cada verso ou final de cada unidade de verso composto (*hemistíquio*) com uma pausa, a chamada *pausa métrica*. Esta pausa métrica não passa de uma pequena interrupção, que não chega a confundir com a pausa mais demorada, resultante da entoação da oração, marcada em geral por vírgula ou outro sinal de pontuação. [...]

A pausa métrica é transferida para a primeira sílaba tônica do verso seguinte, quando a unidade sintática excede o limite de um verso e, para completar-se, “cavalga” ou “monta” no verso a seguir, patenteando, assim, um desacordo entre a unidade sintática e a unidade métrica. Este fenômeno é conhecido pela denominação francesa *enjambement*, que se pode traduzir, como fez Said Ali, por *cavalgamento*. Também se usa o termo *encavalgamento*: [...]

Versificação é a técnica de fazer versos ou de estudar-lhes os expedientes rítmicos de que se constituem. [...]